



Banco Santander Consumer Portugal, S.A.

Relatório e Contas

Demonstrações Financeiras Consolidadas

2013



Relatório do Conselho de Administração

Demonstrações Financeiras Consolidado

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidado

Relatório e Certificação Legal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Disciplina de Mercado

Transparência da Informação e Valorização dos Ativos

Relatório de Estrutura e Práticas de Governo Societário



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exercício 2013

Lisboa, 11 de Abril de 2014

ÍNDICE

ÍNDICE.....	2
MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA	3
PRINCIPAIS INDICADORES.....	8
SÍNTESE DA ACTIVIDADE DO EXERCÍCIO	9
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	11
O MODELO DE NEGÓCIO.....	19
MERCADOS AUTOMÓVEL E DE FINANCIAMENTO.....	21
NEGÓCIO E MERCADO CRÉDITO AO CONSUMO	25
NEGÓCIO E MERCADO DE CARTÕES DE CRÉDITO	26
EVOLUÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	27
GESTÃO FINANCEIRA	33
GESTÃO DE RISCO DE CRÉDITO.....	39
RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	40
TECNOLOGIA & OPERAÇÕES	41
CONTROLO E COMPLIANCE.....	46
CONTROLO INTERNO	48
RECURSOS HUMANOS	51
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	55

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

O ano de 2013 foi ainda um ano marcado pelos reajustamentos e procura de novos equilíbrios económicos no plano Mundial. Assistimos a um crescimento ainda bastante robusto nos Países Emergentes, mas em acentuada desaceleração á medida que aquelas economias vão passando de um modelo assente em exportações e na geração de elevados *superavits* na Balança de transações, para um modelo com um peso maior da procura interna. Por outro lado, no Mundo Ocidental, verificou uma tendência clara no sentido da normalização do clima dos Mercados Financeiros, o que permitiu a consolidação geral da recuperação económica com os Estados Unidos da América, o Japão e o Reino Unido numa fase mais adiantada do ciclo, enquanto o velho Continente sofria ainda o efeito recessivo do ajustamento fiscal que estão a efetuar um largo número de países da EU, nomeadamente os denominados Países do Sul da CE.

Contudo, 2013 marca ainda o ano da viragem, já que a segunda metade do ano é marcadamente distinta da primeira e revela já um clima de recuperação, apresentando a economia europeia os primeiros trimestres de crescimento. A confiança dos agentes económicos altera-se e o consumo interno e o investimento começam lentamente a recuperar, ajudando a sustentar uma recuperação económica cujo motor tem sido as exportações.

Portugal acabou ainda o ano com uma contracção do PIB na ordem de -1,4% no conjunto do ano, mas evidenciando crescimento no segundo Semestre e, significativamente, em 3 Trimestres, o que confirma claramente a inversão e a saída técnica da recessão acentuada e perlongada que o País viveu. As Exportações têm demonstrado enorme vitalidade e têm sido o principal motor da economia, representando hoje cerca de 42% do PIB, um sinal claro da dinâmica e competitividade recuperada pelo tecido empresarial nacional e das alterações estruturais ocorridas nas componentes do produto interno.

Portugal começa a despertar um forte apetite por parte dos investidores internacionais, numa primeira fase evidenciado na procura pela Dívida Pública e pelo regresso destes ao mercado bolsita, mas também pelo enorme sucesso do Programa de Privatizações e pela progressiva retoma do investimento. Contribuiu para a inversão de expectativas externas a competente gestão governamental do programa de reajustamento fiscal, com uma significativa redução da despesa nominal nacional, acompanhado pela crescente eficiência fiscal e agravamento dos impostos que permitiu o crescimento das receitas do Estado, tendo o *deficit* terminado abaixo dos 5% do PIB, o que compara com mais de 10% em 2010. Contudo, a medida de maior sucesso do Programa de reajustamento encontra-se no equilíbrio da Balança Comercial, ajudado pelo comportamento das exportações, mas também pela diminuição do consumo e pela recomposição do seu *mix* e

crescimento acentuado da poupança privada. Se o programa de reformas estruturais constitui outro marco positivo do processo, fica a frustração de uma reforma por fazer na administração Pública e o impacto acima do previsto ao nível de desemprego.

Apesar do enquadramento extremamente difícil em grande parte dos Países onde actua, nomeadamente na Europa, o Grupo Santander tem tido um desempenho admirável ao longo deste complexo ciclo económico, que teve início com a crise financeira em 2008/09 e que se estende aos dias de hoje, beneficiando da sua diversidade geográfica e do seu modelo de negócios conservador. Assim, os Resultados Líquidos voltaram a crescer 90% para 4.4 mil milhões de Euros, tendo o Grupo voltado a reforçar o nível de Capitais Próprios para 11.7% (Core Capital Ratio BIS II) e mantido pelo 6 ano consecutivo uma distribuição de 60 cêntimos por Acção, o que é bem demonstrativo da extraordinária capacidade do Grupo gerar resultados recorrentes, mesmo nos contextos mais difíceis. A diversificação geográfica tem sido determinante para a sustentabilidades destes resultados, aportando a América Latina cerca de 47% dos resultados, dos quais o Brasil com 23%, a Europa Continental 26% (dos quais Portugal e Espanha 8% apenas), Reino Unido 17% e Estados Unidos 10%.

O Grupo Santander possui a maior rede de balcões do Mundo e caracteriza-se por possuir um modelo de riscos e de negócios muito conservador, o que nesta altura permite manter indicadores muito melhores do que as médias de mercado, de forma sistemática e em praticamente todos o mercados onde está presente, assim como uma grande eficiência na operação, comparando muito favoravelmente com a concorrência e com as médias de mercado no que respeita a produtividade, ou "*Cost to Income*".

Por seu turno, a Divisão de Crédito ao Consumo opera em 13 Países, é líder de mercado e apresentou um Resultado anual de 0,9 MME, representando esta Divisão um peso cada vez mais relevante nos resultados do Grupo. É de realçar que num contexto económico complexo e num dos anos mais difíceis para o Sistema Financeiro, a Unidade de Crédito ao Consumo consegue o seu melhor ano de sempre.

No que respeita a Portugal, no contexto extremamente complexo já anteriormente referido, naturalmente, os mercados em que o Banco opera tiveram um comportamento ainda deprimido, mas distinto de segmento para segmento (+10% no Segmento de financiamento de Auto Novos, -3% em Auto Usados e -14% em Consumo), sendo o desenvolvimento da actividade comercial do Banco ainda bastante condicionada, enquanto o mercado automóvel de viaturas novas foi de 124 mil viaturas, o que representa uma evolução positiva de 11,5%.

Nos principais mercados onde actua, o BSCP ocupa uma posição entre os primeiros operadores, assumindo claramente a posição de líder no financiamento de viaturas novas, com mais de 16% de

cota de mercado (mas mais de 27% no segmento de particulares), alavancado no seu modelo de negócios baseado em Acordos de Marca, que temos vindo a aprofundar ao acrescentar novos Acordos e Parcerias ao nível da Distribuição. Já no mercado de financiamento de viaturas usadas o Banco voltou a assumir a 2ª posição e cerca de 12.7% de cota de mercado (quase 1 pp mais que o ano anterior), enquanto no financiamento ao consumo nos ficamos pela 3ª posição com 12,5% de mercado, já que iniciamos a conversão de negócio para Cartões de Crédito e, por último, ficamos com a posição de liderança destacada no segmento das Motos com quase 34%.

Contudo, são de realçar ainda outros importantes indicadores:

- Ao nível dos indicadores de Risco, a Variação da Morosidade de Gestão foi de apenas 1ME's o que compara com 15,3 ME no ano transacto, permitindo que o prémio de risco da actividade do Banco se tenha situado em cerca de 0,11%, um valor historicamente baixo e claramente o melhor indicador do sector e do mercado; Ao mesmo tempo foi significativamente reforçado o grau de cobertura dos valores em morosidade de gestão por provisões para 111%;
- No que respeita à gestão dos custos, as medidas adicionais de racionalização e controlo dos mesmos permitiram uma redução adicional de 0,6ME na estrutura de custos, apesar do exercício estar influenciado por alguns custos de reestruturação, potenciando o que constitui claramente o melhor rácio de "Cost to Income" do sector;
- Também ao nível da gestão financeira, amplamente condicionada pelo Rating da República e pelo facto do País se encontrar intervencionado, foi possível prosseguir no caminho da melhoria da margem financeira, com a Margem Bruta e evoluir para 5.11%;
- Por último, de realçar que o Banco voltou a reforçar significativamente o seu nível de capitalização, tendo agora um Rácio de *Core Tier I* (BIS II) superior a 17%;

O Banco sai, pois, de um perlongado período de recessão económica e de mercado numa posição reforçada, com indicadores de enorme qualidade e robustez, o que deve constituir um motivo de natural de satisfação para todos os *Stakeholders*: Parceiros, Colaboradores e Accionistas do Banco. Embora em 2013 a nova Produção tenha caído ainda cerca de 6%, quando comparado com o já deprimido exercício anterior, a verdade é que o Banco vem numa trajetória clara de recuperação, com crescimentos nos 2º, 3º e 4º Trimestres, quer relativamente a períodos homólogos, quer ainda relativamente ao período antecedente. Adivinha-se, assim, o momento não muito longínquo de viragem da tendência de evolução do Activo, sendo claro hoje que passamos de um ciclo recessivo e de desalavancagem do Balanço do Banco para um período de crescimento económico e de expansão da actividade. Acresce, ainda, que o período negativo do Ciclo económico serviu não só

para cuidar da casa e reforçar o nosso Balanço, como ainda foi aproveitado para semear e apostar em novas relações comerciais a acrescer ás fortes Parcerias já existentes, pelo que iniciamos esta nova fase com uma posição competitiva reforçada pelo alargamento do leque de Parcerias existentes, algumas das quais estão ainda a dar os primeiros passos e, conseqüentemente, ainda por produzir resultados.

Por último, apenas algumas referências sobre as perspectivas e orientações para 2013:

- O País virou o ano entrando claramente num novo ciclo económico, perspectivando-se, assim, uma fase de expansão sustentada mas sem euforias mas de muitas oportunidade de mercado, o que exige uma abordagem de mercado diferente, mais agressiva e com maior predisposição para o negócio;
- Contudo, as limitações que resultam da baixa escala do mercado nacional continuam a aconselhar uma busca activa e permanente por parte do Banco por novas oportunidades de negócio, no sentido de melhorar a sua cota parte do mercado, quer ampliando a base de originação de negócio, com novas Parcerias, quer diversificando para novos segmentos de mercado, reposicionando estrategicamente o Banco, quer ainda, eventualmente, aproveitando alguma oportunidade que permita ampliar o perímetro de consolidação do Banco, através de aquisições de activos ligados ao nosso cõre business;
- O desemprego irá manter-se provavelmente por muito tempo em níveis historicamente elevados e o rendimento disponível das pessoas fortemente condicionado pela elevada fiscalidade e pelos lentos ganhos de produtividade, o que obriga o Banco a manter políticas e medidas de rigor e vigilância acrescida, pondo à prova os nossos Modelos de Admissão de Risco e todas as nossas capacidades de Recuperação de Crédito;
- Num contexto em que o Balanço ainda está em contracção, apesar do crescimento da actividade, também a gestão da Margem Financeira e das Comissões assumem particular importância, sendo fundamental a maximização das oportunidades de funding diversificado e em condições competitivas, mas também uma correcta política de preços e margens na originação de novo negócio;

- A pressão existente no lado da Receita, quer pelo efeito desalavancagem, quer pelos indicadores de Risco e pressão nas Margens Financeiras, aconselham a que continuemos a prosseguir, com toda a assertividade, políticas de racionalização de custos e de ganhos de eficiência ao nível da estrutura, pois continuarão a ser um contributo importante na Conta de Resultados do Banco;
- Por último, uma nota de preocupação para os fortes impactos que se fazem sentir resultado das crescentes exigências Regulamentares, limitando a capacidade de desenvolvimento do Banco com implicações ao nível dos processos e dos custos, por um lado e, por outro, também com importantes limitações ao nível dos proveitos, de dimensão e expressão ainda imprevisíveis.

Termino numa nota de grande confiança relativamente ao futuro do Banco, baseada na expectativa de um País que sai de um importantíssimo programa de reformas e de agilização do funcionamento do mercado e numa economia necessariamente mais pujante e competitiva a médio prazo. A solidez e dinâmica evidenciada pelos indicadores financeiros e qualitativos do Banco, permitem-me antever com grande confiança que seremos um dos operadores que continuará a assumir um papel de liderança no futuro e que estamos a sair deste difícil ciclo económico que o País atravessou ainda mais fortes e pujantes e ainda melhor posicionados para retirar o máximo proveito das oportunidades que o mercado nos irá proporcionar. Com todos, Parceiros, Colaboradores, Fornecedores e Accionista, o Banco tem condições quase únicas para construir um futuro melhor para todos.

PRINCIPAIS INDICADORES

Milhares de Euros	2013	2012	Variação
Activo líquido	944 767	1 100 450	-14,1%
Crédito sobre Clientes (bruto)	900 876	1 038 235	-13,2%
Crédito sobre Clientes (líquido)	842 543	981 190	-14,1%
Situação Líquida	139 002	141 016	-1,4%
Capital Financiado no ano	201 618	213 812	-5,7%
Margem Financeira	38 355	45 435	-15,6%
Produto Bancário	51 831	58 453	-11,3%
Custos de transformação	22 111	22 902	-3,5%
Resultado líquido	6 261	7 664	-18,3%
Resultado líquido por acção (em cêntimos)	9,4	11,5	-18,3%
(Custos de funcionamento + Amortizações) / Produto Bancário (1)	42,7%	39,2%	3,5 p.p.
Custos com pessoal / Produto Bancário (1)	15,2%	14,0%	1,2 p.p.
Rácio de Solvabilidade Individual (1)	15,99%	13,80%	2,2 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (1)	15,61%	13,16%	2,5 p.p.
Rácio de Solvabilidade Consolidado (1)	17,45%	15,34%	2,1 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (1)	17,06%	14,66%	2,4 p.p.
Produto bancário/ Activo líquido médio (1)	5,1%	4,8%	0,3 p.p.
ROA (médio)	0,6%	0,6%	0,0 p.p.
Resultado antes de impostos e interesses minoritários/ Activo líquido médio (1)	1,0%	1,1%	-0,1 p.p.
ROE (médio)	4,5%	5,6%	-1,1 p.p.
Resultado antes de impostos e interesses minoritários/ Capitais próprios médios (1)	7,5%	9,7%	-2,2 p.p.
Crédito vencido com mais de 90 dias / Crédito Total	0,0%	4,6%	-4,6 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total (2)	5,8%	5,4%	0,5 p.p.
Crédito com Incumprimento, líquido / Crédito Total, líquido (2)	0,5%	1,2%	-0,7 p.p.
Crédito em risco / Crédito Total (2)	6,0%	6,0%	0,0 p.p.
Crédito em risco, líquido / Crédito Total, líquido (2)	-0,7%	0,5%	-1,2 p.p.
Imparidade de Crédito/Crédito vencido a cliente final	117,7%	104%	13,6 p.p.
Número de efectivos	171	190	-10,0%

(1) - Calculado de acordo com a instrução nº 23/2007 do Banco de Portugal

(2) - Calculado de acordo com a instrução nº 22/2011 do Banco de Portugal

SÍNTESE DA ACTIVIDADE DO EXERCÍCIO

O ano 2013 acentuou melhorias e desenvolvimentos positivos para ultrapassar a crise internacional, nomeadamente na sequência da implementação de reformas nas economias intervencionadas e da conclusão do processo de capitalização da banca em Portugal e na Europa. Apesar de alcançados importantes objetivos, na vertente económica e financeira, manteve-se, ao longo do ano, elevada incerteza, acentuaram-se os efeitos negativos do ajustamento, nomeadamente os fiscais e os decorrentes dos cortes de despesa pública, de que resultaram nova contração da economia portuguesa e desemprego elevado que, embora em desaceleração na parte final do ano, muito contribuíram para a contração do consumo.

Com os efeitos da crise no sul da Europa a dissipar-se gradualmente e a contagiar a atividade dos países do norte, toda a zona Euro parece entrar numa nova fase de crescimento económico. Porém, a atividade do Banco Santander Consumer Portugal, em 2013, à semelhança de todas as instituições que operam no mercado do financiamento ao consumo, foi ainda muito difícil e marcada por toda esta envolvente macroeconómica.

O Banco registou, em 2013, um volume de financiamento a cliente final de 201,6 milhões de euros, que representa uma quebra de 5,7% face a 2012. Este resultado reflete o decréscimo da atividade na sequência das restrições ao consumo e ao investimento, resultantes, nomeadamente, dos impostos sobre o rendimento das famílias e das empresas, em níveis históricos nunca antes alcançados. Apesar deste contexto, o Banco encerrou o ano na liderança do mercado de financiamento de viaturas novas a cliente final, com 16,1% de quota acumulada a Dezembro, enquanto, no mercado de financiamento de viaturas usadas, foi alcançado um crescimento de 7,7% no volume financiado (compara com 2,6% de quebra do mercado) que permitiu manter a 2ª posição com 12,6% de quota e, acentue-se, mantendo a rigorosa política de concessão de crédito em vigor neste segmento.

As vendas a retalho no mercado automóvel – das quais depende parte muito significativa da atividade comercial do Banco – cresceram 11,5% em relação ao ano anterior, refletindo a ligeira recuperação na economia portuguesa, visível a partir do 2º trimestre do ano. Não obstante, é de salientar a manutenção de uma política de concessão de crédito rigorosa que permite equilibrar o perfil de risco e o retorno esperado das operações de crédito.

O Banco mantém a estratégia de desenvolvimento da linha de financiamento ao consumo por constituir uma oportunidade de angariação de clientes e diversificação do negócio. No entanto, no contexto vivido em 2013, o decréscimo do volume financiado (-36%) foi ainda agravado pela

transferência, a partir de julho, do negócio da *Media Markt* do consumo para a área dos cartões de crédito.

A redução do volume de financiamento no consumo compara com uma quebra de 14,5% do mercado que, ainda assim, resultou em 12,5% de quota em 2013 e permitiu manter o 3º lugar neste segmento de negócio.

Perante um enquadramento propício ao incumprimento o Banco manteve a estratégia de prevenção na admissão de risco e de reforço da capacidade de recuperação. Assim, foi possível manter os níveis de incumprimento em parâmetros bastante inferiores aos do mercado.

Para sustentar a margem financeira o Banco manteve uma gestão rigorosa das suas fontes de financiamento. A operação de titularização de créditos Silk Finance N°3, iniciada em 2009, manteve relevância para concretização da política de diversificação das fontes de financiamento, atendendo à qualidade dos créditos subjacentes à operação. As obrigações emitidas de Classe A, a 31 de Dezembro de 2013, ascendiam a 320,5 milhões de euros, foram também utilizadas como colateral nas operações de intervenção de absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu.

Na atividade complementar de mediação de seguros, o Banco, aumentou o volume de comissões em 2013 para 5,05 milhões euros (+0,9% face a 2012), um valor naturalmente condicionado pela contração da atividade de financiamento a cliente final (-5,7%). Este resultado valoriza a aposta na mediação de seguros, com foco na angariação direta e na diversificação de produtos comercializados que, para além do seguro proteção ao crédito e automóvel, inclui também os seguros de acidentes pessoais e o *Finance GAP* (seguro de perdas pecuniárias diversas complementar ao seguro automóvel).

No que diz respeito aos processos de otimização operacional, o rácio de eficiência do Banco situou-se em 44,6%, mantendo os seus excelentes níveis de competitividade e flexibilidade num enquadramento de mercado ainda bastante desfavorável.

O exercício de 2013 encerrou com um resultado líquido consolidado de 6,2 milhões de euros, uma redução de 19% face aos 7,7 milhões de euros alcançados no ano anterior.

Apesar do enquadramento económico, o Banco Santander Consumer Portugal, com a capacidade de adaptação que se conhece, apostou em captar novo negócio em mercados complementares. Neste âmbito, assistiu-se a uma aposta renovada na linha de cartões de crédito, maior orientação para o mercado auto usados e um envolvimento crescente no financiamento de motociclos. Com esta orientação pretende-se evoluir na diversificação do modelo de negócio para alcançar uma nova distribuição do negócio equilibrada em torno de 2/3 para o negócio auto e 1/3 para o negócio não auto.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Enquadramento Internacional

Em algumas das economias desenvolvidas a atividade económica cresceu a um ritmo mais moderado que em 2012 e noutras houve mesmo contração. Tendo presente o contexto da crise global, o quadro de ajustamento macroeconómico, de consolidação orçamental e até de assistência financeira em algumas economias, 2013 foi ainda um ano difícil. No entanto, a recuperação económica está em marcha e surge menos condicionada pelas tensões na área do Euro, onde a estabilidade regressa paulatinamente, a par de um frágil crescimento e apesar de alguns riscos (fraco crescimento potencial) que se perfilam poderem implicar uma mudança de *drivers* para uma economia mais sustentável.

Apesar de tudo, a economia mundial registou um crescimento de 3,0% em 2013, ou seja, apenas menos 10 *bps* face a 2012.

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL		
<u>Taxas de variação em percentagem</u>		
PIB	2012	2013
Economia mundial	3,1	3,0
EUA	2,8	1,9
Japão	1,4	1,7
Área do euro	-0,7	-0,4
Alemanha	0,9	0,5
França	0,0	0,2
Itália	-2,5	-1,8
Espanha	-1,6	-1,2
Portugal	-3,2	-1,4
Reino Unido	0,3	1,7
China	7,7	7,7

Fonte: FMI

A economia americana cresceu 1,9% em 2013, desacelerando em relação a 2012. O crescimento não sendo tão significativo, mantém-se no entanto real. Para esse menor fulgor pesaram motivos externos (como a crise da zona do euro) e internos, sobretudo relacionados com o ambicioso processo de consolidação orçamental em curso. A taxa de desemprego prosseguiu, no entanto, a

sua trajetória descendente e atingiu 7,4% (8,1% em 2012). Esta tendência, apesar do menor crescimento verificado, constitui sinal positivo para o futuro.

Contudo é o continente asiático que continua a puxar pela economia mundial. A China fecha 2013 com bons indicadores económicos e novamente um sólido crescimento de 7,7%. Este desempenho não está, no entanto, livre de riscos a médio prazo. O modelo de desenvolvimento é dificilmente sustentável a prazo e pode esgotar-se à medida que a classe média crescer e aumentar o consumo de bens importados. De notar que também o PIB do Japão voltou a crescer e atingiu 1,7% em 2013, um acréscimo de 0,3% face a 2012. Este crescimento é extremamente importante numa economia que esteve alguns anos estagnada mas que é um dos motores da economia mundial.

A Europa, por seu lado, parece querer sair da recessão em que mergulhou na consequência da crise das dívidas soberanas e das medidas de austeridade impostas aos países resgatados, nomeadamente os do sul da Europa. De facto, a redução dos défices orçamentais torna as dívidas mais sustentáveis (também à medida que o PIB se expande) e induz melhores perspectivas de crescimento económico, menores tensões nos mercados financeiros, o que acabará por contagiar todos os países da UE.

Como corolário de toda esta situação, o PIB da Área do Euro caiu ainda 0,4%, em 2013, que compara positivamente com o crescimento de -0,7% verificado em 2012.

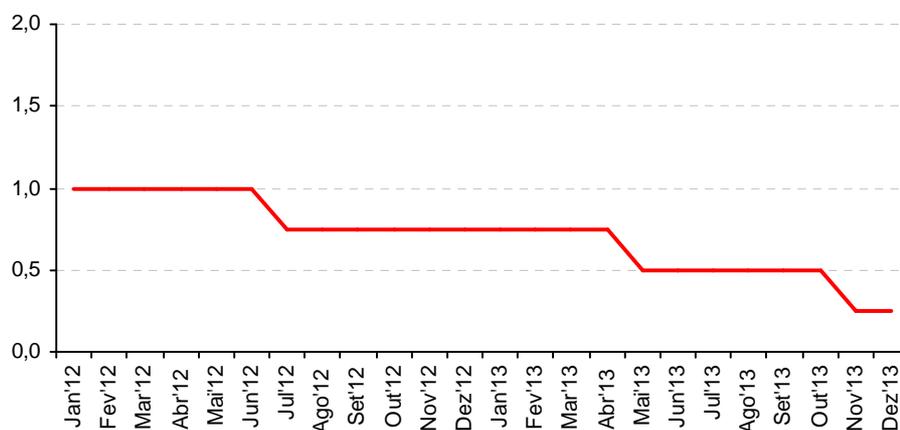
A economia alemã conseguiu ainda crescer 0,5% em 2013, contudo já bastante longe do crescimento de 3% verificado no ainda próximo ano de 2011.

A Espanha, com a segunda maior taxa de desemprego (25%) da União Europeia, assistiu a nova contração interna e viu o seu PIB cair 1,2% em 2013. As perspectivas, no entanto, são agora mais otimistas para o futuro próximo.

O desafio continua a ser restaurar a confiança na Zona Euro e por fim à crise, apoiando o crescimento e a reindustrialização da Europa, prosseguindo o ajustamento nos países do sul, a desalavancagem na banca e disponibilizando maior liquidez às empresas. Nas economias avançadas, as exigências políticas são fundamentais para enfrentar e corrigir os desequilíbrios orçamentais, reformular os sistemas financeiros por forma a sustentar a recuperação económica.

Main Refinancing Interest Rate – Eurosystem

Valores em percentagem



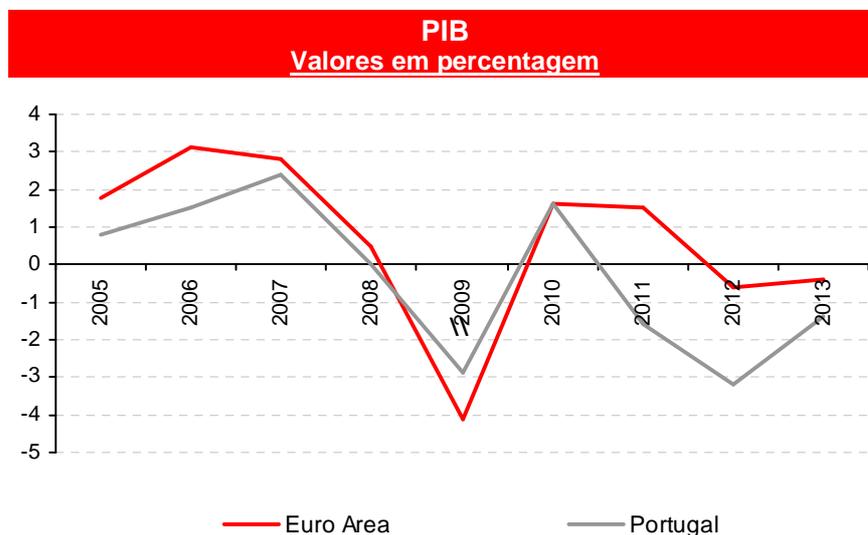
Fonte: Banco central Europeu

A situação continua marcada por elevada incerteza e riscos para a estabilidade financeira. Neste contexto, o Banco Central Europeu (BCE) continua a actuar nos mercados financeiros, através da aquisição de títulos de dívida no âmbito do Securities Market Programme, de forma a conter todas as perturbações na área do Euro, sem utilização de medidas adicionais para além da taxa de referência.

Em maio e novembro de 2013, o BCE reduziu a taxa de juro de referência da zona euro para 0,5% e 0,25%, respetivamente. Esta última, uma revisão algo inesperada, foi suportada nos baixos níveis de inflação e representa novo mínimo histórico neste referencial de mercado. Ao reduzir a taxa de juro e manter a cedência ilimitada de liquidez ao sistema financeiro, o BCE conduz uma política monetária expansionista que pretende facilitar a concessão de crédito e, assim, contribuir para reativar o investimento e a economia da zona euro, contribuindo para a saída da crise em vários países membros. Lembramos que o programa de compra de dívida soberana "sem limites", anunciado em 2012, irá permitir comprar dívida pública de países resgatados, após o seu normal regresso aos mercados financeiros, constituindo uma garantia que pode ser relevante para o futuro.

Economia Portuguesa

O PIB em Portugal contraiu 1,4% em 2013 e aprofundou a recessão que já vinha de trás, nomeadamente dos anos 2011 e 2012, onde a queda acumulada havia sido de 4,5%. O detalhe do PIB mostra ainda uma queda da procura interna, tanto em Portugal como na zona euro.



Fonte: Eurostat

O ligeiro crescimento das importações (2,8%), a par da manutenção de um sólido crescimento das exportações contribuíram para o equilíbrio da balança comercial e para um desempenho da economia que, no seu todo, acabou por ser menos negativo do que chegou a temer-se ao longo de 2013.

No entanto, a Formação Bruta de Capital Fixo, ou seja o investimento, registou nova redução de 6,6% mantendo a tendência de contração que já vinha dos anos anteriores e que constitui um dos maiores problemas da economia portuguesa. Sem investimento privado não há crescimento e sem ele é impossível afrontar o desemprego no curto e médio prazo.

As exportações registaram um crescimento muito positivo de 6,1% que teve importância decisiva para impedir uma queda maior do PIB. O comportamento positivo das exportações também resultou do redireccionamento da oferta de bens transacionáveis para o mercado externo, a par de uma maior diversificação geográfica, traduzida num aumento do peso dos mercados fora da União Europeia.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS
Taxas de variação em percentagem

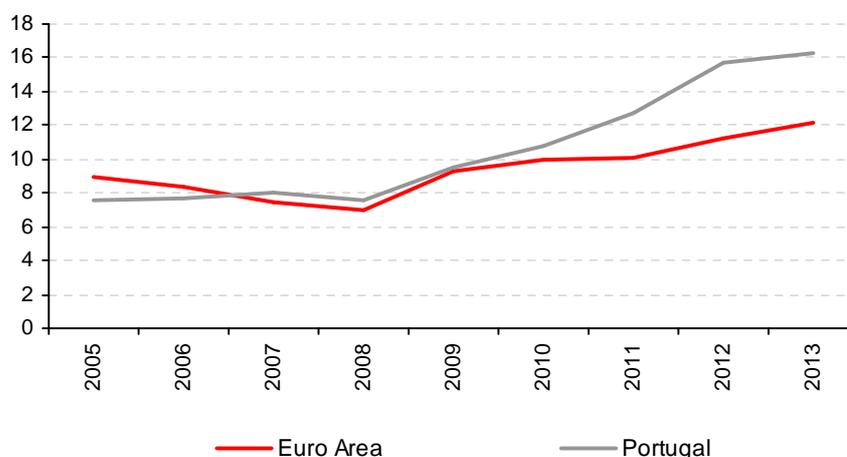
	2011	2012	2013
PIB	-1,3	-3,2	-1,4
Consumo Privado	-3,3	-5,3	-1,7
Consumo Público	-5,0	-4,7	-1,7
FBCF	-11,1	-13,4	-6,6
Exportações	6,9	3,2	6,1
Importações	-5,3	-6,6	2,8
Procura Interna	-5,7	-6,8	-2,6
Procura Externa	3,9	-0,2	1,3
Contributo para a variação do PIB (p.p.)			
Procura Interna	-5,5	-6,9	-2,6
Exportações Líquidas	4,4	3,7	1,2
IHPC	3,6	2,8	0,4
Taxa Desemprego (% da população activa)	12,7	15,7	16,3
Desemprego longa duração (% desemprego total)	49,8	55,6	62,0
Saldo Orçamental (% PIB)	-4,3	-6,4%	-4,9%
Dívida Pública (% PIB)	108,2	124,1	129,0

Fontes: INE e Banco de Portugal

Os últimos dados sobre o emprego em Portugal são muito negativos, embora mais encorajadores. De facto, a taxa de desemprego não confirmou as piores previsões, nomeadamente as do ajustamento e iniciou até uma tendência de redução a partir do 2º trimestre 2013, tendo atingido 16,3% em média anual, um valor elevado mas inferior ao máximo histórico verificado no 1º trimestre do ano. Ou seja, são cerca de 876 mil os portugueses sem trabalho e, neste quadro difícil, os dados do desemprego jovem mantêm-se particularmente elevados e preocupantes.

As condições no mercado de trabalho continuaram, portanto, a deteriorar-se em 2013, repercutindo-se num novo aumento do desemprego e consequente manutenção da tendência dos anos anteriores.

Taxa Desemprego Valores em percentagem



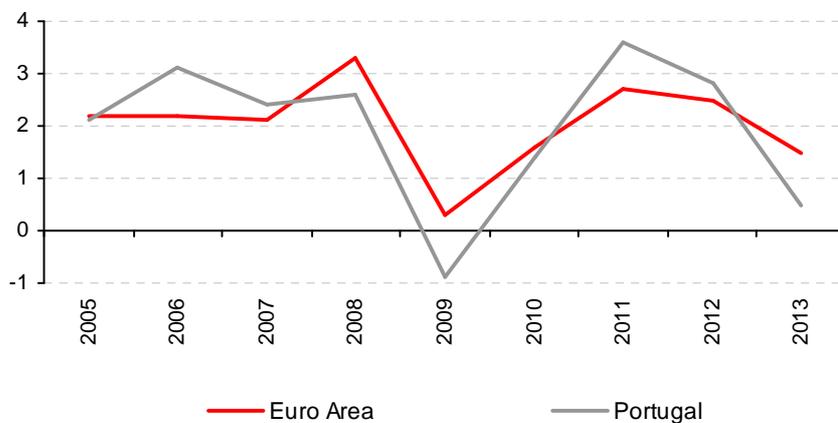
Fonte: Eurostat

De acordo com dados divulgados pelo Banco de Portugal, os custos unitários do trabalho continuaram a evoluir positivamente, sendo que a sua redução favorece a produtividade e competitividade das exportações de bens transacionáveis, única maneira de o fazer quando o instrumento cambial não faz parte da panóplia de ferramentas disponíveis.

As famílias portuguesas estão a disciplinar as suas despesas para conseguir manter o nível de poupança alcançado em anos anteriores, apesar da redução do rendimento disponível, reflexo do desemprego histórico, da diminuição de salários e do aumento da carga fiscal. O ajustamento no orçamento é tão significativo que particulares e empresas estão a poupar mais do que a investir, pela primeira vez desde a introdução do Euro.

A taxa de inflação em Portugal situou-se nos 0,4%. O indicador que mede a evolução dos preços mantém-se muito condicionado pelo ajustamento e naturalmente pelas consequências económicas que dele resultam, tendência que deverá manter-se ou até acentuar-se. O cenário de deflação não está completamente afastado e pode vir a condicionar a economia portuguesa e europeia, nomeadamente pelas suas implicações na condução da política monetária por parte do Banco Central Europeu.

Índice Harmonizado de Preços no Consumidor Valores em percentagem



Fonte: Banco de Portugal

A desejada redução no défice orçamental em 2013 acabou por ir além das expectativas. De facto, a meta orçamental (5,5% revista) foi superada através de receitas extraordinárias, alcançadas com o programa de perdão fiscal e o melhor desempenho da receita fiscal, muito além do projetado, devido também ao melhor desempenho da economia face ao que estava previsto no quadro do ajustamento.

Segundo números do Banco de Portugal, o défice orçamental (ótica contas nacionais) em 2013 cifrou-se nos 4,9% do Produto Interno Bruto (PIB), abaixo dos 5,5% revistos com a Troika. No entanto, mesmo sem a ocorrência das receitas mencionadas o défice das contas de 2013 teria (provavelmente) ficado dentro da meta prevista.

No que diz respeito à dívida pública, o INE dá conta que esta atingiu 129,0% do PIB, ou seja, ultrapassando já os 213,6 mil milhões de euros, face a um Produto Interno Bruto de sensivelmente 165,6 mil milhões de euros.

O sistema bancário prosseguiu a desalavancagem encontrando-se ainda dependente do financiamento no âmbito do Programa de Assistência a Portugal. Num contexto ainda das crises de dívida soberana, na área do Euro, as condições de financiamento dos bancos estabilizaram em 2013, embora ainda com recurso ao financiamento junto do Eurosistema, mas com os processos de recapitalização concluídos e com condições para que gradualmente os bancos possam voltar aos mercados com normalidade.

No entanto, o sistema bancário enfrenta ainda um conjunto de desafios significativos, nomeadamente os relacionados com o financiamento da atividade produtiva e o incremento da sinistralidade do crédito concedido, quer às famílias quer às empresas.

A economia portuguesa deverá manter-se numa rota de ajustamento prolongado dos seus desequilíbrios estruturais, o que inclui uma trajetória ambiciosa de consolidação orçamental, a par da progressiva desalavancagem face aos elevados níveis de endividamento dos diferentes setores da economia. Este ajustamento continuará a implicar um risco adicional de crédito e de mercado, embora com menor pressão sobre os rácios de capital dos bancos.

O MODELO DE NEGÓCIO

O negócio do Banco Santander Consumer Portugal consiste no financiamento ao consumo através de produtos de crédito colocados à disposição de parceiros nos mercados automóvel e de grande consumo. O Banco está presente no mercado de financiamento de viaturas novas, viaturas usadas e financiamento ao grande consumo (não auto) através de produtos de crédito, Leasing | ALD com taxas indexadas ou fixas no segmento Automóvel e através de produtos de crédito com e sem juros no mercado do grande consumo.

É de relevar o facto de no mercado elegível para o Banco de financiamento especializado comunicado à ASFAC, o financiamento global situou-se no mesmo valor que em 2012, 2.145 M€. No entanto a distribuição do negócio por segmento teve alterações significativas. Em alta e em crescimento estiveram os segmentos automóveis novos +10% (+3% em Particulares e +18% em Empresas) e Cartões +18%. Em decréscimo de volume financiado face a 2012, os segmentos: automóveis usados com -3%; o crédito ao grande consumo com -15%; o segmento de crédito pessoal com -68% e o segmento das Motos com -7%.

Para o Banco o segmento de financiamento automóvel representou em 2013 85% do financiamento total do Banco continuando a assumir o seu carácter dominante na actividade desenvolvida.

A personalização de soluções aderentes às necessidades específicas de cada um dos parceiros sempre constituiu e continua a constituir uma vantagem competitiva muito importante face à nossa concorrência. O ano foi marcado pela renovação dos acordos com todos os grandes grupos parceiros, reflexo do rigor e consistência de práticas e políticas do Banco, e a aquisição de novos protocolos de marca. Hoje o Banco representa 9 marcas no segmento do financiamento Automóvel abarcando toda a gama de produtos, dirigindo-se a targets distintos desde o importador/ distribuidor, à concessão e por fim ao cliente final.

O mercado de venda de viaturas novas no ano de 2013 superou as expectativas iniciais de todos os operadores com um aumento de 11,5% face ao ano de 2012, fechando o ano com 124.122 viaturas vendidas. Mas ainda aquém do nº de viaturas vendidas em 2011 -188.367- onde a quebra ainda atinge os 34%.

O financiamento em automóveis novos representou 57% da produção de financiamento automóvel do Banco. Em termos de valores absolutos observa-se um decréscimo de produção face a ano homólogo de -12%, enquanto o mercado de financiamento cresceu 10%.

Registe-se que o crescimento observado no mercado ocorre essencialmente no segmento das empresas com crescimentos de +18% face ao ano anterior.

Nesta conjuntura importa ainda destacar a posição forte que o Banco detém no negócio de crédito a particulares (que representa 80% do financiamento concedido pelo Banco Santander Consumer), em que é líder destacado de mercado com 26% de quota e a uma distância do segundo player de 12 pontos percentuais.

Também no segmento de financiamento de viaturas usadas, o Banco consolidou a sua posição no mercado em 2013. Este segmento de negócio representou 43% da produção na área do financiamento automóvel, um incremento face a ano homólogo de 7,6% em new business. De destacar que o crescimento registado neste segmento ocorreu num mercado de financiamento (ASFAC) que neste segmento, reduziu 3%.

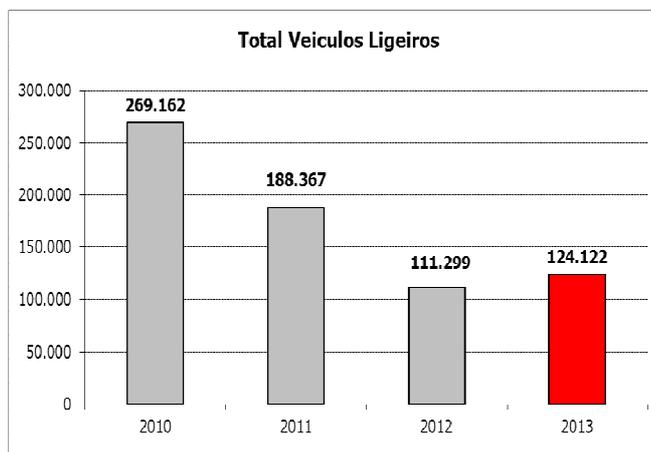
MERCADOS AUTOMÓVEL E DE FINANCIAMENTO

Segundo informação disponibilizada pela ACAP, o ano de 2013 veio finalmente inverter o ciclo negativo que se vinha a registar nos últimos 2 anos com quedas consecutivas. O ano passado, embora longe do volume apresentado em 2010, representou um aumento de cerca de 12% face a 2012 com um registo final de 124.122 unidades vendidas.

Este comportamento assume especial importância se atendermos ao facto de que 2012 representou uma quebra de 59% relativamente a 2011 e este de 70% face a 2010 (em dois anos o mercado automóvel perdeu cerca de 160.000 vendas).

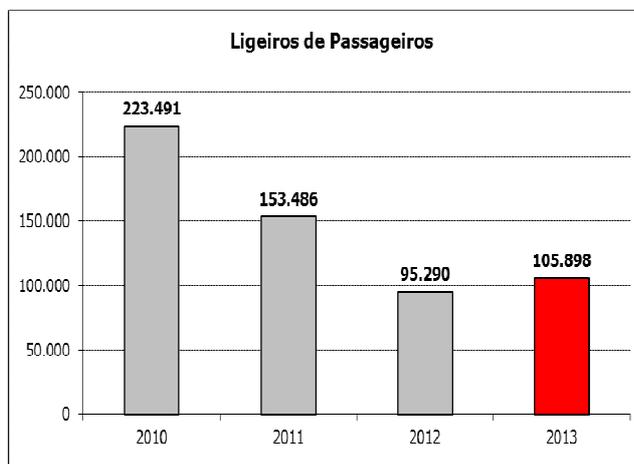
Acredita-se que o aumento das vendas em 2013, entre outros factores, deve-se a:

- Melhoria do nível de confiança do consumidor, intrinsecamente ligado à contenção da taxa de desemprego;
- Maior experiência das famílias em lidar com as consequências das medidas de austeridade;
- Maior confiança da rede empresarial portuguesa com especial incidência nas PME's;
- Políticas comerciais de desconto por parte de "todas" as principais marcas de automóveis.



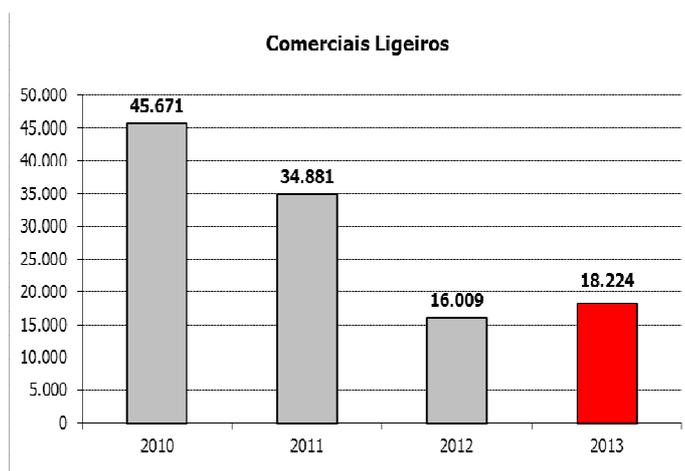
Por segmento, verificaram-se os seguintes comportamentos:

Ligeiros Passageiros: O segmento de Ligeiros de Passageiros, que inclui os veículos todo-o-terreno, registou um aumento de 11,1% com 105.898 unidades vendidas em 2013 (compara com 95.290 unidades vendidas em 2012).



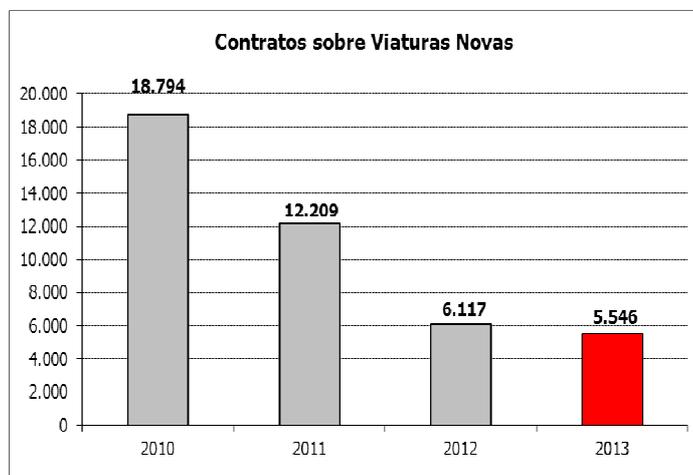
Comerciais Ligeiros: O aumento verificado neste segmento foi de 13,8% acima do verificado pelo mercado global que registou 11,5%.

A maior recuperação neste segmento deve-se em muito à renovação de frotas que ocorreu em 2013 (muitas deveriam ter ocorrido em 2012) bem como à expansão do número de PME's que se verificou.



Em 2013 foram realizados 5.546 contratos de viaturas novas, -9% do que em 2012, muito em paralelo com os resultados verificados nas principais Marcas protocoladas. Apesar da ligeira recuperação nas vendas a componente do financiamento ainda sofre com a complicada conjuntura

económica que se mantém, necessidade de uma cuidada admissão de risco, e indispensável assertividade comercial tanto no acompanhamento das actuais Parcerias como na prospecção criteriosa de novas oportunidades de negócio.

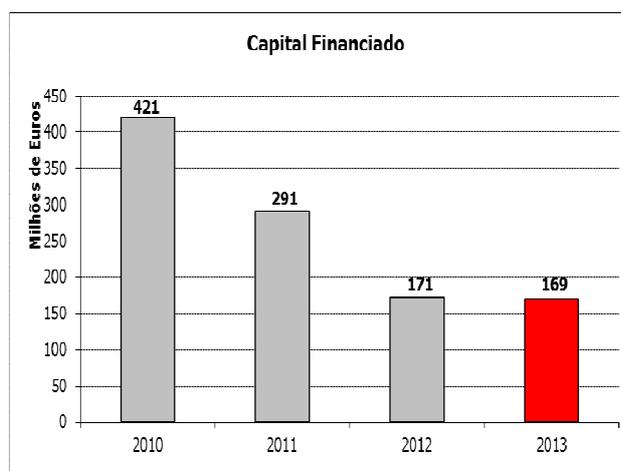


Financiamento à Aquisição de Veículos Automóveis

Globalmente o comportamento do mercado de financiamento a automóveis novos esteve em linha com o mercado de vendas, com uma variação positiva de 10,3% face a 2012.

Tudo o já referido ao nos pontos anteriores mantém-se válido também para este mercado, ou seja, inversão da tendência de quebra, aumento da confiança e vendas acompanhadas por forte esforço ao nível do preço e produtos de ciclo de troca.

Em termos de capital financiado, o banco apresentou um volume de 160M€ valor este praticamente em linha com o registado em 2012.



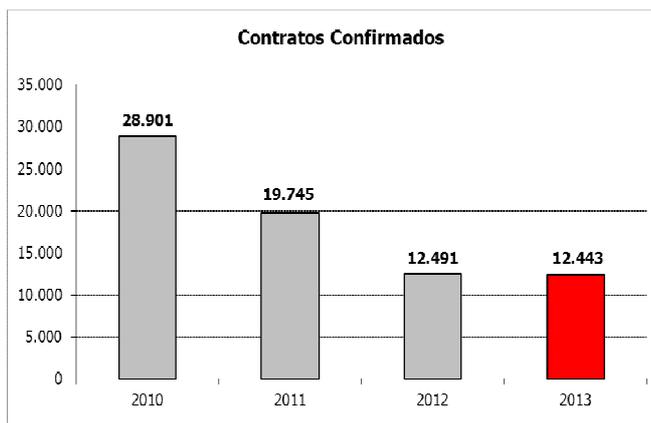
Viaturas novas:

O Santander Consumer termina o ano na 1ª posição com praticamente 90M€ tendo-se observado uma tendência de crescimento mensal nos últimos meses do ano. Apesar da manutenção da liderança 2013 representou para o banco uma diminuição de 12% no volume de capital muito por via do menor resultado de algumas das marcas protocoladas. Outro factor para esta diferença de comportamento terá a ver com o menor peso nos clientes empresa, onde se regista uma elevada apetência por produtos de ciclo de troca.

Viaturas usadas:

Neste segmento o Santander Consumer mantém a vice-liderança com uma quota de 12,60% mantendo a variação positiva em relação ao ano de 2012, de 7,74%.

Relativamente ao número de contratos totais realizados em 2013 constata-se que os mesmos são praticamente idênticos quando comparados com o ano anterior (12.491 em 2012 e 12.443 em 2013).



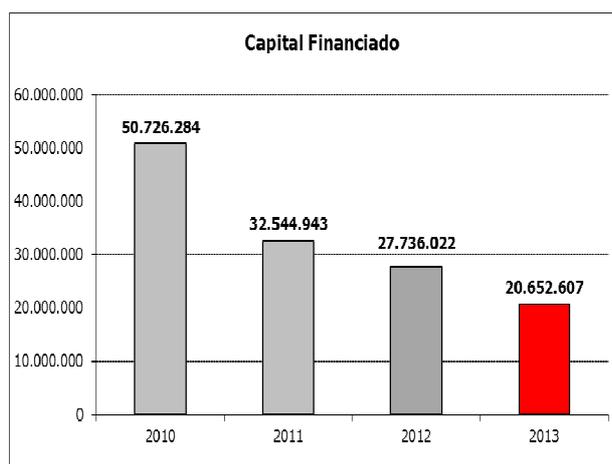
NEGÓCIO E MERCADO CRÉDITO AO CONSUMO

As principais orientações do Banco neste mercado focaram-se no consolidar das parcerias existentes e na prospeção e angariação de novas parcerias, diversificando esta área de negócio para segmentos do valor médio de financiamento superior à média do mercado, dentro de mercados previamente identificados como de menor exposição de risco e de maior rentabilidade para o Banco.

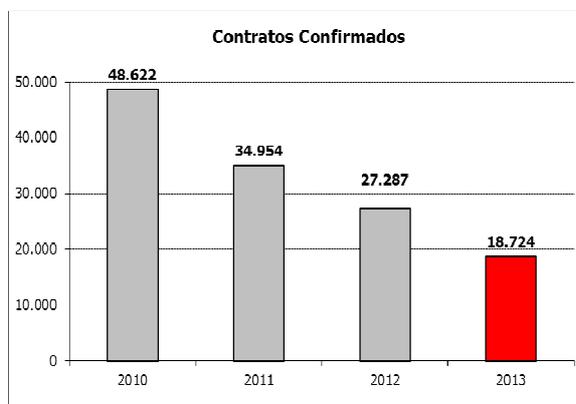
Durante 2013 o negócio de crédito ao consumo manteve a sua estrutura de produto no que diz respeito à distribuição de produtos financeiros, a cliente final, por manutenção de um *portfolio* de opções diversificado:

- Clientes de financiamento (utilizadores do bem adquirido):
 - Crédito Tradicional com Juros;
 - Crédito Tradicional sem Juros;
 - Crédito Misto (com e sem Juros);
 - Seguros de protecção ao crédito.

A actividade desenvolvida nesta área de negócio proporcionou uma realização de 20.652milhares de Euros em 2013 o que representou uma quebra de 24,42% face à realização de 2012.



O número de contratos realizados foi de 18.724 em 2013 o que representou uma quebra de 31,49% face à realização de 2012.



Os resultados apresentados foram obtidos apesar da contração do mercado de crédito ao consumo em 14,40% face a 2012 (fonte: ASFAC) e da clara desaceleração da presença em segmentos de financiamento de serviços por parte do Banco, que contribuirão para uma melhoria na qualidade do crédito contratado.

NEGÓCIO E MERCADO DE CARTÕES DE CRÉDITO

O mercado de Cartões de Crédito, segundo informação prestada pelos associados da ASFAC, registou um incremento, em valor total financiado, de 17,89% face a 2012.

Aproveitando a tendência positiva no mercado de cartões de crédito o Santander Consumer dedicou o ano de 2013, para além da gestão da carteira de cartões existente, e de acordo com a estratégia delineada no ano de 2012, a redefinir os requisitos do produto e as boas práticas do negócio de cartões de crédito.

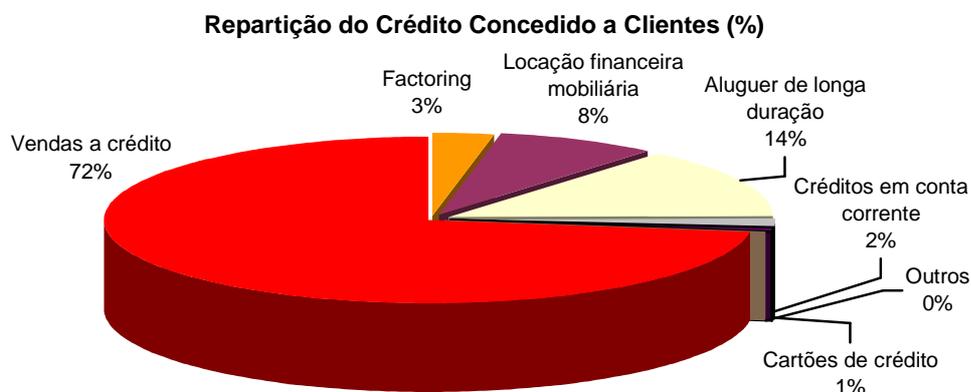
EVOLUÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, as instituições financeiras têm de preparar as suas contas consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) para os exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2005.

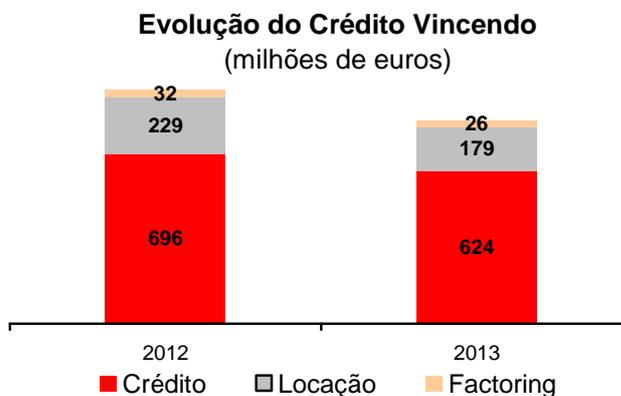
Em consequência, as contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. aqui apresentadas, foram elaboradas de acordo com as ditas IAS/IFRS, enquanto as suas Demonstrações Financeiras estatutárias foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), conforme estabelecido pelo Banco de Portugal.

Balanço Consolidado (IAS)

O valor de balanço do crédito consolidado concedido a clientes, no final de 2013, líquido de provisões, ascendia a 843 milhões de euros, o que significou uma redução de 14,1% face ao registado no valor final do ano anterior. Este decréscimo no valor de balanço está diretamente relacionado com a redução verificada nos volumes de financiamento, os quais reduziram 5,7% face ao ano transato, performance condicionada pela quebra no retalho. A repartição do crédito consolidado concedido a clientes, líquido de provisões, do Banco Santander Consumer Portugal, no final do exercício de 2013 era a seguinte:

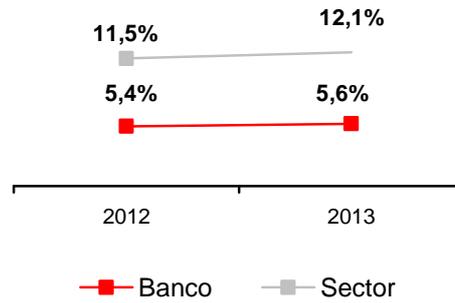


Na estrutura de composição do crédito concedido, a componente de financiamento a cliente final, representa o core business do Banco Santander Consumer Portugal. No que se refere ao financiamento de stock a concessionários automóveis, o saldo da componente de Factoring totalizou 26 milhões de euros em 2013.



O crédito com incumprimento, nos termos da Instrução 16/04 do Banco de Portugal, representou 5,6% do crédito total concedido, o que significou um incremento face ao valor do rácio de 5,4% registado em 2012. Esta evolução da sinistralidade do crédito reflete o enquadramento adverso da conjuntura económica, nomeadamente no que respeita aos rendimentos decrescentes das famílias, com aumento da carga de impostos, redução de subsídios e aumento do desemprego, e às dificuldades crescentes das empresas, nomeadamente pela redução da procura e dificuldades de financiamento. Neste sentido, optou o Banco por incluir na sua estratégia de gestão de risco de crédito a intensificação de operações de reestruturação e refinanciamento, com o intuito mitigar os impactos imediatos da austeridade económica para os seus clientes. Apesar da deterioração da qualidade de crédito, ainda assim e quando comparado com o restante sector bancário de crédito ao consumo, este apresenta uma evolução menos positiva, com um aumento dos rácios de incumprimento para máximos históricos, especialmente afetando o segmento de particulares reflexo do agravamento das condições económicas em Portugal ao longo do ano.

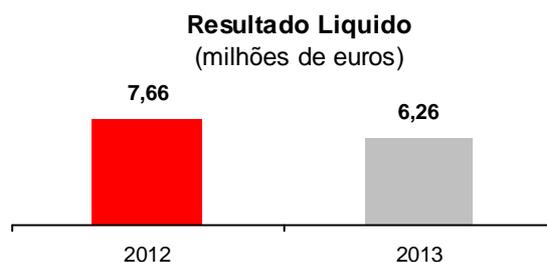
Crédito com Incumprimento 3/95 (%)



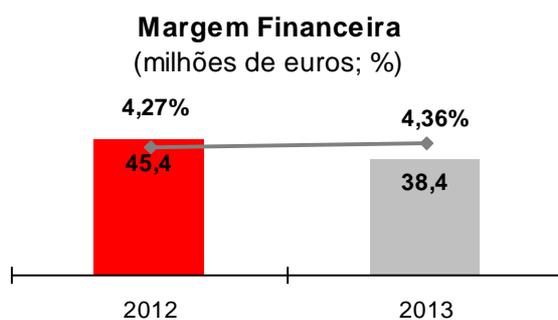
O rácio de crédito vencido acima dos 90 dias cifrou-se em 5,6% e o montante de imparidade de crédito acumulada em balanço apresentou uma cobertura de 117,5% do valor dos créditos em mora, valor que se situou abaixo do registado em 2012 de 104,1%, ainda assim, um resultado confortável considerando o contexto particularmente adverso que caracterizaram o exercício, sublinhando a escrupulosa e conservadora abordagem na gestão e mitigação do risco de crédito. O saldo da imparidade para créditos vencidos e de cobrança duvidosa totalizava 58,3 milhões de euros no final do ano.

Conta de Resultados Consolidada (IAS)

O resultado líquido consolidado (IAS) cifrou-se em 6,3 milhões de euros no final de 2013, resultando numa quebra de 18,3% face ao indicador homólogo de 2012. Este resultado foi determinado pela conjugação de diversos fatores, nomeadamente, o enquadramento extraordinariamente adverso com a quebra prolongada da procura e consumo internos, determinante para o desempenho das principais componentes da conta de resultados, por um lado, nas receitas pela diminuição dos volumes de crédito concedido, e por outro no incremento da rubrica de imparidade do crédito dado o contexto económico particularmente adverso.



A erosão da Margem Financeira ao longo do exercício de 2013 deveu-se essencialmente à redução verificada nos volumes de crédito concedido e da própria carteira sob gestão, a qual foi substancialmente compensada pela diminuição nos custos de financiamento, resultado da gestão criteriosa desta rubrica, nomeadamente pela redução da duração média de financiamento e da redução das taxas de juro de referência de mercado.



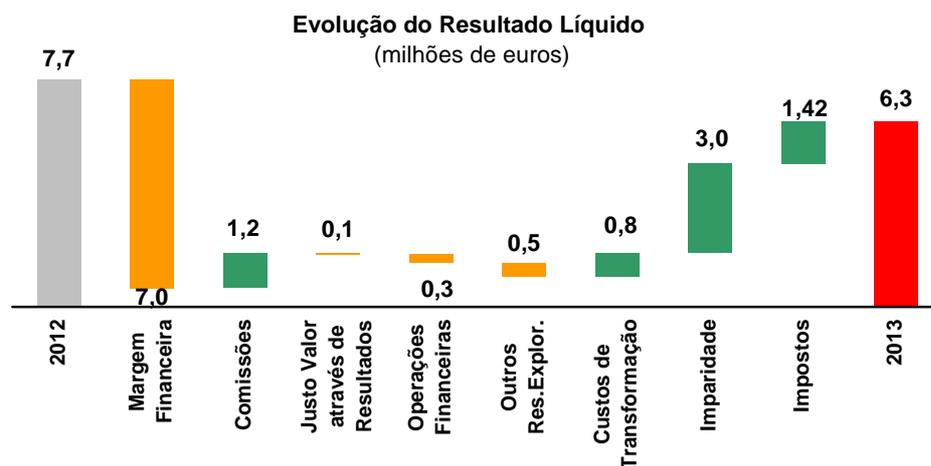
Ao nível do Produto Bancário há ainda a destacar o acréscimo nas rubricas de comissões líquidas, que totalizaram 7,5 milhões de euros e que comparam com 6,3 milhões de euros em 2012, o que significou um aumento de 18,5%, quando a quebra registada com os novos volumes de financiamento se fixou em 5,7%. O Produto Bancário totalizou 51,8 milhões de euros, diminuindo 11,3% face ao registado no ano de 2012.

Em contrapartida, os Custos de Transformação reduziram o seu valor em 3,5% face a 2012, fixando-se em 22,1 milhões de euros, fruto da política de melhoria continua de otimização e adequação permanente dos recursos às condições em que o Banco opera, permitindo graus de eficiência crescente. O rácio de eficiência situou-se em 42,7% no final do exercício registando um incremento de 3,5 p.p. de 2012 para 2013, uma vez que a descida nos Custos de Transformação não foi suficiente para acomodar a redução do Produto Bancário.

Em 2012 procedeu-se à reclassificação do valor de recuperações de crédito abatido ao ativo, o qual não deveria ser deduzido diretamente à rubrica de imparidade do crédito mas sim incluído em outros resultados de exploração, conforme modelo previsto na Instrução n.º 18/2005 do Banco de Portugal.

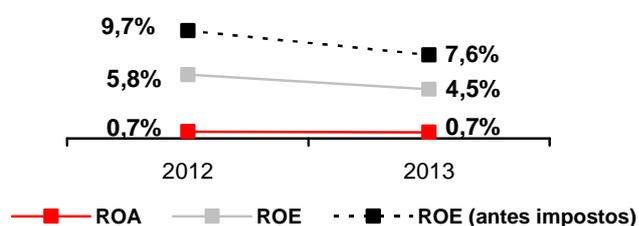
O valor contabilizado para perdas em imparidade líquidas de recuperações e para outras provisões atingiu 19,2 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 13,5% relativamente a 2012, tendo em consideração a reclassificação acima referida e refletindo a política do Banco de prudência na avaliação dos riscos e de manutenção de uma cobertura adequada para fazer face à deterioração do contexto macroeconómico.

O resultado antes de impostos em 2013 atingiu 10,5 milhões de euros o que significou uma redução de 21,2% face aos 13,3 milhões de euros registados no ano transato. Já a rubrica de impostos reduziu 25,0% face ao valor verificado no exercício anterior.



Os indicadores de rentabilidade do exercício do ano 2013 encontram-se negativamente afetados pela evolução, de um modo geral, desfavorável dado o contexto em que foi desenvolvida a atividade do Banco, nomeadamente quando comparados com os valores obtidos no exercício de 2012, já que se manteve a tendência contraccionista da procura interna.

Rendibilidade (%)



Com um resultado líquido de 6,26 milhões de euros no final de 2013, equivalente a 0,094 euros por ação (0,115 euros em 2012), a rendibilidade média dos capitais próprios (ROE) situou-se nos 4,5%, quando este valor em 2012 ascendeu a 5,8%, o que representa uma redução de 130 *bp*. No que se refere à rendibilidade média do ativo (ROA), esta situou-se em 0,7% em 2013, em linha com o valor registado no ano transato.

O indicador de rendibilidade dos capitais próprios está naturalmente afetado pela postura conservadora do Banco nesta matéria, no qual o rácio de solvabilidade evoluiu de 15,34%, no final do ano de 2012, para 17,45% em Dezembro de 2013, cumprindo adicionalmente com um rácio de 17,06%, quando o valor mínimo exigido pelo Memorando de Entendimento do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) para o rácio de Tier I é de 10% para o ano de 2013.

GESTÃO FINANCEIRA

No ano de 2013, a economia portuguesa manteve-se ainda muito marcada pelo processo de ajustamento, nomeadamente em consequência do impacto das medidas de consolidação orçamental e persistência de tensões associadas à crise das dívidas soberanas na área do Euro.

Com o Programa de Assistência Económica e Financeira iniciou-se a desalavancagem na concessão de crédito, dadas as dificuldades de financiamento nos mercados internacionais. As restrições de liquidez foram sendo colmatadas com recurso às operações de intervenção do Banco Central Europeu e, gradualmente, pela crescente atividade de captação de depósitos junto dos clientes, através de remunerações mais atraentes e consequentemente penalizando a margem de intermediação.

Em contexto ainda de escassez de liquidez estar integrado num Grupo financeiro global aporta benefícios evidentes e tem reflexos positivos na gestão financeira corrente, e na adequação de procedimentos, políticas e estratégias para a gestão e mitigação dos riscos financeiros inerentes à atividade.

Neste contexto, a gestão financeira do Banco Santander Consumer Portugal, desenvolvida pela Direção Financeira de acordo com as orientações do Conselho de Administração, norteou-se pelos seguintes objetivos fundamentais:

- Assegurar a liquidez necessária ao correto desenvolvimento do negócio, mantendo uma relação equilibrada entre capitais próprios e alheios para maximizar a rentabilidade dos acionistas, sem prejudicar a solidez financeira da instituição;
- Adotar as melhores práticas em termos de gestão de riscos financeiros, quer por via das políticas preconizadas de assunção e mitigação da exposição ao risco de liquidez e taxa de juro, quer por via das economias de escala proporcionadas pela pertença ao Grupo Santander, com reflexos na sua capacidade competitiva;
- Diversificar as fontes de financiamento, por um lado, diminuindo a dependência da Tesouraria do Grupo, e por outro, encontrando canais alternativos à exposição ao Mercado de Operações de Intervenção do Banco Central Europeu, utilizando para o efeito os ativos titularizados e potenciando a sua colocação junto a investidores privados, assegurando o financiamento do balanço a prazos mais alargados;

- o Manter, com o apoio da tesouraria do Grupo Santander, uma política ativa e dinâmica de cobertura da exposição aos riscos financeiros (liquidez e taxa de juro) inerentes ao seu negócio.

a) Financiamento do negócio

Os novos contratos de Crédito, Leasing e ALD têm, no momento da sua originação, prazos que em média se situam acima dos 6 anos, pelo que o financiamento do negócio deve ter em conta este facto, tendo igualmente em conta que esses mesmos prazos se têm vindo a dilatar por força dos requisitos de mercado.

As diferentes necessidades financeiras, subjacentes ao financiamento destes ativos, foram satisfeitas através de um *mix* equilibrado de capitais de curto e médio prazo. Dado o contexto verificado no incremento nos *spreads* das operações de financiamento de prazo mais longo, o Banco seguiu uma estratégia de redução do prazo médio das novas operações de liquidez, dado que também dispõe de uma operativa de mitigação do risco de taxa de juro, através da contratação de instrumentos derivados, nomeadamente *swaps* de taxa de juro.

Assim, sob o enquadramento das linhas de orientação de anos anteriores, assentes na garantia da solvabilidade da instituição, na estabilidade da respetiva tesouraria e na obtenção de custos de financiamento competitivos, negociaram-se os passivos adequados, em termos de duração, aos ativos do banco, observando-se simultaneamente os requisitos prudenciais impostos pelo Banco de Portugal, bem como os limites impostos corporativamente pelo acionista.

Empréstimos Obrigacionistas e de Médio e Longo Prazo

O Banco assenta a sua estrutura de financiamento em operações de mercado monetário e operações contratadas, quer, junto da Tesouraria do Banco Santander Consumer Finance, em Espanha, quer, junto de outras instituições de crédito. Estas operações têm uma duração média de sensivelmente 2 anos, para adequação à correspondente do ativo.

O acesso permanente a linhas de liquidez de elevada estabilidade permite ao Banco, dentro de uma gestão de elevado rigor, dirigir parte deste esforço e sinergias para o seu *core business*, beneficiando assim de uma importante vantagem competitiva no mercado onde, dada a manutenção de alguma turbulência nos mercados financeiros internacionais, nomeadamente através de restrições à liquidez do sistema financeiro nacional e à volatilidade na estrutura temporal de taxas de juro de mercado.

Ao longo de 2013 e devidamente enquadrada na política de liquidez prosseguida pelo Grupo Santander, o Banco continuou a aceder periodicamente às operações de cedência e absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu por via do desconto de ativos titularizados e considerados elegíveis para aquele efeito.

Financiamento dos ativos de curto prazo

Tal como em anos anteriores, e uma vez que este tipo de crédito se destina sobretudo a apoiar as aquisições de existências por parte dos Concessionários com os quais o Banco tem acordos de colaboração, o financiamento desta atividade foi efetuado, quase exclusivamente, com base nas contas correntes bancárias de que o Banco dispõe ou através de operações de tomada de fundos de curto prazo.

b) Estratégia de Gestão de Riscos Financeiros

No ano de 2013 o Banco prosseguiu uma gestão conservadora dos riscos financeiros inerentes ao seu negócio, nomeadamente no que se refere aos riscos de taxa de juro e liquidez.

O acompanhamento, monitorização dos riscos de mercado e as decorrentes coberturas, negociadas para garantir a adequação das maturidades e o perfil de taxa de juro dos ativos e passivos do Banco Santander Consumer Portugal, foram implementados em estreita coordenação com a tesouraria do Grupo Santander, ficando naturalmente sujeitas às regras e políticas de supervisão nacionais.

Risco de Taxa de Juro

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. mede, em base mensal (ou pontualmente, quando considerado apropriado), a sensibilidade do valor atualizado do somatório dos cash-flows futuros da carteira de negócio (ativos de natureza comercial e financeira), com os cash-flows do respetivo passivo associado a uma subida paralela de 1% na curva de taxas de juro do mercado interbancário.

Para mitigar o risco de subida das taxas de juro, o Banco Santander Consumer Portugal privilegia a utilização de instrumentos financeiros derivados – *swaps* de taxa de juro – por montantes e prazos que possibilitam a imunização dos cash-flows da carteira de taxa fixa (Ativo) a movimentos adversos na estrutura temporal de taxas de juro no mercado interbancário. A utilização dos instrumentos derivados permitiu uma otimização da liquidez, uma vez que o financiamento da atividade pode passar a ser feito por prazos mais reduzidos, facto especialmente relevante dadas as condições existentes ao nível do custo dos fundos nos mercados financeiros.

Em conformidade, em 31 de Dezembro de 2013, o risco de taxa de juro do balanço do Banco, medido de acordo com a Instrução 19/2005 do Banco de Portugal, que assume, entre outros

factores, um movimento de 200 pontos básicos paralelo na estrutura de taxas de juro, era de 3.001 milhares de euros de impacto negativo nos capitais próprios, refletindo a postura conservadora que o Banco adotou nesta matéria, representando apenas cerca de 2% dos seus fundos próprios elegíveis.

Risco de Liquidez

Em virtude da inserção do Banco Santander Consumer Portugal no Grupo Santander, maior grupo financeiro Europeu e um dos dez maiores a nível mundial (por capitalização bolsista), o risco de liquidez encontrava-se completamente mitigado, com linhas de crédito aprovadas de 750 milhões de euros, limites que perfazem a quase totalidade do valor do ativo, assegurando a plenitude da atividade desenvolvida ao longo exercício.

No final de 2013, a operação de titularização de créditos totalizava 568,5 milhões de créditos do segmento automóvel (novos e usados) e cuja estrutura de passivo pode ser analisada da seguinte forma:

Denominação da posição titularizada	Ratings		Original	Current	Remuneração
	Fitch	S&P			
Classe					
A	AAA / A	AAA / A -	500,0	320,5	Euribor 3M + 1,5%
B	- / -	- / -	184,0	288,0	
C	- / -	- / -	3,9	3,9	
TOTAL			687,9	612,4	

No decurso dos diversos *downgrades* da dívida soberana portuguesa, as agências de notação financeira foram ajustando e alinhando os níveis de *rating* da operação de titularização. A *Standard & Poors*, por exemplo, reviu os seus critérios de atribuição das notações de *rating* e definiu, entre outros, o condicionamento dos níveis de *rating* da dívida estruturada, pelos níveis de *rating* soberano. Não obstante, com a corrente notação de *rating* da Classe A das obrigações titularizadas (Fitch A/S&P A-) a operação continuou elegível para efeitos de acesso às operações de intervenção do Banco Central Europeu.

Para efeitos prudenciais, a operação de titularização Silk Finance nº3 não configura como uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente ao nível do risco de crédito, estando os créditos objeto da operação de titularização registados na rubrica de Ativos Titularizados não Desreconhecidos e os fundos recebidos registados na rubrica Passivos por Ativos não Desreconhecidos em Operações de Titularização.

c) Gestão dos Recursos Próprios

Para desenvolvimento da sua estratégia de crescimento e expansão, o Banco avalia de forma permanente a sua política de adequação de capital por forma a:

- i) Garantir o crescimento sustentado da atividade creditícia pela gestão prudente da sua solvabilidade, decorrente do exercício dos objetivos estratégicos;
- ii) Cumprir os requisitos impostos pelas entidades de supervisão;
- iii) Assegurar uma gestão criteriosa dos capitais alheios, com o objetivo último da maximização do valor do Banco para os seus acionistas;

Em termos prudenciais e nesta matéria, o Banco encontra-se sujeito à disciplina de supervisão do Banco de Portugal, pelo disposto no Decreto-Lei nº103/2007 e Decreto-Lei nº10/2007, de 3 de Abril e pela aplicação das disposições regulamentares em vigor a 31 de Dezembro de 2013, nomeadamente pelos Avisos nº 5/07 e 6/10 do Banco de Portugal.

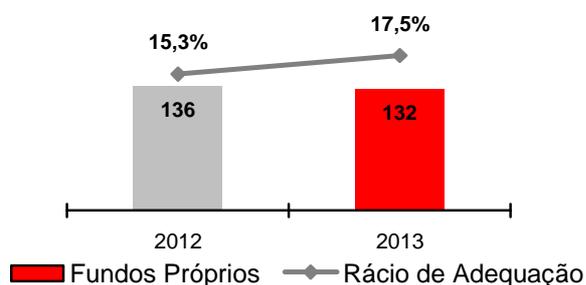
Mais recentemente o Banco de Portugal emitiu o aviso 6/2013 que regulamenta o regime transitório previsto no Regulamento (UE) n.º 575/2013 (Basileia III) em matéria de fundos próprios com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2014.

No âmbito de Basileia III o Banco irá manter as abordagens definidas no passado para a determinação da alocação de fundos próprios, a metodologia do Método Padrão na componente de Risco de Crédito e, na componente de Risco Operacional, continua a guiar-se pelo Método do Indicador Básico.

No âmbito de Basileia II, no final de 2013, os requisitos de fundos próprios consolidados ascendiam a 61 milhões de euros, o que significou uma redução de 14% sobre o valor registado no final do ano de 2012 de 71 milhões de euros, dada a redução verificada no ativo ponderado. Em Abril de 2013, os fundos próprios foram incrementados em cerca de 7,7 milhões pela aprovação dos resultados do exercício de 2012, tendo, no entanto, sido diminuídos, em Setembro de 2013 em 3 milhões, dada a aproximação da data de vencimento dos empréstimos subordinados e, diminuídos em Dezembro em 8.3 milhões, com a distribuição de dividendos ao acionista. Assim, no final de 2013 os fundos próprios ascendiam a 132,5 milhões de euros, comparando com 136,1 milhões de euros no final de 2012, o que ilustra a política conservadora da solvabilidade do Banco função do enquadramento adverso em que ainda operou.

Adequação de Capitais Próprios

(milhões de euros; %)



Em matéria de solvabilidade, no final de 2013, o rácio de adequação de fundos próprios e o rácio de adequação dos fundos próprios de base (core Tier I) calculados em base consolidada, cifravam-se respetivamente em 17,45% e 17,06%, aumentando de 15,34% e 14,66% quando comparados com o final de 2012, refletindo a estratégia conservadora da gestão do Banco, função do contexto exigente, nomeadamente pelos patamares mínimos impostos pelo Plano de Assistência (PAEF) para o rácio Core Tier I de 10% em 2013.

Relativamente ao rácio de fundos próprios principais de nível 1 (CET1) em base consolidada, conforme definido no Regulamento (UE) n.º 575/2013 (Basileia III), o Banco atingiu os 16,99%, muito acima dos patamares mínimos (7% em 2014) impostos pelo Banco de Portugal.

GESTÃO DE RISCO DE CRÉDITO

Sem alterações significativas na estrutura orgânica, a conjuntura vivida em 2013 implicou apenas a necessidade de pequenos ajustamentos que permitiram uma melhor adaptação à realidade do negócio.

Em termos das políticas de admissão, as mesmas foram mantidas, registando-se um aumento na taxa de aprovação global, mantendo-se o perfil de risco médio-baixo.

Os níveis de risco de crédito são permanentemente medidos e acompanhados, de acordo com metodologias corporativas, das quais se destacam a monitorização da Variação da Mora sob Gestão (VMG), os níveis de delinquência simples (%NPL), a análise de carteiras com igual período de origem (vintages) e a monitorização permanente dos modelos de decisão automáticos.

Tendo em vista melhorar a qualidade da admissão de novo negócio, houve a preocupação de efectuar a recalibração dos modelos de decisão automática, para os negócios de automóvel e consumo.

Em relação ao negócio de não retalho (risco individual por empresa com valor superior a 150 m€), mantiveram-se as visitas a concessionários, por parte do binómio gestor/analista. Esta actuação permite um maior conhecimento e abrangência na informação obtida, gerando uma melhor qualidade na elaboração do *rating* da empresa.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Em 2013 foram mantidas globalmente as políticas e estratégias de recuperação, tendo sido apenas efectuados os ajustes adequados face ao decréscimo da carteira gerida, adaptação a nova regulamentação (“Pari” e “Parsi”), mantendo-se a preocupação na eficiência do processo e na redução de custos.

Em termos de Recuperação Telefónica, embora com uma diminuição de 26% da carteira sob gestão, o decréscimo dos valores cobrados foi de 19%, que corresponde a um rácio de recuperação global de 66,5%, superior em 12,2 pp ao período homólogo.

Na fase de Contencioso foi mantido o foco na recuperação da carteira de write-off, para a qual contribuiu uma venda de 13,9 MM€, efectuada a 8,6% sobre total da dívida.

A recuperação de viaturas revelou um decréscimo substancial (30%), como consequência da forte redução da carteira e da entrada de nova regulamentação. No entanto, foi mantida a boa performance em termos de venda, com boa capacidade de escoamento e de preço, o que permitiu a final do ano reduzir em 20% o stock de viaturas em parque.

TECNOLOGIA & OPERAÇÕES

Com o modelo de Tecnologia & Operações já totalmente consolidado, assente na estrutura que a seguir se expõe, no ano de 2013 foi possível a manutenção da procura constante da eficiência e da eficácia nos diversos processos à responsabilidade da Direção.

Manteve-se em 2013 a preocupação permanente pela otimização de estruturas e de processos, não descurando nunca o suporte às áreas de negócio com padrões de serviço sempre elevados e debaixo de bons *standards* de controlo operacional.



- **Operações**

Assente na nossa constante procura da melhoria contínua do processo, bem como na variação dos custos, no ano de 2013 tomamos a decisão de externalizar mais alguns dos serviços sob responsabilidade desta direção.

Esta externalização permite a obtenção de ganhos em termos de sinergias com a estrutura externa já existente, e onde já se asseguravam tarefas similares, possibilitando ainda uma maior variação dos custos da operação, pela maior facilidade em ajustar recursos a volumes. Por outro lado, permite que a estrutura interna se focalize em tarefas mais exigentes e críticas.

Os processos envolvidos na externalização foram os processos simples e massivos da área de BackOffice de clientes e o processo de reconciliações bancárias, este último para a GEOBAN e como parte de uma estratégia de segregação de funções.

No que respeita ao processamento das operações, durante o ano de 2013 e de uma forma sistemática foi assegurada satisfação ao processamento de todas as operações realizadas pelo banco e de acordo com as necessidades (níveis de serviço nomeadamente) dos clientes internos e externos.

Quanto a volumes, e face a 2012, observou-se um decréscimo nas atividades totais, havendo um ligeiro acréscimo nas atividades executadas na Konecta por via da transição de parte das atividades de BackOffice, tal como referenciado acima.

- **Organização, Tecnologia e Controlo**

A área de Organização, Tecnologia e Controlo garantiu a persecução da sua missão, assegurando um acompanhamento de todas as atividades e controlos da direção de forma eficiente e eficaz, através de um modelo que sintetiza a sua área de atuação, visando a obtenção da maior eficiência possível, com processos controlados.

Modelo de Gestão de Custos

Neste modelo enquadrámos todos os controlos que visam a gestão integrada de todos os custos do Banco, visando a garantia do cumprimento do orçamento em todas as suas linhas.

Nesta matéria, o acompanhamento minucioso e constante das diversas rubricas de custos, motivou alertas permanentes com respetiva justificação, para inesperados incrementos de custos, mas com apresentação simultânea de soluções de poupança responsáveis.

Modelo de Controlo de Headcount

É efetuado um acompanhamento da evolução do headcount do Banco e a sua adequação ao orçamentado por cada direção.

O controlo e avaliação são efetuados em parceria permanente com a Direção de Recursos Humanos e com base na informação produzida por aquela direção.

Modelo de Risco Operacional e Tecnológico

Com um conjunto diversificado e exaustivo de controlos, onde se incluem checklists das tarefas mais relevantes, reportes regulares de tarefas em que existam atrasos na respetiva execução, assim como verificações independentes a processos e atividades, esta área garante que as operações são executadas na forma adequada e dentro dos níveis de serviço estabelecidos.

Durante o ano de 2013, foi garantida a implementação em pleno do modelo de Risco Operacional e Tecnológico, enquadrando as diretrizes do Grupo, e dando assim satisfação a um requisito estratégico.

Modelo de Acompanhamento Quantitativo

Todas as atividades da direção são medidas, em diferentes perspetivas e com periodicidades adequadas, o que permite uma intervenção imediata dos gestores de equipas para qualquer ajustamento de estruturas e uma afetação adequada dos recursos, tendo em conta as respetivas competências.

Modelo de Acompanhamento Qualitativo

É efetuado um conjunto de atividades de controlo dos níveis de serviço e de ocorrências excecionais (positivas e negativas), e a análise da sua adequabilidade aos princípios definidos para os produtos e processos que visam o suporte ao negócio.

Modelo de Qualidade e Clientes

Este modelo está especialmente vocacionado para o acompanhamento dos clientes internos, (seja na vertente de apoio às áreas de processamento da direção seja no apoio a outras direções), aos

clientes externos (concessionários e importadores nos produtos de factoring e de tesouraria), e para a avaliação em cada momento do nível de qualidade dos processos da direção.

Acompanha e participa ativamente na implementação de projetos do banco que tenham impacto na operativa diária da direção.

Modelo de Acompanhamento do Plano de Sistemas

Em 2013 foi já evidente um acompanhamento sistemático da priorização e evolução dos projetos de tecnologia do banco, com impacto direto no acréscimo do número de projetos entregues, ajustados às necessidades e prioridades definidas por cada uma das direções, além de um acompanhamento e controlos efetivos dos custos associados a cada um dos projetos.

Dada a estabilização conseguida, foi dado um novo passo com a criação da função de Process Change Manager, a qual visa dar satisfação aos seguintes aspetos:

- Garantir a execução dos projetos estratégicos do banco;
- Facilitador entre os owners de processo e a entidade a quem cumpre garantir a disponibilização das soluções tecnológicas;
- Acompanhamento/Follow-Up de projetos garantindo o cumprimento dos prazos e dos objetivos definidos.
- Otimização de Processos.

EVOLUÇÃO NA CONCRETIZAÇÃO DE PROJECTOS

	2012	2013	Δ
Total de Projectos	42	48	14%
Nº Proj. em Curso	23	15	-34%
Nº Proj. Fechados	19	33	73%

- **Património e Serviços Gerais**

Das várias áreas sob responsabilidade de T&O/PSG destacam-se as seguintes ações concretizadas no decorrer de 2013:

Instalações

Dando seguimento a um programa de racionalização de espaços, foram encerradas as instalações existentes nas cidades de Aveiro e Braga.

Ainda na ótica da racionalização, foi efetuada a transferência dos serviços existentes na cidade de Faro para um novo espaço, com localização mais favorável ao negócio e de qualidade superior. O mesmo foi totalmente adaptado às necessidades do Banco, tendo-se iniciado a sua utilização em Janeiro de 2013. Além dos benefícios mencionados, foi ainda possível obter uma redução de custos na ordem dos 60%, face ao espaço anterior.

Segurança

Prosseguindo a política de renovação dos equipamentos de segurança física iniciada em 2012 foram efetuadas diversas intervenções, tanto em Lisboa como no Porto, visando o incremento das condições de segurança das nossas instalações.

CONTROLO E COMPLIANCE

O Banco tem vindo a orientar o desenvolvimento da sua actividade numa óptica de contínuo acompanhamento e avaliação da eficácia das políticas e procedimentos internos, com vista a garantir um desempenho eficiente e rentável da actividade a médio e longo prazo, em linha com as orientações estratégicas e com os objectivos estabelecidos.

Durante o ano de 2013, foi dada continuidade à estratégia de controlo, até então conduzida, de fortalecer o sistema de controlo interno do Banco, assegurando a sua permanente adequação e eficácia, com o objectivo de garantir o efectivo cumprimento das disposições legais e dos deveres a que a instituição se encontra sujeita, bem como a apropriada gestão dos riscos inerentes às actividades desenvolvidas.

Em articulação com as demais áreas funcionais, a função e compliance actuou de forma a assegurar a conformidade das práticas instituídas com as exigências legais e regulamentares aplicáveis à actividade desenvolvida, na óptica do regime prudencial e comportamental em vigor, zelou pela observância das boas práticas em matéria de Corporate Governance, acautelando a adopção de regras de conduta e de princípios deontológicos, conforme os princípios e conceitos reconhecidos e aceites internacionalmente e em conformidade com as políticas definidas a nível corporativo.

Para o efeito o Banco orientou a gestão do risco de compliance numa óptica cada vez mais preventiva, procurando gerir de forma eficaz as expectativas dos clientes ou futuros clientes, transmitindo a confiança à concretização do negócio e fornecendo indicadores de estabilidade aos colaboradores, accionistas, entidades reguladoras e parceiros de negócio e aperfeiçoando os mecanismos de transmissão de informação ao mercado designadamente, políticas, indicadores de gestão, produtos, serviços comercializados e suas características.

No que concerne à função de controlo de gestão de riscos, tendo presente os desafios inerentes a um contexto de reforço das práticas a adoptar pelo sector financeiro, a linha de actuação privilegiou o aperfeiçoamento dos mecanismos que garantem a prossecução de uma estratégia de negócio sustentável, assegurar a sua robustez e permitindo que se alcance um retorno dos capitais, em linha com expectativas dos seus accionistas, numa óptica de médio e longo prazo.

Assim, no decorrer de 2013, a função de controlo de gestão de riscos conduziu a sua actividade e forma a monitorizar de forma integrada a adequação e eficácia dos processos, políticas e procedimentos, das diferentes componentes do Sistema de Gestão de Riscos, e a assegurar, de forma autónoma e independente, a sua aderência e efectividade, tendo por referência as boas práticas internacionais e o modelo de governo corporativo.

Para o efeito foi consolidada a utilização dos resultados dos exercícios de avaliação da adequação das metodologias e ferramentas de gestão de riscos, na definição da estratégia, no planeamento de capital e no desenvolvimento de mecanismos que assegurem a sustentabilidade do Banco, numa óptica de médio longo prazo, e efectuados exercícios de stress test, simulando cenários com diferentes graus de adversidade, concluindo-se pela adequabilidade dos níveis de solvabilidade e de liquidez.

A contínua monitorização do sistema de controlo interno, assegurada pela Divisão de Auditoria Interna do Banco Santander Totta, SA., permitiu avaliar a prossecução dos procedimentos de controlo interno ao nível das diferentes áreas funcionais e aferir a sua adequabilidade e efectividade face às políticas, planos, instruções internas, bem como a sua conformidade com a legislação e regulamentação aplicável.

CONTROLO INTERNO

Tendo presente a reconhecida importância que a existência de um sistema de controlo interno adequado e eficaz assume, no exercício de 2013, o Banco prosseguiu a estratégia de contínuo fortalecimento do seu sistema de controlo interno, definido e acompanhado directamente pelo Órgão de Administração e monitorizado pelo Conselho Fiscal, designadamente com vista a garantir:

- Um desempenho eficiente e rentável da actividade no médio e longo prazo, que assegure a utilização eficaz dos activos e recursos e a continuidade do negócio, nomeadamente através de uma adequada gestão e controlo de riscos inerentes à actividade desenvolvida;
- A existência de informação financeira e de gestão, completa, pertinente, fiável e tempestiva, que suporte as tomadas de decisão e os processos de controlo;
- O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as relativas à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com clientes, das orientações dos órgãos sociais e demais regras, recomendações e boas práticas internacionalmente reconhecidas, de modo a proteger a reputação da instituição e evitar que esta seja alvo de sanções.

O sistema implementado prevê uma organização que assegure a conformidade com o Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, nomeadamente através da existência das funções de Gestão de Risco, Compliance e Auditoria Interna, cujos responsáveis foram designados e reportam directamente ao Órgão de Administração. Em articulação com as demais unidades de estrutura, estas funções desenvolvem as suas actividades de forma independente, permanente e efectiva contribuindo para a solidez do sistema de controlo interno do Banco.

No sentido de atingir os objectivos propostos, foram adoptados os princípios e orientações reconhecidos e aceites internacionalmente em matéria de controlo interno, nas suas diversas componentes, e que visam assegurar a existência de:

- Um adequado ambiente de controlo, de forma a disseminar uma cultura de controlo e de disciplina por parte de toda a estrutura organizacional, que favoreça uma gestão sã e prudente da actividade desenvolvida;
- Um sólido sistema de gestão de riscos, que permita identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e objectivos definidos, bem como assegurar a implementação de acções para responder a desvios não desejados;

- Um eficiente sistema de informação e comunicação, que garanta a captação, tratamento e troca de informação relevante, abrangente e consistente, que suporte uma tomada de decisão eficaz e tempestiva e o cumprimento de obrigações perante terceiros;

- Um efectivo sistema de monitorização, através da implementação de acções e avaliações de controlo com vista identificar eventuais insuficiências e/ou oportunidades de melhoria de forma garantir a contínua eficácia e a adequação do Sistema de Controlo Interno.

Para o efeito, na concretização dos objectivos acima descritos, o Banco prossegue activamente no sentido de fomentar um apropriado ambiente de controlo sustentado numa adequada definição e segregação de funções e no estabelecimento de políticas e procedimentos de controlo, integrados na sua actividade diária. Por sua vez, de forma a promover elevados padrões profissionais o Banco adopta um código de conduta que reflecte os padrões de comportamento ético e de rigor pelos quais todos os colaboradores se devem reger na execução das suas tarefas.

No que respeita ao sistema de gestão de riscos, este encontra-se baseado em processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo, que visam assegurar, de forma permanente:

- O desenvolvimento sustentado da actividade creditícia, pela gestão prudente da sua solvabilidade, decorrente do exercício dos objectivos estratégicos;

- A gestão criteriosa dos capitais alheios, com o objectivo último da maximização do valor do Banco para os seus accionistas.

O processo de avaliação de riscos instituído, baseado em políticas e procedimentos que visam garantir que a estratégia e os objectivos da instituição, previamente estabelecidos, são atingidos, tem em consideração a natureza e magnitude dos riscos subjacentes à actividade do Banco e encontra-se suportado em análises qualitativas e quantitativas que permitem, de forma sustentada e tempestiva, monitorizar e aferir sobre a adequabilidade do capital interno.

A realização de stress tests como ferramenta de gestão de risco permite avaliar os efeitos potenciais nas condições financeiras decorrentes de alterações excepcionais dos factores de risco e dar cumprimento ao disposto na Instrução nº 4/2011, do Banco de Portugal. Por sua vez, os reverse stress tests permitem complementar os testes de esforço realizados, nomeadamente na avaliação dos pressupostos adoptados sobre o modelo e a estratégia de negócio e no planeamento de capital. Estas ferramentas possibilitam a identificação das condições que comprometem o modelo de negócio do Banco e, por consequência, as suas vulnerabilidades.

O sistema de gestão de riscos abrange ainda o Processo de Autoavaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), em linha com as orientações regulamentares e, em particular, com a Instrução do

Banco de Portugal nº 15/2007. O ICAAP é um processo contínuo, integral e transversal à instituição, de avaliação de capital económico, acompanhado directamente pelo Órgão de Administração, que assegura a contínua adequação do capital interno ao perfil de risco do Banco.

Por sua vez, o sistema de comunicação e informação promovido assegura a existência de informação objectiva, inteligível, consistente e correcta de forma a possibilitar uma visão global e abrangente acerca da situação financeira, do desenvolvimento da actividade e do perfil de risco do Banco. Este encontra-se sustentado nas políticas e procedimentos internamente estabelecidos e oportunamente difundidos, que preveem a produção e divulgação atempada de informação a nível interno e externo.

O processo de informação financeira, que integra o sistema de comunicação e informação da instituição, sustenta-se nos sistemas contabilísticos e de apoio à gestão que, de forma completa e sistematizada, registam e armazenam a informação relativa às operações efectuadas. Adicionalmente, o modelo de governo estabelecido assenta numa estrutura transversal e descentralizada que define, de forma rigorosa, os responsáveis, as competências e a periodicidade das sedes de decisão consoante a matéria em causa.

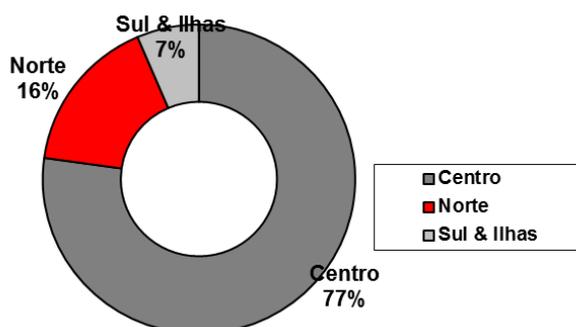
Por último, a contínua monitorização do sistema da adequação e eficácia do sistema de controlo Interno, permite avaliar a prossecução dos procedimentos de controlo interno ao nível das diferentes áreas funcionais e aferir a sua adequabilidade e efectividade face às políticas, planos, instruções internas, bem como a sua conformidade com a legislação e regulamentação aplicável.

Ciente da importância que um adequado e eficaz sistema de controlo interno assume, o Órgão de Administração tem vindo a promover de forma reforçada a incorporação dos objectivos e dos princípios de controlo, na estratégia e nas políticas da instituição, assegurando a existência de meios materiais e humanos necessários à sua prossecução e garantindo que as insuficiências identificadas neste âmbito são alvo de acompanhamento contínuo por parte de todos os órgãos de gestão, sempre no sentido de se implementarem as medidas necessárias à sua sanção. Por sua vez, o Conselho Fiscal aprecia anualmente o funcionamento do Sistema de Controlo Interno, face aos requisitos definidos nos Avisos nº 5/2008 e nº 9/2012 do Banco de Portugal e com excepção da parte subjacente ao processo de preparação e divulgação de informação financeira, a qual é alvo de parecer emitido pelo Auditor Externo/ROC, recomendando quando aplicável as melhorias que considera pertinentes.

RECURSOS HUMANOS

No que se refere à distribuição geográfica de Colaboradores, alicerçado nas políticas de proximidade aos seus Parceiros de negócio, o Banco faz-se representar ao longo do território nacional, conforme informação abaixo:

Gráfico 2. Distribuição Geográfica de Colaboradores

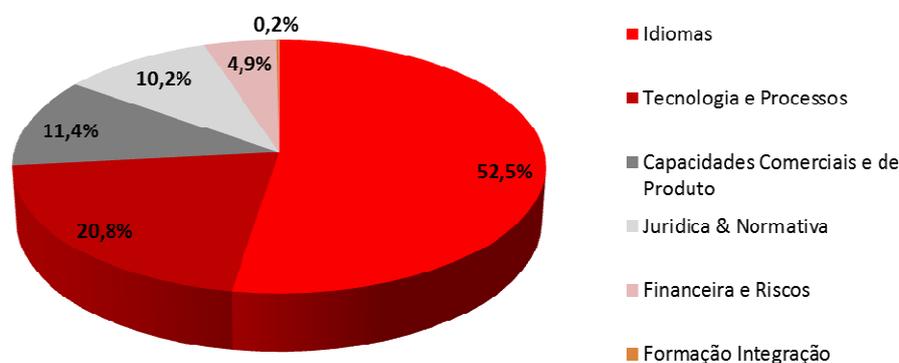


Os Colaboradores apresentam uma idade média de 41 anos, sendo que no relativo à diversidade de género, 64% dos Colaboradores são do género feminino e 36% do género masculino.

O Grupo Santander assenta a sua cultura no crescimento e motivação do Talento: as suas Pessoas. É neste contexto que investe continuamente em Políticas de Formação, Conhecimento & Desenvolvimento contribuindo para a transformação do potencial e competências dos Colaboradores em alta *performance*, promovendo desta forma o sucesso da do negocio e da Organização.

A aposta do Banco recai assim sobre formação altamente direccionada para as necessidades internas identificadas, ao nível de *soft* e *hard skills*, nas áreas: Comercial e Produto, Jurídico e Normativo, Financeira & Risco, Idiomas, Capacidades Directivas e de Gestão e Tecnologia e Processos:

Gráfico 3. Formação ministrada / Áreas de Conhecimento



No que respeita à modalidade de formação, as ações presenciais continuam a assumir o maior peso, seguida da formação e-learning e em alternância, tendo o Banco evidenciado em 2013 um incremento de 54% do número de horas de formação ministradas, por comparação com o ano de 2012 .

Como forma de reconhecimento dos seus profissionais e aposta no seu desenvolvimento, foram ainda atribuídas 3 Bolsas Universitárias, nas áreas: Gestão, Gestão Comercial e Inovação.

Sendo o Grupo Santander um Banco à escala mundial, tem nas suas Políticas de Recursos Humanos uma forte preocupação de divulgação da cultura e valores, aliado ao desenvolvimento e aprendizagem dos seus cerca de 183 000 colaboradores.

Nesse sentido, disponibiliza em cada país onde está presente a possibilidade dos Colaboradores participarem em programas de mobilidade internacional. Na sua 7ª edição, o Programa Mundo Santander, que consiste no intercâmbio de profissionais do Grupo entre os vários países por um período de 3 meses, permitiu que mais Colaboradores Santander, incluindo o Santander Consumer Portugal, tivessem a oportunidade de desenvolver a sua formação profissional e pessoal numa dimensão internacional, participando em projectos específicos em outras Unidades do Grupo, potenciando a partilha de conhecimento e a criação de sinergias entre ambas as partes.

A retenção dos Colaboradores com potencial é uma das principais preocupações das organizações. É com este objetivo que o Grupo promove o Programa STEP direcionado para Colaboradores identificados como jovens talentos que, por um período de 3 anos , irão desempenhar funções em diferentes Unidades e áreas do Grupo com vista ao seu desenvolvimento e *upgrade* funcional. O Banco conta com estes profissionais para abraçarem posteriormente funções de liderança dentro do Grupo.

A Gestão de Desempenho é um dos pilares da política de recursos humanos que visa, por um lado o alinhamento dos Colaboradores com a estratégia e objetivos do Grupo e do Banco, por outro o reconhecimento da performance e contributos individuais para o sucesso dos resultados obtidos. A evidência da gestão por mérito está no recebimento de remuneração variável por parte de 97% dos Colaboradores. Este é um instrumento que permite igualmente a obtenção de informação essencial às políticas de formação, gestão de carreiras, entre outras.

2013 foi mais um ano de reconhecimento da dedicação dos nossos Colaboradores através da iniciativa da “Semana Santander és Tu”, que recolheu, como habitual, uma elevada taxa de participação reforçando assim a marca e ADN Santander . Sob o *claim* “ Mais Unidos que Nunca &

Próximos do Cliente”, as actividades desenvolvidas visaram fomentar o espírito de Grupo, a coesão e partilha entre as equipas. Este ano, o Banco procurou dinamizar o conceito de Felicidade Organizacional, promovendo o lado “Happy” de cada Pessoa.

Foi também a oportunidade para incorporar na política de comunicação interna a iniciativa “Bom Dia com o CEO”, onde os Colaboradores são convidados para um Pequeno Almoço na companhia do Presidente do Banco. Encontros que visam gerar maior proximidade entre a Administração e os Colaboradores, permitindo uma escuta ativa para o que são as suas expectativas, dúvidas e sugestões diversas e promovendo um envolvimento permanente com os objetivos e estratégia do Banco.

O Grupo Santander identifica-se como um “Um Banco para as Suas Ideias”. Este foi o designio que esteve na origem do desafio lançado aos Colaboradores e ao seu poder criativo e de inovação, com o programa o “Poder das Ideias”. Foram eleitas, premiadas e implementadas um conjunto de ideias apresentadas pelos Colaboradores tendo em vista a melhoria dos processos internos e consequentemente, a crescente satisfação dos nossos Clientes.

Ser Santander, é Ser Solidário! É com base neste valor e no âmbito das políticas de Responsabilidade Social que o Banco alia a sua Liderança de mercado com o forte compromisso de desenvolvimento sustentado da Sociedade e das suas Comunidades. Em 2013 o Banco associou-se à causa da Instituição Comunidade Vida e Paz, cuja missão é “ir ao encontro e acolher pessoas sem-abrigo, ou em situação de vulnerabilidade social, ajudando-as a recuperar a sua dignidade e a (re)construir o seu projeto de vida (...)”, tendo implementado o Programa de Voluntariado “Mão Amiga”. No 2º semestre de 2013, todos os Colaboradores que quiseram abraçar esta causa puderam contribuir com o seu tempo, dedicação e “mão amiga”, para a concretização desta Missão. Participaram na preparação das ceias a serem entregues pelas equipas de rua, bem como no apoio aos técnicos no terreno na respetiva distribuição junto da população socialmente apoiada pela instituição. Em Dezembro de 2013, o Banco associou-se uma vez mais a esta causa, contribuindo para a Festa de Natal da Comunidade Vida e Paz.

O Banco juntou-se, ainda, à iniciativa de Responsabilidade Social Corporativa, organizada pelo Grupo pelo 5º ano consecutivo: a “Corrida Solidaria Santander” que junta Colaboradores de todos os países e que este ano se realizou em Portugal contando com a participação de uma Colaboradora do Santander Consumer Portugal. Num percurso que ligou Porto a Lisboa, a corrida fez-se em prol da causa social da Instituição “Casa do Caminho” contemplando também actividades de voluntariado. Uma iniciativa corporativa que pretende reflectir a diversidade dos colaboradores do Grupo e demonstrar que no Santander nos movemos por valores.

Enquadrado nos objectivos de Conciliação Familiar, o Banco manteve a sua aposta na concretização da “Semana Santander és Tu Júnior”, tendo desenhado uma semana de ocupação de tempos livres, composta por iniciativas lúdico - pedagógicas para os filhos dos seus Colaboradores, incluindo temas nas áreas de: Desporto, Arte e Cultura, Saúde & Bem Estar, Ambiente, Solidariedade e Cidadania e Fomento do Espírito de Equipa.

Reforçando o espírito conciliador, 2013 foi ainda o ano da implementação da iniciativa de entrega do Kit Nascimento Santander, composto por um body com as cores do nosso Banco e um cartão pré-carregado no valor de € 60.00, juntando-se assim à celebração do nascimento dos seus bebés. Para o Santander Consumer Portugal a felicidade do Colaborador e da sua família é fundamental.

Porque contamos com uma Equipa de Profissionais de excelência sabemos que, juntos, faremos do futuro do Banco, um futuro continuamente próspero e sustentável.

Santander és Tu, Santander podes ser Tu!

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Banco Santander Consumer Portugal, SA encerrou o exercício de 2013 com um Resultado Líquido negativo de Euros (982 333), sendo o Resultado Líquido apurado em base consolidada de Euros 6 261 108.

Considerando as disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que seja feita a seguinte Aplicação de Resultados:

Reserva Legal (10% do Resultado Líquido individual): Euros 0

Resultados a transitar em base individual: Euros (982 333)

Resultados a transitar em base consolidada: Euros 6 261 108.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.
BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2013		2012	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2013	2012	
		Activo Bruto	Amortizações, provisões e imparidade						Activo líquido
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5	16 052 816	-	16 052 816	44 041	Recursos de Bancos Centrais	14	283 816 944	348 342 861
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	61 080 258	-	61 080 258	79 366 462	Recursos de outras instituições de crédito	14	449 112 511	534 310 864
Aplicações em instituições de crédito	7	-	-	-	15 013 750	Recursos de clientes e outros empréstimos	15	2 737 446	4 253 218
Activos financeiros detidos para negociação	8	1 296 153	-	1 296 153	1 808 427	Passivos financeiros detidos para negociação	8	1 307 564	1 823 565
Crédito a clientes	9	900 876 430	(58 333 402)	842 543 028	981 189 757	Derivados de cobertura	8	1 178 891	3 601 967
Activos não correntes detidos para venda	10	746 802	(198 626)	548 176	662 440	Provisões	16	460 391	267 491
Outros activos tangíveis	11	12 116 115	(4 630 661)	7 485 454	7 356 729	Passivos por impostos correntes	12	1 309 277	2 025 542
Activos intangíveis	11	8 810 940	(5 783 061)	3 027 879	3 042 482	Passivos por impostos diferidos	12	4 163 217	2 833 742
Activos por impostos correntes	12	1 816 168	-	1 816 168	1 462	Outros passivos subordinados	17	15 061 496	15 067 133
Activos por impostos diferidos	12	6 010 444	-	6 010 444	5 446 400	Outros passivos	18	46 616 336	46 907 816
Outros activos	13	11 889 551	(6 983 408)	4 906 143	6 518 516	Total do Passivo		805 764 073	959 434 199
						Capital	19	66 592 947	66 592 947
						Outras reservas e resultados transitados	20	66 148 391	66 759 621
						Rendimento integral do exercício	21	6 261 108	7 663 699
						Total do Capital Próprio		139 002 446	141 016 267
Total do Activo		1 020 695 677	(75 929 158)	944 766 519	1 100 450 466	Total do Passivo e do Capital Próprio		944 766 519	1 100 450 466

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2013	2012
Juros e rendimentos similares	23	61 336 272	77 220 363
Juros e encargos similares	23	(22 981 768)	(31 785 708)
MARGEM FINANCEIRA		38 354 504	45 434 655
Rendimentos de serviços e comissões	24	12 387 225	12 303 466
Encargos com serviços e comissões	24	(4 917 452)	(5 999 147)
Resultados em operações financeiras	25	15 342	273 722
Outros resultados de exploração	26	5 991 657	6 440 742
PRODUTO BANCÁRIO		51 831 276	58 453 438
Custos com pessoal	27	(7 902 927)	(8 188 427)
Gastos gerais administrativos	28	(12 553 835)	(13 148 257)
Depreciações e amortizações	11	(1 654 208)	(1 565 515)
Imparidade para crédito	16	(17 083 327)	(21 470 828)
Imparidade para outros activos	16	(2 128 821)	(752 567)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		10 508 158	13 327 844
Impostos correntes	12	(3 481 619)	(6 597 329)
Impostos diferidos	12	(765 431)	933 184
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6 261 108	7 663 699
RENDIMENTO RECONHECIDO DIRECTAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO		-	-
RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		6 261 108	7 663 699
Número de acções em circulação no exercício		66 592 947	66 592 947
Resultados por acção		0,09	0,12

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	Outras reservas e resultados transitados					Total	Lucro do exercício	Total
	Capital	Prémio de Emissão	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados			
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	66 592 947	12 790 664	12 005 821	21 970 594	10 215 776	56 982 855	9 776 766	133 352 568
Aplicação do resultado:								
- Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	706 147	-	9 070 619	9 776 766	(9 776 766)	-
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	-	7 663 699	7 663 699
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	<u>66 592 947</u>	<u>12 790 664</u>	<u>12 711 968</u>	<u>21 970 594</u>	<u>19 286 395</u>	<u>66 759 621</u>	<u>7 663 699</u>	<u>141 016 267</u>
Aplicação do resultado:								
- Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	919 436	-	(1 530 666)	(611 230)	611 230	-
- Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(8 274 929)	(8 274 929)
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	-	6 261 108	6 261 108
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	<u>66 592 947</u>	<u>12 790 664</u>	<u>13 631 404</u>	<u>21 970 594</u>	<u>17 755 729</u>	<u>66 148 391</u>	<u>6 261 108</u>	<u>139 002 446</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	76 538 532	94 442 185
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(25 242 329)	(40 148 665)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	9 633 628	11 352 738
Pagamentos a fornecedores e empregados	(18 857 479)	(21 336 684)
Outros resultados	(3 641 971)	(2 671 289)
	<u>38 430 381</u>	<u>41 638 285</u>
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Crédito a clientes	132 202 349	256 902 334
Outros activos	(2 910 645)	(33 393 811)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito	(152 386 798)	(213 558 343)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1 515 772)	1 810 697
	<u>(24 610 866)</u>	<u>11 760 877</u>
Impostos sobre os lucros	(6 012 591)	(4 814 509)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	<u>7 806 924</u>	<u>48 584 653</u>
Pagamentos relativos a imobilizações	(1 809 424)	(1 852 808)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(1 809 424)</u>	<u>(1 852 808)</u>
Dividendos pagos	(8 274 929)	-
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(8 274 929)</u>	<u>-</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	<u>(2 277 429)</u>	<u>46 731 845</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	79 410 503	32 678 658
Caixa e seus equivalentes no fim do período	77 133 074	79 410 503

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (adiante designado por “BSCP” ou “Banco”), anteriormente denominado Interbanco, S.A., é uma sociedade anónima com sede social em Lisboa, tendo iniciado a sua actividade em 31 de Dezembro de 1996.

O Banco desenvolve as suas actividades em conformidade com o legalmente consentido às instituições de crédito. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a actividade do BSCP encontra-se segmentada, essencialmente, nas vertentes de Crédito ao Consumo, Locação Financeira Mobiliária, Aluguer de Longa Duração (ALD) e “*Factoring*”.

No exercício de 2009, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos Silk Finance No.3 e uma entidade de propósito especial denominada Silk Finance No.3 Limited. Estas entidades são consolidadas pelo Banco pelo método integral, uma vez que o Banco detém a totalidade dos riscos e benefícios das suas actividades pelo facto de deter a totalidade dos títulos emitidos pelo Silk Finance No.3 Limited.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de Abril de 2014.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco e das suas filiais, mantidos em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) N° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei n° 35/2005, de 17 de Fevereiro.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 estão pendentes de aprovação pela correspondente Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2 Adopção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adoptadas pela União Europeia

Adopção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013:

- IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro” (Empréstimos do governo) (alteração) - Esta emenda isenta as entidades que adoptam pela primeira vez as IFRS da aplicação retrospectiva das disposições da IAS 39 e do parágrafo 10A da IAS 20 relativas a empréstimos do governo.
- IFRS 7 – “Divulgações de instrumentos financeiros” (Compensação entre activos financeiros e passivos financeiros) (alteração) - Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível dos instrumentos financeiros, em particular as relacionadas com a compensação entre activos e passivos financeiros.

- IAS 1 – “Apresentação de demonstrações financeiras” (Outro rendimento integral) (alteração) - Esta emenda consubstancia-se nas seguintes alterações: (i) os itens que compõem o “Outro rendimento integral” e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; e (ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se “Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral”.
- IAS 19 – “Benefícios aos empregados” (revisão) - A revisão desta norma contemplou diversas alterações, nomeadamente: (i) reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais e financeiros decorrentes de diferenças entre os pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades e do rendimento esperado dos activos e os valores efectivamente verificados, assim como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais e financeiros ocorridos no exercício, por contrapartida de reservas (outro rendimento integral); (ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro na determinação do valor presente das responsabilidades e do retorno esperado dos activos do plano; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros; e (iv) introdução de novas exigências em termos de divulgação.
- IFRS 13 – “Mensuração ao justo valor” - Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor. Adicionalmente, de acordo com o previsto nesta norma, no primeiro ano da sua aplicação não é obrigatória a divulgação de informação comparativa.
- Melhorias às IFRS (Ciclo 2009-2011): Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente a IFRS 1 – “Aplicação repetida da norma”, IAS 1 – “Informação comparativa”, IAS 16 – “Equipamento de serviço”, IAS 32 – “Efeito fiscal da distribuição de instrumentos de capital próprio” e IAS 34 – “Informação de segmentos”.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, decorrente da adopção das normas e revisões acima referidas.

Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adoptadas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
IFRS 11 – Acordos conjuntos	1-Jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 – Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 – Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(Montantes expressos em Euros)

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 12 – Divulgações sobre participações noutras entidades	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos.
Emenda às normas: <ul style="list-style-type: none"> • IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas; • IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades (Entidades de investimento)	1-Jan-14	Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 32 – Compensação entre activos e passivos financeiros	1-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 36 – Imparidade (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros)	1-Jan-14	Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os activos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender.
Emenda à norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	1-Jan-14	Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.

O Banco não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

2.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco, foram as seguintes:

a) Consolidação de empresas filiais e outras entidades de propósitos especiais

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco, empresas filiais em que participa directa ou indirectamente e outras entidades de propósitos especiais relativamente às quais o Banco retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade.

São consideradas filiais as entidades nas quais o Banco exerça um controlo efectivo sobre a gestão das suas políticas operacionais e financeiras com o objectivo de obter benefícios da sua actividade. Por norma, presume-se a existência de controlo sempre que o Banco detenha uma participação efectiva maioritária do capital social ou dos direitos de voto.

As demonstrações financeiras das filiais e das entidades de propósitos especiais são incluídas na consolidação pelo método de integração global. De acordo com este método, são eliminados os saldos e transacções ocorridos no exercício entre as empresas objecto de consolidação. Sempre que aplicável, as demonstrações financeiras das entidades consolidadas são ajustadas de forma a reflectir a aplicação das políticas contabilísticas adoptadas pelo Banco.

O valor do resultado líquido consolidado resulta da agregação dos resultados individuais do Banco e das restantes entidades incluídas no perímetro de consolidação, na proporção da percentagem efectiva detida, adicionado dos efeitos dos ajustamentos que se verifiquem necessários, nomeadamente os que resultem de transacções realizadas entre as referidas entidades.

Adicionalmente, o valor correspondente à participação detida por terceiros nos capitais próprios das entidades incluídas no perímetro de consolidação, quando aplicável, é reflectido na rubrica "Interesses Minoritários".

De acordo, com a Norma IAS 27 e a SIC 12, o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades de propósito especial (SPE) criadas no âmbito de operações de titularização, dado que detém a totalidade dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

b) Concentração de actividades empresariais

O registo da aquisição de filiais é efectuado de acordo com o método da compra, segundo o qual o custo de aquisição deverá corresponder ao justo valor, na data da transacção, dos activos entregues e dos passivos assumidos ou incorridos, adicionado de custos directamente suportados na transacção, em conformidade com os requisitos previstos no IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais". A diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis, quando positiva ("goodwill"), é registada como um activo intangível. O "goodwill" não é amortizado, sendo sujeito a análises periódicas de imparidade. As perdas de imparidade reconhecidas não podem ser revertidas.

Sempre que o justo valor da participação adquirida exceder o respectivo custo de aquisição, o diferencial apurado é reconhecido como um proveito do exercício.

Até 1 de Janeiro de 2004, de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o "goodwill" gerado em operações de concentração de actividades empresariais era reconhecido integralmente por contrapartida de capitais próprios no momento da aquisição de filiais. Tal como permitido pelo IFRS 1, o Banco não aplicou retrospectivamente os requisitos do IFRS 3 em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 e, conseqüentemente, o "goodwill" gerado nessas operações permaneceu registado em reservas.

A concentração de actividades que envolvam entidades sob controlo comum é registada pelo método da comunhão de interesses, sendo mantido o valor contabilístico dos activos e passivos com referência à data de incorporação.

c) Instrumentos financeiros – Crédito e outros valores a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito concedido a clientes e outros valores a receber registados na rubrica de “Outros activos”. No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, acrescido de outros custos e proveitos directamente atribuíveis à originação da operação. Subsequentemente, estes activos são registados pelo seu custo amortizado.

i) Crédito Concedido

Locações

O crédito concedido a clientes através de operações de locação financeira é registado como uma conta a receber pelo valor líquido do investimento efectuado pelo Banco na data de aquisição do bem locado (custo de aquisição, deduzido de descontos obtidos ou antecipações de rendas efectuadas pelos clientes).

A amortização do crédito concedido é calculada usando o critério da amortização financeira. De acordo com este método, a amortização calcula-se tendo em consideração a taxa de juro implícita, resultante do capital desembolsado, plano de rendas acordado e valor residual dos contratos.

Operações de “factoring”

As facturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes para cobrança são registadas no activo, na rubrica “Crédito a clientes – Factoring”, a qual é movimentada por contrapartida da rubrica de “Outros passivos – credores por contratos de factoring” (Nota 18), pelo montante que será entregue ao Aderente após a respectiva data de vencimento da factura. Os adiantamentos contratuais sobre o valor dos créditos tomados nas operações de factoring sem recurso são registados a débito da referida rubrica do passivo.

Operações de crédito ao consumo

O crédito concedido a clientes para financiamento de aquisições a crédito e em regime de conta corrente, é registado pelo seu valor nominal.

ii) Crédito e juros vencidos

Nesta rubrica são registados o capital, juros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros valores vencidos e não cobrados, deduzidos dos juros anulados. Estes montantes são registados por classes de atraso, contadas a partir da data de início do incumprimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registados na classe de risco em que se encontram os montantes por cobrar há mais tempo.

Nesta rubrica são ainda registados os créditos relativos a operações de locação financeira em que os contratos tenham sido rescindidos mas cujos bens não tenham ainda sido recuperados. Nestas situações, o valor registado em crédito e juros vencidos inclui o capital vincendo na data de rescisão.

O Banco procede ao abate de créditos quando as operações são consideradas incobráveis ou quando a exposição se encontra totalmente provisionada pelos critérios de provisionamento do Banco de Portugal. As recuperações posteriores de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica “Outros resultados de exploração”.

iii) Reconhecimento de proveitos e custos

Os juros de operações de crédito, bem como as comissões pagas e recebidas associadas à originação de crédito, são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, durante o período de vigência da operação.

As comissões associadas à tomada de facturas em operações de “factoring” sem recurso são integralmente reconhecidas quando recebidas. O impacto do diferimento destas comissões não seria significativo para as demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

iv) Reportes

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros.

d) Imparidade de activos financeiros ao custo amortizado - crédito concedido e outros valores a receber

O Banco efectua com uma periodicidade trimestral análises de imparidade das rubricas de “Crédito concedido e outros valores a receber”. Para este efeito, a carteira de crédito encontra-se segmentada da seguinte forma:

- . Tipo de negócio
 - . Operações de “factoring”
 - . Aluguer de longa duração (ALD)
 - . Crédito ao consumo
 - . Operações de leasing mobiliário
 - . Crédito a empresas (apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de stocks)
 - . Crédito pessoal
 - . Cartões de crédito
 - . Crédito Intersolução (financiamento automóvel sob a forma de conta corrente, com obrigatoriedade de um pagamento mínimo mensal por parte do devedor)
- . Nível de risco atribuído aos clientes em função de critérios definidos internamente
- . Natureza do bem financiado (relativamente aos negócios de ALD, crédito ao consumo e leasing mobiliário)
 - . Aquisição de automóvel em estado novo
 - . Aquisição de automóvel em estado usado
 - . Aquisição de outros bens e serviços
- . Tipo de processo de renegociação, para créditos que tenham sido reestruturados:
 - . Reconduções (operações que resultaram da renegociação de contratos que apresentavam atraso inferior a 90 dias);
 - . Refinanciamentos (operações que resultaram da renegociação de contratos que apresentavam atraso entre 90 e 180 dias); e
 - . Acordos de pagamento (operações resultantes da renegociação de contratos que apresentavam atraso superior a 180 dias).

A metodologia de análise de imparidade adoptada pelo Banco prevê, numa primeira fase, a identificação de créditos com indícios de imparidade. Esta identificação é efectuada individualmente para activos financeiros relativamente aos quais se considere que o valor agregado da exposição é individualmente significativo, e colectivamente para grupos homogéneos de activos de montante individual não significativo. Dadas as características da actual carteira de crédito do Banco, apenas são efectuadas análises individuais relativamente a Devedores por operações de factoring e Crédito concedido a empresas para apoio de tesouraria, sendo a restante carteira analisada numa base colectiva.

O IAS 39 identifica alguns eventos que são considerados como indicadores de existência de imparidade em activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, o incumprimento das condições do contrato (evidenciado, por exemplo, nos atrasos do pagamento de rendas), a reestruturação de créditos ou dificuldades financeiras do devedor. Estes indicadores são considerados pelo Banco no âmbito desta análise, assim como outros que resultam do conhecimento dos clientes e do comportamento histórico da carteira no que se refere a incumprimento e níveis de recuperação.

No que respeita a activos analisados individualmente em relação aos quais sejam identificados indícios de imparidade, o Banco estima o respectivo valor de recuperação. A imparidade corresponde ao diferencial entre o valor de balanço destes créditos e o valor estimado de realização, sempre que este seja inferior ao primeiro.

Adicionalmente, o Banco calcula perdas por imparidade em função da perda esperada em caso de incumprimento e das probabilidades de incumprimento associadas ao rating interno do cliente e, quando este não estiver disponível, ao rating interno do aderente, e regista este montante como perda por imparidade na parte em que exceda o total de perdas de imparidade que resulta da análise descrita no parágrafo anterior.

Para activos analisados colectivamente, os fluxos de caixa futuros que se espera receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de activos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro efectiva das operações. No âmbito do modelo desenvolvido pelo Banco, foram identificados critérios de classificação das operações para os segmentos definidos acima, assim como condições representativas de níveis de risco diferenciados a considerar para efeitos da determinação de imparidade, os quais se encontram descritos abaixo:

- Definição do período necessário para que o evento de perda, em operações que se encontrem em situação regular na data de análise, seja percebido pelo Banco, o qual foi estimado em três meses.
- Classificação das operações em função do período de atraso identificado, nomeadamente operações sem indícios de imparidade (em situação normal), operações com indícios de imparidade (com prestações em atraso) e operações em incumprimento ("default"). As operações são consideradas em incumprimento sempre que o período de atraso seja superior a 90 dias.
- Determinação de probabilidades de incumprimento, as quais são função não só da posição actual da carteira, mas igualmente do seu comportamento passado.
- Determinação dos valores estimados de recuperação após entrada em default, os quais incluem os custos a incorrer no processo de recuperação.

Os créditos que sejam objecto de processo de renegociação são registados nas aplicações operacionais como novos créditos, pelo que o Banco introduziu um conjunto de pressupostos relacionados com a classificação destes créditos:

- . “Reconduções” – são classificados no modelo como créditos em situação normal;
- . “Refinanciamentos” – inicialmente são classificados no modelo como créditos “em default”, havendo a possibilidade de transitarem para o segmento “regular” caso não apresentem prestações em atraso durante um período determinado em função do respectivo prazo residual do empréstimo:
 - . 3 meses se o prazo residual for inferior a 24 meses;
 - . 9 meses se o prazo residual for superior ou igual a 24 meses mas inferior a 60 meses;
 - . 12 meses se o prazo residual for igual ou superior a 60 meses;
- . “Acordos de pagamento” – ficam sempre classificados no modelo como “em default”, mesmo que não voltem a apresentar qualquer prestação em atraso.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2013, o Banco considerou nos segmentos “Auto Leasing Novo”, “Auto Leasing Usado” “Auto Crédito Novo”, “Auto Crédito Novo FICRES”, “Auto Crédito Usado”, “Auto Intersolução Novo”, “Auto ALD Novo” e “Consumo Crédito Novo” as operações de crédito consideradas como reestruturadas de acordo com os critérios previstos na Instrução n.º 32 / 2013.

Tendo em consideração que a informação histórica sobre estes segmentos é muito reduzida, em virtude de serem segmentos recentes, o Banco não calcula factores de risco específicos no modelo de imparidade para estes segmentos, utilizando como *proxy* os factores de risco do segmento de “Crédito para aquisição de automóvel usado”.

A variação nos valores de imparidade apurados (diferença entre o valor de balanço do activo e o seu valor estimado de recuperação) é registada em custos do exercício na rubrica “Imparidade de crédito”, líquida do valor das recuperações de capital e juros, anteriormente abatidos ao activo, ocorridas no período.

e) Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação incluem derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo). Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo) são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

f) Passivos financeiros

Esta categoria inclui essencialmente recursos de Bancos Centrais, de instituições de crédito e de clientes, assim como passivos subordinados emitidos pelo Banco, os quais são valorizados ao custo amortizado. Inclui ainda passivos incorridos pela prestação de serviços ou aquisição de bens, os quais são registados na rubrica “Outros passivos”.

g) Contabilidade de cobertura – derivados de cobertura e instrumentos cobertos

O Banco designa como instrumentos de cobertura os derivados contratados para cobertura do risco de taxa de juro de conjuntos de operações, nomeadamente de carteiras de crédito – macro-coberturas.

O Banco dispõe de documentação formal da relação de cobertura identificando, quando da transacção inicial, a carteira de operações que está a ser coberta, a estratégia de cobertura e tipo de risco coberto, os derivados de cobertura e os métodos utilizados para demonstrar a eficácia da cobertura.

Mensalmente o Banco testa a eficácia retrospectiva e prospectiva das coberturas comparando a variação do justo valor dos elementos cobertos, atribuível ao risco coberto, com a variação do justo valor dos derivados de cobertura, devendo a relação entre ambos situar-se no intervalo entre 80% e 125% e 90% e 111%, respectivamente.

Os instrumentos derivados de cobertura são registados ao justo valor no activo ou no passivo, em função de apresentarem valor líquido a receber ou a pagar, respectivamente, e os ganhos e perdas resultantes da sua reavaliação são registados em resultados. Os ganhos e perdas na variação do justo valor de activos financeiros cobertos, correspondentes ao risco coberto, são também reconhecidos em resultados, por contrapartida do valor de balanço dos activos cobertos.

Um activo ou passivo coberto pode ter apenas uma parte ou uma componente do justo valor coberta (risco de taxa de juro, risco de câmbio ou risco de crédito), desde que a eficácia da cobertura possa ser avaliada, separadamente.

Caso a relação de cobertura deixe de existir, por a variação relativa no justo valor dos derivados e dos instrumentos cobertos se encontrar fora do intervalo entre 80% e 125%, os derivados são reclassificados para negociação e o valor da reavaliação dos instrumentos cobertos atribuível ao risco coberto é reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação.

h) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros, utilizando-se as taxas de câmbio em vigor na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos ou custos na demonstração dos resultados do exercício.

i) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis são registados pelo seu custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos em custos do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

A amortização destes activos é calculada pelo método das quotas constantes numa base sistemática ao longo das vidas úteis estimadas dos bens, as quais em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 apresentam o seguinte detalhe:

	<u>Anos</u>
Imóveis	50
Equipamento e mobiliário	5 - 10
Equipamento informático	3 - 4
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

j) Activos intangíveis

Os activos intangíveis respeitam essencialmente a software, o qual é amortizado segundo o método das quotas constantes, durante um período de três anos.

k) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira encontram-se registados na rubrica “Activos não correntes detidos para venda”, pelo valor do capital em dívida à data da rescisão.

Em 31 de Dezembro 2013 e 2012 esta rubrica inclui essencialmente viaturas recebidas em dação de créditos vencidos. Estes activos são objecto de avaliações periódicas, sendo o seu justo valor de mercado determinado por recurso às tabelas de referência do sector Automóvel (Eurotax) e sujeito a um ajustamento em função da informação histórica sobre o diferencial entre o valor da venda das viaturas e o respectivo valor líquido contabilístico à data da venda, para as vendas ocorridas no trimestre anterior. O Banco reconhece perdas por imparidade sempre que o justo valor de mercado destes activos (deduzido de custos a incorrer na venda) seja inferior ao valor pelo qual se encontram contabilizados.

Os activos recebidos em dação de crédito não são sujeitos a amortização.

l) Comissões por serviços prestados

As comissões cobradas a clientes por serviços prestados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- . Comissões por prestação de serviços continuados - estas comissões são reconhecidas linearmente ao longo do período durante o qual o serviço é prestado; e
- . Comissões pela realização de um acto significativo – tratam-se de comissões destinadas a compensar a realização de um acto significativo, sendo registadas no momento em que o serviço é prestado.

m) Especialização de exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

n) Impostos correntes e diferidos

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2013 e 2012 foi de 26,5%.

De acordo com a publicação da Lei nº 64 – B/2011, relativa ao Orçamento do Estado para 2012, as empresas que apresentem lucros mais elevados passaram a ser sujeitas a taxas agravadas em sede de Derrama Estadual nos exercícios de 2012 e 2013.

A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013) alterou a redacção do artigo 87.º - A derrama estadual no que respeita aos limites. Assim, relativamente ao período de tributação que se inicie em ou após 1 de Janeiro de 2013 a taxa de derrama estadual aplicável aos lucros tributáveis superiores a 1.500.000 Euros e até 7.500.000 Euros (10.000.000 Euros em 2012) corresponde a 3%, e a taxa aplicável aos lucros tributáveis sujeitos e não isentos de IRC superiores a 7.500.000 Euros (10.000.000 Euros em 2012) corresponde a 5%.

Adicionalmente, na sequência da promulgação da Lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro, a tributação dos lucros das empresas para o ano de 2014 passou a ser a seguinte:

- Taxa de IRC de 23% sobre a matéria colectável (25% no exercício de 2013);
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável (igual ao exercício de 2013); e,
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - Menor do que 1.500.000 Euros - 0%;
 - Entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros - 3%;
 - Entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros - 5%;
 - Maior do que 35.000.000 Euros - 7%.

Desta forma, a acima referida alteração implicou que a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos no exercício de 2013 fosse de 27,5% (29% no exercício de 2012).

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, e subsequente prorrogação prevista no Orçamento do Estado para 2012, o Banco esteve, nos exercícios de 2012 e 2013, abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. A contribuição sobre o sector bancário incide sobre:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos, deduzido dos fundos próprios de base (tier 1) e complementares (tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos e pelo Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútua. Ao passivo apurado são deduzidos:
 - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes as operações passivas; e
 - Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compensa mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores variam entre 0,01% e 0,05%, e 0,00010% e 0,00020%, respectivamente, em função do valor apurado - com a publicação da Portaria nº 121/2011, as taxas em vigor para os exercícios de 2013 e 2012 ascenderam, em ambos os exercícios, a 0,05% e 0,00015%, respectivamente.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes, os impostos diferidos e a contribuição sobre o sector bancário.

O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo registados de acordo com a Norma IAS 12 – “Impostos sobre o rendimento” e calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou liquidado o passivo.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis.

O Banco apenas reconhece impostos diferidos activos quando se estima que estes sejam recuperáveis e na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam assegurar a sua reversão.

O Banco, enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que está obrigada a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, efectua o apuramento do lucro tributável de acordo com as referidas normas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte (seis anos até ao exercício de 2009, quatro anos para os exercícios de 2010 e 2011, cinco anos para o exercício de 2012 e 2013). Deste modo, as declarações fiscais do Banco dos exercícios de 2008 a 2013 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

No entanto, a dedução dos prejuízos fiscais não pode exceder o montante correspondente a 75% (70% a partir do exercício de 2014) do respectivo lucro tributável, sendo esta limitação aplicável à dedução, a partir de 1 de Janeiro de 2012, dos prejuízos fiscais de exercícios anteriores.

Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas pelas autoridades fiscais, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração do Banco não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima indicados, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

o) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados que tornem provável o futuro dispêndio de recursos, podendo este ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respectiva divulgação, em conformidade com os requisitos do IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e activos contingentes”.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências decorrentes da actividade do Banco, não sendo, regra geral, aceites como custo fiscal.

p) Caixa e seus equivalentes

Na elaboração da demonstração de fluxos de caixa são incluídos no saldo de “Caixa e seus equivalentes” os saldos das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas resultam da análise efectuada à melhor informação disponível na data do seu registo. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir do valor das estimativas registadas, nomeadamente nas seguintes áreas:

Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os impostos sobre lucros foram determinados com base na legislação fiscal em vigor para as empresas incluídas no perímetro de consolidação do Banco, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos de gestão do Banco e das restantes empresas do perímetro de consolidação, poderão encontrar-se sujeitos a alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades fiscais.

Imparidade do crédito e outros valores a receber

A determinação de perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber é efectuada de acordo com os critérios descritos na Nota 2.3.d). As estimativas efectuadas pelo Banco no que respeita ao risco de realização das carteiras de crédito e outros valores a receber resultam da aplicação de pressupostos determinados com base em análises históricas, nomeadamente no que respeita à segmentação da carteira, a probabilidades de incumprimento, taxas, períodos e custos de recuperação, assim como da avaliação da informação disponível relativamente ao devedor.

Caso o Banco utilizasse critérios e pressupostos distintos na determinação das perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber, os valores apurados seriam diferentes dos actualmente reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, o Banco considera que a actual metodologia utilizada é aquela que reflecte de forma mais adequada o risco de incumprimento associado a estes activos.

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as empresas incluídas no perímetro de consolidação e os principais dados financeiros retirados das suas contas estatutárias nas referidas datas, são os seguintes:

Entidade	Sede	Sector de actividade	2013			2012		
			Participação Efectiva	Situação Líquida	Resultado Líquido	Participação Efectiva	Situação Líquida	Resultado Líquido
Fundo Silk Finance No.3	Portugal	Fundo de titularização de crédito	0%	562.608.692	(6.360.131)	0%	716.257.447	(12.467.662)
Silk Finance No.3 Limited	Irlanda	SPE	0%	(24.201.397)	363.677	0%	(24.564.824)	(8.154.570)

Nos exercícios de 2013 e 2012, as principais operações ocorridas com empresas incluídas no perímetro de consolidação foram as seguintes:

Fundo Silk Finance No.3 e Silk Finance No.3 Limited

Em 4 de Agosto de 2009, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito do qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária. Tal como descrito na Nota 33, em 15 de Outubro de 2010 o montante total envolvido nesta operação foi aumentado através de uma venda adicional de créditos.

Tal como referido na Nota 2.3 a) o Banco inclui no perímetro de consolidação, veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre os mesmos um controlo financeiro e operacional efectivo e detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

Assim, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Fundo Silk Finance No.3 e o veículo (SPE) Silk Finance No.3 Limited foram incluídos no perímetro de consolidação, dado que o Banco detém a totalidade dos riscos e benefícios associados à actividade destas entidades (Nota 33). Nesse sentido, os créditos relativos à operação de titularização permanecem registados no balanço consolidado, e as obrigações emitidas pelo veículo de titularização, cujos riscos e benefícios associados são detidos integralmente pelo Banco através da subscrição directa ou de operações de venda com acordo de recompra, foram anuladas no processo de consolidação.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa	49.256	40.884
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	3.560	3.157
Depósito colateral em Bancos Centrais	16.000.000	-
	-----	-----
	16.052.816	44.041
	=====	=====

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências legais de constituição de reservas mínimas de acordo com os requisitos do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos correspondem a 2% sobre o montante dos depósitos efectuados junto do Banco, acrescido de outros passivos elegíveis.

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Depósito colateral em Bancos Centrais” corresponde a um depósito constituído junto do Banco de Portugal que visa garantir as operações de crédito do Eurosistema. Este depósito não é remunerado.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Depósitos à ordem		
· No país	61.071.667	79.266.236
Valores a cobrar	8.591	100.226
	-----	-----
	61.080.258	79.366.462
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Valores a cobrar” respeita essencialmente a cheques sobre clientes de outras instituições de crédito enviados para compensação, os quais foram regularizados nos primeiros dias do exercício seguinte.

7. APLICAÇÕES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Valor nominal	15.000.000
Juro a receber	13.750

	15.013.750
	=====

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo desta rubrica respeitava a um depósito a prazo no Banco Santander Totta, S.A., no montante de 15.000.000 Euros, remunerado à taxa de 2,75% e com maturidade em 24 de Junho de 2013.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

As rubricas de activos financeiros detidos para negociação e de derivados de cobertura têm a seguinte composição:

	2013			2012		
	Valor Nocial	Valor de Balanço		Valor Nocial	Valor de Balanço	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
Contratos sobre taxa de juro						
Sw aps de negociação	1.109.648.168	1.296.153	1.307.564	1.397.224.728	1.808.427	1.823.565
Sw aps de cobertura	173.500.000	-	1.178.891	274.500.000	-	3.601.967
	<u>1.283.148.168</u>	<u>1.296.153</u>	<u>2.486.455</u>	<u>1.671.724.728</u>	<u>1.808.427</u>	<u>5.425.532</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo das rubricas "Activos financeiros detidos para negociação" e "Passivos financeiros detidos para negociação" correspondem ao justo valor dos swaps de taxa de juro, contratados no âmbito da operação de titularização referida na Nota 33.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco tem registado no seu passivo o justo valor dos swaps contratados no âmbito da cobertura de risco de taxa de juro de posições de natureza estrutural (crédito a clientes a taxa fixa).

A negociação de derivados baseia-se num contrato bilateral *standard*, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre o Banco e a contraparte. As operações em vigor nos exercícios de 2013 e 2012 foram contratadas com o Banco Santander, S.A.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou feitos sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocial). O valor nocial é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O valor de mercado (*fair value*) corresponde ao valor que os derivados teriam se fossem transaccionados no mercado na data de referência. A evolução do valor de mercado dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

Na Nota 31 são apresentadas em detalhe as metodologias de determinação do justo valor de instrumentos financeiros derivados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(Montantes expressos em Euros)

A perda potencial de um conjunto de operações derivadas num dado momento é dada pelo seu valor de exposição nesse momento. Nas operações derivadas a médio e longo prazos, os contratos que enquadram as operações prevêem em geral a compensação entre saldos devedores e credores com a mesma contraparte, o que elimina ou reduz o risco de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a repartição do valor nominal por maturidades residuais é a seguinte:

	2013					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	
Contratos sobre taxa de juro						
Sw aps de negociação	-	-	-	929.702.088	179.946.080	1.109.648.168
Sw aps de cobertura	21.000.000	20.000.000	35.000.000	97.500.000	-	173.500.000
	<u>21.000.000</u>	<u>20.000.000</u>	<u>35.000.000</u>	<u>1.027.202.088</u>	<u>179.946.080</u>	<u>1.283.148.168</u>
	2012					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	
Contratos sobre taxa de juro						
Swaps de negociação	-	-	-	691.922.796	705.301.932	1.397.224.728
Swaps de cobertura	27.500.000	26.000.000	47.500.000	173.500.000	-	274.500.000
	<u>27.500.000</u>	<u>26.000.000</u>	<u>47.500.000</u>	<u>865.422.796</u>	<u>705.301.932</u>	<u>1.671.724.728</u>

9. CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Crédito Vincendo		
. Vendas a crédito	603.475.452	674.146.199
. Aluguer de longa duração	114.193.143	140.733.130
. Locação financeira mobiliária	64.947.212	87.755.188
. Factoring	26.257.927	31.699.955
. Créditos em conta corrente	13.771.593	17.286.306
. Cartões de crédito	6.372.520	4.426.899
. Outros	36	36
	-----	-----
	829.017.883	956.047.713
Crédito e juros vencidos	49.573.124	54.745.643
Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos	1.934.673	2.193.811
Encargos diferidos com comissões associadas ao custo amortizado, líquidos de receitas diferidas	19.220.698	21.754.477
Correcções de valor de elementos cobertos	1.130.052	3.493.488
	-----	-----
	900.876.430	1.038.235.132
Imparidade para Crédito (Nota 16)	(58.333.402)	(57.045.375)
	-----	-----
	842.543.028	981.189.757
	=====	=====

O movimento na Imparidade para Crédito nos exercícios de 2013 e 2012 é apresentado na Nota 16.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito concedido a clientes por sector de actividade, excluindo crédito e juros vencidos, apresentava a seguinte composição, tendo por base os Códigos da Actividade Económica do Instituto Nacional de Estatística em vigor em 31 de Dezembro de 2013:

	2013	2012
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	60.261.152	73.506.886
Indústrias transformadoras	12.027.369	11.479.225
Construção	6.361.612	8.678.422
Transportes e armazenagem	5.722.238	6.988.253
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5.544.862	6.416.297
Actividades de saúde humana e apoio social	5.109.706	5.565.950
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	4.431.429	5.481.011
Alojamento, restauração e similares	2.974.470	3.503.830
Actividades de informação e de comunicação	2.086.296	2.775.333
Actividades imobiliárias	1.547.551	1.792.288
Educação	1.381.375	1.934.512
Outras Actividades de Serviço	1.169.238	1.424.570
Actividades financeiras e de seguros	997.193	677.179
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	537.807	1.124.480
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	197.129	117.471
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	59.457	1.871.578
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	34.868	95.878
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	27.416	14.569
Indústrias extractivas	21.531	193.558
Outras	19.794.070	31.041.016
Outro Sector de Actividade (Particulares)	698.731.114	791.365.407
	<u>829.017.883</u>	<u>956.047.713</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito vincendo apresentava a seguinte estrutura por tipo de crédito e maturidade:

	2013							Total
	Vendas a crédito	Factoring	Aluguer de longa duração	Locação financeira mobiliária	Créditos em conta corrente	Cartões de Crédito	Outros Créditos	
Até 1 ano	21.903.082	26.257.927	10.021.081	5.475.463	13.771.593	6.372.520	36	83.801.702
De 1 a 5 anos	290.976.123	-	87.126.782	51.001.960	-	-	-	429.104.865
Mais de 5 anos	290.596.247	-	17.045.280	8.469.789	-	-	-	316.111.316
	<u>603.475.452</u>	<u>26.257.927</u>	<u>114.193.143</u>	<u>64.947.212</u>	<u>13.771.593</u>	<u>6.372.520</u>	<u>36</u>	<u>829.017.883</u>
	2012							Total
	Vendas a crédito	Factoring	Aluguer de longa duração	Locação financeira mobiliária	Créditos em conta corrente	Cartões de Crédito	Outros Créditos	
Até 1 ano	24.905.651	31.699.955	11.195.157	5.682.684	17.286.306	4.426.899	36	95.196.688
De 1 a 5 anos	339.601.799	-	106.696.841	69.155.393	-	-	-	515.454.033
Mais de 5 anos	309.638.749	-	22.841.132	12.917.111	-	-	-	345.396.992
	<u>674.146.199</u>	<u>31.699.955</u>	<u>140.733.130</u>	<u>87.755.188</u>	<u>17.286.306</u>	<u>4.426.899</u>	<u>36</u>	<u>956.047.713</u>

Nota: A informação incluída nos quadros acima considera a distribuição do total do crédito vincendo de acordo com a data de reembolso final das operações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito e juros vencidos apresentavam a seguinte estrutura, por antiguidade de saldos e por tipo de crédito:

	2013						Total
	Vendas a crédito	Factoring	Aluguer de longa duração	Locação financeira mobiliária	Cartões de Crédito	Outros Créditos	
De 1 a 3 meses	1.408.506	794.393	171.041	132.876	15.149	7.014	2.528.979
De 3 a 6 meses	1.480.497	626.348	207.336	172.944	10.272	8.800	2.506.197
De 6 a 12 meses	7.933.339	418.349	778.499	739.435	114.181	25.688	10.009.491
De 1 a 3 anos	14.675.160	3.198.875	1.338.192	989.296	701.080	438.897	21.341.500
Superior a 3 anos	3.119.147	1.870.126	3.111	19.456	5.438.172	2.736.945	13.186.957
	<u>28.616.649</u>	<u>6.908.091</u>	<u>2.498.179</u>	<u>2.054.007</u>	<u>6.278.854</u>	<u>3.217.344</u>	<u>49.573.124</u>

	2012						Total
	Vendas a crédito	Factoring	Aluguer de longa duração	Locação financeira mobiliária	Cartões de Crédito	Outros Créditos	
De 1 a 3 meses	2.194.752	3.271.144	613.732	375.810	57.223	16.389	6.529.050
De 3 a 6 meses	2.936.996	239.758	392.792	241.026	51.215	13.880	3.875.667
De 6 a 12 meses	8.111.822	3.419.158	774.224	805.924	140.869	36.532	13.288.529
De 1 a 3 anos	16.145.945	1.054.216	1.211.213	1.532.007	1.008.814	530.572	21.482.767
Superior a 3 anos	2.175.927	211.188	4.843	21.270	4.665.808	2.490.594	9.569.630
	<u>31.565.442</u>	<u>8.195.464</u>	<u>2.996.804</u>	<u>2.976.037</u>	<u>5.923.929</u>	<u>3.087.967</u>	<u>54.745.643</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o crédito vincendo associado a crédito vencido com antiguidade superior a 90 dias, ascende a cerca de 14.321.643 Euros e 10.834.025 Euros, respectivamente.

Em 2013 e 2012, o Banco procedeu a alienações de créditos abatidos ao activo.

10. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os montantes registados nesta rubrica, correspondem essencialmente a veículos recebidos em dação em pagamento de crédito. O movimento no valor bruto destes activos nestes exercícios apresenta o seguinte detalhe:

Saldo em 31 de Dezembro de 2011	3.202.257
Recuperações	4.122.766
Alienações	(4.696.147)
Utilização de imparidade	(1.914.106)
Outros movimentos	30.411

Saldo em 31 de Dezembro de 2012	745.181
Recuperações	2.578.052
Alienações	(2.566.995)
Outros movimentos	(9.436)

Saldo em 31 de Dezembro de 2013	<u>746.802</u>
	=====

Em Junho de 2012, o Banco utilizou a imparidade acumulada constituída nessa data para o valor bruto dos activos não correntes detidos para venda.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco tinha registado imparidade para estes activos no montante de 198.626 Euros e 82.741 Euros, respectivamente (Nota 16).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(Montantes expressos em Euros)11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nas rubricas “Outros activos tangíveis” e “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2013 e 2012 foram os seguintes:

	2013									
	Saldos iniciais			Aquisições	Amortizações do exercício	Transferências	Abates e alienações	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido					Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Outros activos tangíveis:										
Imóveis de serviço próprio	8.550.345	(1.792.566)	6.757.779	-	(110.811)	-	-	8.550.345	(1.903.377)	6.646.968
Obras em imóveis arrendados	628.425	(605.852)	22.573	-	(23.240)	72.625	-	701.050	(629.092)	71.958
Equipamento:										
Mobiliário e material	101.932	(95.538)	6.394	-	(2.080)	-	-	101.932	(97.618)	4.314
Máquinas e ferramentas	51.808	(41.712)	10.096	701	(3.318)	-	-	52.509	(45.030)	7.479
Equipamento informático	1.215.572	(1.008.380)	207.192	1.800	(149.384)	239.274	-	1.456.646	(1.157.764)	298.882
Instalações interiores	884.261	(645.922)	238.339	-	(114.698)	-	-	884.261	(760.620)	123.641
Equipamento de segurança	32.304	(28.136)	4.168	-	(8.824)	69.696	-	102.000	(36.960)	65.040
Outros equipamentos	200	(200)	-	-	-	-	-	200	(200)	-
Imobilizações em curso	110.188	-	110.188	549.113	-	(381.595)	(10.534)	267.172	-	267.172
	11.575.035	(4.218.306)	7.356.729	551.614	(412.355)	-	(10.534)	12.116.115	(4.630.661)	7.485.454
Activos intangíveis:										
Software	6.198.261	(4.541.208)	1.657.053	-	(1.241.853)	1.925.014	-	8.123.275	(5.783.061)	2.340.214
Imobilizações em curso	1.385.429	-	1.385.429	1.257.810	-	(1.925.014)	(30.560)	687.665	-	687.665
	7.583.690	(4.541.208)	3.042.482	1.257.810	(1.241.853)	-	(30.560)	8.810.940	(5.783.061)	3.027.879
	19.158.725	(8.759.514)	10.399.211	1.809.424	(1.654.208)	-	(41.094)	20.927.055	(10.413.722)	10.513.333

	2012									
	Saldos iniciais			Aquisições	Amortizações do exercício	Transferências	Abates e alienações	Saldos Finais		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido					Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Outros activos tangíveis:										
Imóveis de serviço próprio	8.550.345	(1.681.755)	6.868.590	-	(110.811)	-	-	8.550.345	(1.792.566)	6.757.779
Obras em imóveis arrendados	628.425	(571.010)	57.415	-	(34.842)	-	-	628.425	(605.852)	22.573
Equipamento:										
Mobiliário e material	101.715	(92.453)	9.262	217	(3.085)	-	-	101.932	(95.538)	6.394
Máquinas e ferramentas	51.649	(38.382)	13.267	159	(3.330)	-	-	51.808	(41.712)	10.096
Equipamento informático	1.155.614	(776.888)	378.726	59.958	(231.492)	-	-	1.215.572	(1.008.380)	207.192
Instalações interiores	870.209	(505.252)	364.957	14.052	(140.670)	-	-	884.261	(645.922)	238.339
Equipamento de segurança	32.304	(23.907)	8.397	-	(4.229)	-	-	32.304	(28.136)	4.168
Outros equipamentos	200	(200)	-	-	-	-	-	200	(200)	-
Imobilizações em curso	45.658	-	45.658	64.530	-	-	-	110.188	-	110.188
	11.436.119	(3.689.847)	7.746.272	138.916	(528.459)	-	-	11.575.035	(4.218.306)	7.356.729
Activos intangíveis:										
Software	5.184.910	(3.504.152)	1.680.758	-	(1.037.056)	1.013.351	-	6.198.261	(4.541.208)	1.657.053
Imobilizações em curso	928.249	-	928.249	1.713.892	-	(1.013.351)	(243.361)	1.385.429	-	1.385.429
	6.113.159	(3.504.152)	2.609.007	1.713.892	(1.037.056)	-	(243.361)	7.583.690	(4.541.208)	3.042.482
	17.549.278	(7.193.999)	10.355.279	1.852.808	(1.565.515)	-	(243.361)	19.158.725	(8.759.514)	10.399.211

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo das imobilizações em curso de activos intangíveis refere-se a projectos em curso de software informático, nomeadamente de desenvolvimento de novo software ou evolução de software já existente, cuja entrada em funcionamento está prevista para 2014 e 2013, respectivamente.

12. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os saldos de activos e passivos por impostos correntes e diferidos apresentam a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Activos por impostos correntes		
· Imposto do exercício a recuperar	1.816.168	-
· Outros	-	1.462
Passivos por impostos correntes		
· Imposto do exercício a pagar	(1.309.277)	(2.025.542)
	-----	-----
	506.891	(2.024.080)
	=====	=====
Activos por impostos diferidos	6.010.444	5.446.400
Passivos por impostos diferidos	(4.163.217)	(2.833.742)
	-----	-----
	1.847.227	2.612.658
	=====	=====

Nos exercícios de 2013 e 2012, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser resumidos como se segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Impostos correntes		
· Do exercício	2.999.316	5.993.170
· Correções a exercícios anteriores	(7.265)	37.815
· Contribuição para o sector bancário	489.568	566.344
	-----	-----
	3.481.619	6.597.329
Impostos diferidos – dotações, líquidas de reversões	765.431	(933.184)
	-----	-----
Total de impostos registados em resultados	4.247.050	5.664.145
	=====	=====
Resultados antes de impostos	10.508.158	13.327.844
	-----	-----
Carga fiscal	40,42%	42,50%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(Montantes expressos em Euros)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto para os exercícios de 2013 e 2012, pode ser detalhada como se segue:

	2013		2012	
	Taxa de imposto	Imposto	Taxa de imposto	Imposto
Resultado antes de impostos		10.508.158		13.327.844
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	29,50%	3.099.907	29,50%	3.931.714
Diferenças permanentes				
Contribuição do sector bancário	4,66%	489.568	4,25%	566.344
Contratos de associação não relevantes para efeitos fiscais	3,91%	411.235	4,51%	601.505
Isenção de Derrama Estadual até 1,5 milhões de Euros de lucro tributável	-0,43%	(45.000)	-0,34%	(45.000)
Acréscimo da Derrama Estadual	1,17%	123.117	1,37%	182.078
Alteração da taxa de imposto diferido	0,68%	71.757	0,43%	57.274
Tributação autónoma	1,17%	123.367	1,53%	203.913
Outras diferenças permanentes	1,23%	128.835	0,96%	128.502
Diferenças na taxa de tributação utilizada para efeitos de determinação de imposto corrente e diferido	-1,41%	(148.471)	0,00%	-
Imposto sobre o lucro do exercício	40,49%	4.254.315	42,21%	5.626.330
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto de exercícios anteriores				
Imposto corrente	-0,07%	(7.265)	0,28%	37.815
Correcções de impostos relativas a exercícios anteriores, líquidas de impostos diferidos	-0,07%	(7.265)	0,28%	37.815
	40,42%	4.247.050	42,50%	5.664.145

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. A base de incidência e taxas aplicáveis relativamente à contribuição sobre o sector bancário encontram-se descritas na Nota 2.3 n).

O movimento nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013				Saldos em 31-12-2013
	Saldos em 31-12-2012	Reforços	Realizações / anulações	Outros	
Activos por impostos diferidos					
Imparidade para crédito concedido	3.844.834	783.244	(520.775)	(198.871)	3.908.432
Provisões	1.601.566	799.572	(216.288)	(82.838)	2.102.012
Total de activos por impostos diferidos	5.446.400	1.582.816	(737.063)	(281.709)	6.010.444
Passivos por impostos diferidos					
Resultado não distribuído do Silk Finance no.3 Limited	(2.833.742)	(1.476.048)	-	146.573	(4.163.217)
Total de passivos por impostos diferidos	(2.833.742)	(1.476.048)	-	146.573	(4.163.217)
Saldo Líquido	2.612.658	106.768	(737.063)	(135.136)	1.847.227
	2012				Saldos em 31-12-2012
	Saldos em 31-12-2011	Reforços	Realizações / anulações	Outros	
Activos por impostos diferidos					
Imparidade para crédito concedido	2.512.527	1.402.549	(70.242)	-	3.844.834
Provisões	1.274.906	563.207	(236.547)	-	1.601.566
Total de activos por impostos diferidos	3.787.433	1.965.756	(306.789)	-	5.446.400
Passivos por impostos diferidos					
Resultado não distribuído do Silk Finance no.3 Limited	(2.107.959)	(725.783)	-	-	(2.833.742)
Outros	(614)	-	-	614	-
Total de passivos por impostos diferidos	(2.108.573)	(725.783)	-	614	(2.833.742)
Saldo Líquido	1.678.860	1.239.973	(306.789)	614	2.612.658

Os valores detalhados em outros correspondem ao impacto da alteração da taxa de IRC de 29% para 27,5% (Nota 2.3 n)).

13. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Outros activos		
. Imposto a recuperar	5.976.716	5.976.716
. Devedores diversos	2.884.057	2.373.875
	-----	-----
	8.860.773	8.350.591
Rendimentos a receber		
. Comissões e outros valores a receber	693.649	702.017
Despesas com encargos diferidos	696.387	1.060.926
Valores diversos a regularizar	1.638.742	1.601.660
	-----	-----
	11.889.551	11.715.194
	-----	-----
Imparidade (Nota 16)		
Impostos a recuperar	(5.914.356)	(4.846.999)
Outros saldos a receber	(1.069.052)	(349.679)
	-----	-----
	(6.983.408)	(5.196.678)
	-----	-----
	4.906.143	6.518.516
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Imposto a recuperar” corresponde a reembolsos pedidos e reclamações efectuadas em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado. Nestas datas, o valor de imparidade constituída para os referidos activos ascende a 5.914.356 Euros e 4.846.999 Euros, respectivamente, e reflecte a expectativa do Banco quanto ao correspondente valor de realização.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outros activos – devedores diversos”, inclui 30.776 Euros e 146.790 Euros, respectivamente, relativos a valores a receber dos clientes por alienação de viaturas, os quais não tinham ainda sido reclassificados para rubricas de Crédito vencido.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica “Valores diversos a regularizar”, inclui 768.921 Euros e 628.671 Euros, respectivamente, relativos a rendas de cartões de crédito que se encontram para cobrança.

O movimento na imparidade e provisões das rubricas de “Outros activos” nos exercícios de 2013 e 2012 é apresentado na Nota 16.

14. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Recursos de Bancos Centrais</u>		
Capital (Nota 33)	280.000.000	346.000.000
Juros a pagar	3.816.944	2.342.861
	-----	-----
	283.816.944	348.342.861
	=====	=====
<u>Recursos de outras instituições de crédito</u>		
Descobertos em depósitos à ordem		
Banco Santander Totta, S.A.	12.614.978	-
	-----	---
Depósitos e outros recursos		
Banco Santander Consumer Finance, S.A.	232.000.000	531.001.776
Banco Santander Totta, S.A.	200.000.000	-
Juros a pagar	4.497.533	3.309.088
	-----	-----
	436.497.533	534.310.864
	-----	-----
	449.112.511	534.310.864
	=====	=====

15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Depósitos à ordem	74.597	45.830
Cheques e ordens a pagar	2.662.849	4.207.388
	-----	-----
	2.737.446	4.253.218
	=====	=====

Nos termos da Portaria nº 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso n.º 11/94 de 21 de Dezembro, do Banco de Portugal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(Montantes expressos em Euros)16. MOVIMENTO EM PROVISÕES E IMPARIDADE

Nos exercícios de 2013 e 2012 os movimentos ocorridos nas provisões e imparidades foram os seguintes:

	2013						
	Saldos em 31-12-2012	Dotações	Reposições e anulações	Utilizações	Outros movimentos e transferências	Saldos em 31-12-2013	Recuperação de crédito e juros vencidos (Nota 26)
Imparidade para crédito (Nota 9)	57.045.375	30.796.497	(13.713.170)	(15.795.249)	(51)	58.333.402	(9.633.628)
Imparidade:							
· Imposto a recuperar (Nota 13)	4.846.999	1.067.357	-	-	-	5.914.356	-
· Outros Activos (Nota 13)	349.679	1.698.777	(753.906)	(32.595)	(192.903)	1.069.052	-
· Activos não correntes detidos para venda (Nota 10)	82.741	5.307.410	(5.190.817)	(708)	-	198.626	-
	5.279.419	8.073.544	(5.944.723)	(33.303)	(192.903)	7.182.034	-
Provisões	267.491	-	-	-	192.900	460.391	-
	<u>62.592.285</u>	<u>38.870.041</u>	<u>(19.657.893)</u>	<u>(15.828.552)</u>	<u>(54)</u>	<u>65.975.827</u>	<u>(9.633.628)</u>
	2012						
	Saldos em 31.12.2011	Dotações	Reposições e anulações	Utilizações	Outros movimentos e transferências	Saldos em 31.12.2012	Recuperação de crédito e juros vencidos (Nota 26)
Imparidade para crédito (Nota 9)	50.534.347	37.051.164	(15.580.336)	(14.960.114)	314	57.045.375	(11.352.737)
Imparidade:							
· Impostos a recuperar (Nota 13)	3.789.357	1.067.361	(9.719)	-	-	4.846.999	-
· Outros Activos (Nota 13)	186.140	845.862	(669.018)	-	(13.305)	349.679	-
· Activos não correntes detidos para venda (Nota 10)	1.824.919	8.880.327	(9.362.246)	(1.260.259)	-	82.741	-
	5.800.416	10.793.550	(10.040.983)	(1.260.259)	(13.305)	5.279.419	-
Provisões	391.929	-	-	(136.896)	12.458	267.491	-
	<u>56.726.692</u>	<u>47.844.714</u>	<u>(25.621.319)</u>	<u>(16.357.269)</u>	<u>(533)</u>	<u>62.592.285</u>	<u>(11.352.737)</u>

17. PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Obrigações de Caixa subordinadas "Interbanco 05/15"	15.000.000	15.000.000
Juros a pagar	61.496	67.133
	-----	-----
	<u>15.061.496</u>	<u>15.067.133</u>
	=====	=====

As Obrigações de Caixa subordinadas "Interbanco 05/15" foram emitidas em 28 de Setembro de 2005, por um prazo de 10 anos, tendo data de reembolso em 28 de Setembro de 2015. Estas obrigações vencem juros à taxa Euribor a 6 meses, adicionada de 1,25%. Os juros são pagos semestral e postecipadamente em 28 de Março e 28 de Setembro de cada ano. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a taxa de juro em vigor ascendia a 1,59% e 1,57%, respectivamente.

18. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Valores a pagar ao Estado:		
. Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.837.871	2.351.886
. Imposto do Selo	354.879	377.537
. Retenção de impostos na fonte	136.749	273.353
. Contribuições para a Segurança Social	124.735	113.726
	-----	-----
	2.454.234	3.116.502
	-----	-----
Credores:		
. Cauções recebidas – contratos de ALD	20.022.600	22.396.327
. Credores por contratos de factoring	8.273.829	8.499.343
. Fornecedores, conta corrente	4.866.472	4.629.595
. Outros credores	1.422.672	266.926
	-----	-----
	34.585.573	35.792.191
	-----	-----
Operações passivas a regularizar	3.484.969	2.426.268
	-----	-----
Encargos a pagar:		
. Gastos gerais administrativos	2.436.660	1.621.627
. Acordos de participação	1.678.975	2.679.482
. Acréscimo de custos para férias e subsídio de férias	1.035.548	958.627
. Bónus a distribuir aos colaboradores	794.042	97.722
. Cancelamento de Seguros	146.335	215.397
	-----	-----
	6.091.560	5.572.855
	-----	-----
	46.616.336	46.907.816
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Cauções recebidas – contratos de ALD” respeita ao diferencial entre o valor entregue pelos clientes no início das operações de aluguer de longa duração e o valor residual dos respectivos contratos. Na rubrica de crédito concedido encontra-se reflectido o valor líquido do financiamento efectivamente concedido pelo Banco aos clientes, o qual corresponde ao valor de aquisição do bem, deduzido dos pagamentos que efectuaram antecipadamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Credores por contratos de factoring” representa as responsabilidades para com os Aderentes relativas ao valor da facturação de operações sem recurso em processo de cobrança, líquidas de adiantamentos efectuados e notas de crédito emitidas.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Fornecedores – conta corrente” inclui 639.800 Euros e 712.228 Euros, respectivamente, relativos a valores a pagar a companhias de seguros (Nota 34).

A rubrica “Encargos a pagar – Acordos de participação”, diz respeito à participação nos resultados em operações de financiamento automóvel decorrentes do estabelecimento de acordos de associação em participação realizados entre o Banco e sociedades de importação e distribuição automóvel. No âmbito destas operações, o Banco partilha com as referidas sociedades os resultados obtidos num determinado conjunto de operações de financiamento, em função das condições previamente acordadas entre as partes.

A rubrica “Cancelamento de Seguros” diz respeito à estimativa de custos que o Banco irá incorrer relacionados com a devolução de comissões de colocação de seguros relativos a contratos de crédito que foram amortizados antecipadamente pelos clientes.

19. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o capital social do Banco encontrava-se totalmente subscrito e realizado e estava representado por 66.592.947 acções, cada uma com valor nominal igual a 1 Euro, com a seguinte composição:

	<u>Número de acções</u>	<u>Percentagem de participação</u>
Santander Consumer Finance, S.A.	53.331.647	80,086%
Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	13.261.300	19,914%
	-----	-----
	66.592.947	100%
	=====	=====

20. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as Outras Reservas e Resultados Transitados têm a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Prémio de Emissão	12.790.664	12.790.664
Reserva Legal	13.631.404	12.711.968
Outras Reservas	21.970.594	21.970.594
Resultados Transitados	17.755.729	19.286.395
	-----	-----
	66.148.391	66.759.621
	=====	=====

Os prémios de emissão tiveram origem no aumento de capital social do Banco efectuado em Janeiro de 2007. Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício em base individual, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

21. RENDIMENTO INTEGRAL E RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Nos exercícios de 2013 e 2012, o resultado consolidado do Banco foi determinado da seguinte forma:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contributo de cada uma das entidades incluídas no perímetro de consolidação para o rendimento integral e resultado líquido consolidado:		
. Banco Santander Consumer Portugal	(982.333)	9.194.365
. Silk Finance No.3 Limited	9.882.191	2.341.238
. Fundo Silk Finance No.3	-	-
	-----	-----
	8.899.858	11.535.603
Ajustamentos de consolidação:		
. Imparidade em crédito concedido, líquida de impostos diferidos	(1.162.702)	(3.146.121)
. Imposto diferido sobre o resultado líquido do Silk Finance No.3 Limited	(1.476.048)	(725.783)
	-----	-----
	6.261.108	7.663.699
	=====	=====

22. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Nos exercícios de 2013 e 2012, os passivos contingentes e compromissos apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Garantias prestadas	1.225.217	476.384
Compromissos perante terceiros	55.017.033	58.080.295
Activos dados em garantia – valor nominal (Nota 33)	320.485.000	550.000.000

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Compromissos perante terceiros” respeita essencialmente a linhas de crédito associadas a operações de concessão de crédito a clientes através de cartões.

23. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios de 2013 e 2012, a Margem Financeira tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Juros e proveitos similares		
. Juros de financiamento de vendas a crédito e financiamento em conta corrente	51.638.430	62.039.679
. Juros de crédito em locação	11.231.734	14.513.191
. Comissões associadas ao custo amortizado		
. De intermediação	(9.464.456)	(9.868.569)
. Rappel	(3.261.821)	(3.949.865)
. Apoio fixo	(1.014.544)	(1.125.146)
. Juros de swaps de negociação	6.287.736	5.929.255
. Comissões de abertura de contrato	2.836.192	3.204.863
. Juros de adiantamentos de “factoring”	1.893.856	3.573.055
. Juros de financiamento através de cartão de crédito	707.786	691.314
. Juros de swaps de cobertura	277.714	971.034
. Juros de investimentos a deter até à maturidade	-	562.054
. Outros juros e proveitos		
. De aplicações a prazo	199.375	544.125
. Operações de concessão de crédito	-	129
. Outros	4.270	135.244
	-----	-----
	61.336.272	77.220.363
	-----	-----
Juros e custos similares		
. Juros de recursos de instituições de crédito	13.794.206	21.391.343
. Juros de derivados de negociação	6.350.486	6.008.025
. Juros de derivados de cobertura	2.591.248	4.018.572
. Juros de empréstimos subordinados	245.262	355.628
. Juros de operações de factoring	566	12.140
	-----	-----
	22.981.768	31.785.708
	-----	-----
Margem Financeira	38.354.504	45.434.655
	=====	=====

24. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2013 e 2012, os Rendimentos e Encargos de serviços e comissões têm a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Rendimentos de serviços e comissões		
. Comissões de colocação de seguros	6.819.903	6.049.536
. Despesas de cobrança de rendas	2.646.251	2.766.468
. Comissões por prestação de serviços	1.410.156	1.660.769
. Operações de “factoring”	266.389	621.465
. Garantias prestadas	10.985	4.651
. Outros proveitos de comissões	1.233.541	1.200.577
	-----	-----
	12.387.225	12.303.466
	-----	-----
Encargos com serviços e comissões		
. Comissões de Acordos de Participação	1.702.873	2.779.412
. Por serviços bancários de terceiros	741.652	1.045.036
. Comissões de colocação de seguros	1.064.594	989.901
. Outros custos com comissões	1.408.333	1.184.798
	-----	-----
	4.917.452	5.999.147
	-----	-----
	7.469.773	6.304.319
	=====	=====

Nos exercícios de 2013 e 2012, a rubrica “Rendimentos de serviços e comissões – Comissões de colocação de seguros” respeita a comissões recebidas pelo Banco de companhias de seguros relativamente a prémios de seguro cobrados a clientes no âmbito de contratos de financiamento. Na rubrica “Encargos com serviços e comissões - Comissões de colocação de seguros” encontra-se reflectida a comissão paga pelo Banco a concessionários pela angariação de contratos de financiamento relativamente aos quais o cliente subscreveu simultaneamente o respectivo seguro de protecção de crédito. Os proveitos e encargos relativos a comissões recebidas das companhias de seguros e pagas a angariadores são reconhecidos no exercício em que são concretizadas as operações de crédito respectivas. O Banco considera que se tratam de comissões destinadas a compensar a realização de um acto significativo, na medida em que não retém qualquer envolvimento relacionado com o risco segurado ou com a gestão da apólice de seguro contratada.

25. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

No exercício de 2013 e 2012, os valores registados nesta rubrica apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Reavaliação dos swaps de cobertura (Nota 31)	(2.378.777)	(116.864)
Reavaliação dos elementos cobertos (Nota 31)	2.363.435	390.586
	-----	-----
	15.342	273.722
	=====	=====

26. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Outros proveitos de exploração:		
. Recuperações de crédito e juros vencidos (Nota 16)	9.633.628	11.352.737
. Mais-valias em bens de locação financeira	427.219	412.263
. Prestação de serviços	26.104	46.275
. Outros	36.225	23.699
	-----	-----
	10.123.176	11.834.974
	-----	-----
Outros custos de exploração:		
. Menos-valias em bens de locação financeira	1.402.159	2.790.395
. Outros custos de exploração	992.107	855.205
. Outros impostos indirectos	1.737.253	1.748.632
	-----	-----
	4.131.519	5.394.232
	-----	-----
	5.991.657	6.440.742
	=====	=====

27. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2013 e 2012 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Salários e vencimentos:		
. Remunerações dos órgãos de gestão	229.825	224.402
. Remunerações dos empregados	5.136.941	5.267.311
	-----	-----
	5.366.766	5.491.713
	-----	-----
Encargos sociais:		
. Segurança Social	1.121.481	1.276.204
. Outros encargos	205.951	167.906
	-----	-----
	1.327.432	1.444.110
	-----	-----
Outros custos com o pessoal:		
. Bónus aos colaboradores e Conselho de Administração	677.524	607.476
. Indemnizações contratuais	234.705	299.828
. Comparticipação de juros de crédito à habitação	45.000	45.000
. Outros	251.500	300.300
	-----	-----
	1.208.729	1.252.604
	-----	-----
	7.902.927	8.188.427
	=====	=====

O Banco não assumiu quaisquer encargos com pensões de reforma, para além das contribuições para a Segurança Social.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o número de efectivos ao serviço do Banco era o seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Direcção	1	1
Quadros superiores	20	19
Quadros técnicos	127	129
Administrativos	23	27
	-----	-----
	171	176
	====	====

28. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios de 2013 e 2012 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Serviços especializados:		
. Recuperação de valores e viaturas	1.647.641	2.061.338
. Subcontratação de pessoal e outros serviços de outsourcing	1.416.697	1.897.661
. Advocacia	1.186.552	1.116.621
. Informática	1.313.536	962.408
. Assistência e software	224.527	105.409
. Segurança e vigilância	134.346	176.696
. Outros serviços especializados	2.480.338	2.495.788
Seguros, serviços judiciais e contencioso	975.496	949.771
Comunicação	918.641	1.010.559
Publicidade	596.317	535.491
Rendas e alugueres	433.138	514.521
Avenças e honorários	345.690	357.819
Água, energia e combustíveis	299.281	324.837
Deslocações, estadas e representações	190.186	223.706
Conservação e reparação	170.937	208.705
Material de consumo corrente	112.628	91.857
Encargos com formação	92.000	88.427
Outros fornecimentos e serviços	15.884	26.643
	-----	-----
	12.553.835	13.148.257
	=====	=====

No exercício de 2013, as remunerações pagas ao Revisor Oficial de Contas têm a seguinte composição:

Revisão legal das contas	101.684
Outros serviços de garantia de fiabilidade	95.514
Serviços de consultoria fiscal	117.590

	314.788
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(Montantes expressos em Euros)29. RELATO POR SEGMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a actividade desenvolvida pelo Banco encontra-se organizada de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

- Banca de retalho: Inclui a actividade do Banco desenvolvida no âmbito da concessão de crédito nos segmentos de Locação financeira, Aluguer de Longa Duração e Crédito ao consumo, assim como os depósitos captados junto de clientes.
- Banca comercial: Inclui a actividade do Banco desenvolvida nas vertentes de concessão de crédito a empresas para apoio de tesouraria, financiamento à aquisição de stocks e "Factoring".
- Outros: Compreende todos os segmentos de actividade não considerados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio nos exercícios de 2013 e 2012, foi a seguinte:

	2013			2012		
	Banca de Retalho	Banca Comercial	Total	Banca de Retalho	Banca Comercial	Total
Juros e rendimentos similares	59.442.417	1.893.855	61.336.272	73.647.308	3.573.055	77.220.363
Juros e encargos similares	(22.910.716)	(71.052)	(22.981.768)	(31.422.406)	(363.302)	(31.785.708)
Rendimentos de serviços e comissões	11.849.799	537.426	12.387.225	11.473.926	829.540	12.303.466
Encargos com serviços e comissões	(4.917.452)	-	(4.917.452)	(5.999.147)	-	(5.999.147)
Resultados em operações financeiras	15.342	-	15.342	273.722	-	273.722
Outros resultados de exploração	(3.641.971)	-	(3.641.971)	(4.911.995)	-	(4.911.995)
Produto da Actividade Bancária	<u>39.837.418</u>	<u>2.360.230</u>	<u>42.197.648</u>	<u>43.061.408</u>	<u>4.039.293</u>	<u>47.100.701</u>
Outros custos e proveitos			(35.936.540)			(39.437.002)
Resultado Líquido do Exercício			<u>6.261.108</u>			<u>7.663.699</u>
Crédito a clientes (valor líquido)	795.604.600	46.938.428	842.543.028	923.806.820	57.382.937	981.189.757
Activo líquido total	904.663.535	40.102.984	944.766.519	1.047.746.096	52.694.370	1.100.450.466
Recursos de outras instituições de crédito	692.634.096	40.295.359	732.929.455	831.700.612	50.963.113	882.653.725
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.737.446	-	2.737.446	4.253.218	-	4.253.218

Nos exercícios de 2013 e 2012, a actividade do Banco foi integralmente desenvolvida em Portugal.

31. GESTÃO DE RISCOPolíticas de gestão de risco

As políticas de gestão de risco implementadas pelo Banco no âmbito da sua actividade encontram-se descritas em maior detalhe no âmbito da secção “Risco de Crédito” do Relatório do Conselho de Administração.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde ao risco de incumprimento das contrapartes com as quais o Banco mantém posições abertas em instrumentos financeiros, enquanto entidade credora.

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição máxima a risco de crédito apresenta o seguinte detalhe:

	2013			
	Valor nominal	Valor de balanço bruto	Provisões e imparidade	Valor de balanço líquido
<u>Patrimoniais</u>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	61.080.258	61.080.258	-	61.080.258
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-
Activos Financeiros detidos para negociação	-	1.296.153	-	1.296.153
Crédito a clientes	878.591.007	881.655.732	(58.333.402)	823.322.330
Outros activos, excluindo encargos diferidos	11.193.164	11.193.164	(6.983.408)	4.209.756
	<u>950.864.429</u>	<u>955.225.307</u>	<u>(65.316.810)</u>	<u>889.908.497</u>
<u>Extrapatrimoniais</u>				
Garantias prestadas	1.225.217	1.225.217	-	1.225.217
Compromissos perante terceiros	55.017.033	55.017.033	-	55.017.033
	<u>56.242.250</u>	<u>56.242.250</u>	<u>-</u>	<u>56.242.250</u>
	2012			
	Valor nominal	Valor de balanço bruto	Provisões e imparidade	Valor de balanço líquido
<u>Patrimoniais</u>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79.366.462	79.366.462	-	79.366.462
Aplicações em instituições de crédito	15.000.000	15.013.750	-	15.013.750
Activos Financeiros detidos para negociação	-	1.808.427	-	1.808.427
Crédito a clientes	1.010.793.356	1.016.480.655	(57.045.375)	959.435.280
Outros activos, excluindo encargos diferidos	10.654.268	10.654.268	(5.196.678)	5.457.590
	<u>1.115.814.086</u>	<u>1.123.323.562</u>	<u>(62.242.053)</u>	<u>1.061.081.509</u>
<u>Extrapatrimoniais</u>				
Garantias prestadas	476.384	476.384	-	476.384
Compromissos perante terceiros	40.739.297	40.739.297	-	40.739.297
	<u>41.215.681</u>	<u>41.215.681</u>	<u>-</u>	<u>41.215.681</u>

Nos quadros apresentados acima, a linha Crédito a clientes não inclui encargos diferidos, nos montantes de 19.220.698 Euros e 21.754.477 Euros em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, respectivamente (Nota 9).

Qualidade de crédito dos activos financeiros

O acompanhamento e monitorização dos processos de gestão do risco de crédito do Banco é assegurado por uma estrutura interna com competências atribuídas para o efeito, sendo efectuada ao nível da concessão, acompanhamento e recuperação de operações de crédito a empresas e particulares pela Direcção de Risco e Recuperação. A análise e evolução da actividade da Direcção de Risco e Recuperação é por sua vez avaliada regularmente em Comité de Direcção do Banco.

O processo de concessão de crédito encontra-se suportado em modelos de avaliação de risco desenvolvidos internamente (modelos de "rating" e de "scoring") e complementados, sempre que aplicável, pela avaliação efectuada pela Direcção de Risco aos dados financeiros e económicos do cliente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a composição das operações de crédito concedido em regime de Vendas a crédito, Locação financeira e Aluguer de longa duração, apresenta o seguinte detalhe:

	2013		
	Capital vincendo	Capital e juros vencidos	Exposição total
Vendas a crédito			
Créditos sem incumprimento	568.474.457	26.699	568.501.156
Créditos com incumprimento	32.417.028	1.177.892	33.594.920
Créditos em default	2.583.967	27.412.058	29.996.025
	<u>603.475.452</u>	<u>28.616.649</u>	<u>632.092.101</u>
Locação financeira			
Créditos sem incumprimento	60.652.905	486	60.653.391
Créditos com incumprimento	4.198.610	207.875	4.406.485
Créditos em default	95.697	1.845.646	1.941.343
	<u>64.947.212</u>	<u>2.054.007</u>	<u>67.001.219</u>
Aluguer de longa duração			
Créditos sem incumprimento	108.164.325	1.647	108.165.972
Créditos com incumprimento	5.865.739	276.684	6.142.423
Créditos em default	163.079	2.219.848	2.382.927
	<u>114.193.143</u>	<u>2.498.179</u>	<u>116.691.322</u>
Total	<u><u>782.615.807</u></u>	<u><u>33.168.835</u></u>	<u><u>815.784.642</u></u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(Montantes expressos em Euros)

	2012		
	Capital vincendo	Capital e juros vencidos	Exposição total
Vendas a crédito			
Créditos sem incumprimento	622.920.758	44.407	622.965.165
Créditos com incumprimento	46.211.202	2.151.345	48.362.547
Créditos em default	5.014.239	29.369.690	34.383.929
	<u>674.146.199</u>	<u>31.565.442</u>	<u>705.711.641</u>
Locação financeira			
Créditos sem incumprimento	80.493.033	723	80.493.756
Créditos com incumprimento	7.062.142	377.561	7.439.703
Créditos em default	200.013	2.597.753	2.797.766
	<u>87.755.188</u>	<u>2.976.037</u>	<u>90.731.225</u>
Aluguer de longa duração			
Créditos sem incumprimento	131.696.221	949	131.697.170
Créditos com incumprimento	8.655.172	614.034	9.269.206
Créditos em default	381.737	2.381.821	2.763.558
	<u>140.733.130</u>	<u>2.996.804</u>	<u>143.729.934</u>
Total	<u>902.634.517</u>	<u>37.538.283</u>	<u>940.172.800</u>

Na preparação dos quadros apresentados acima, a classificação das operações foi efectuada de acordo com a seguinte metodologia:

- “Créditos sem incumprimento” – créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 11 dias;
- “Créditos com incumprimento” – créditos com saldos vencidos entre 11 dias e 90 dias;
- “Créditos em default” – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias.

Nos exercícios de 2013 e 2012, as operações de crédito concedidas a clientes pelo Banco encontram-se garantidas, entre outras, pelos seguintes tipos de colaterais:

- (i) Garantias bancárias, usualmente associadas a operações de “factoring” com concessionários;
- (ii) Regime de reserva de propriedade em operações de vendas a crédito para aquisição de viaturas;
- (iii) Garantias pessoais (livrança, aval, outros).

Risco de liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco do Banco apresentar dificuldades na obtenção dos recursos financeiros de que necessita para cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode consubstanciar-se, por exemplo, na incapacidade de alienar de forma célere um instrumento financeiro por um montante representativo do seu justo valor.

No âmbito das políticas internas do Banco no que respeita à exposição a risco de liquidez, o respectivo acompanhamento e monitorização é assegurado em sede de Comité de Activos e Passivos (“Asset Liabilities Committee” – ALCO). De acordo com os procedimentos em vigor, o financiamento da actividade é preferencialmente assegurado junto do Grupo Santander, dispondo o Banco de limites de descoberto autorizado negociados para este efeito.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os “cash flows” contratuais não descontados relativos aos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição por intervalos de maturidade:

	2013						
	À vista	Até 3 meses	De três meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<i>Activo</i>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	16.052.816	-	-	-	-	-	16.052.816
Disponibilidades em outras instituições de crédito	61.080.258	-	-	-	-	-	61.080.258
Crédito a clientes (Saldos brutos)	40.791.204	54.948.518	197.347.539	376.048.596	198.455.660	118.457.643	986.049.160
	<u>117.924.278</u>	<u>54.948.518</u>	<u>197.347.539</u>	<u>376.048.596</u>	<u>198.455.660</u>	<u>118.457.643</u>	<u>1.063.182.234</u>
<i>Passivo</i>							
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	(284.615.139)	-	-	(284.615.139)
Recursos de outras Instituições de Crédito	(12.614.978)	(16.585.878)	(247.703.824)	(109.369.523)	(51.381.299)	-	(437.655.502)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.737.446)	-	-	-	-	-	(2.737.446)
Passivos subordinados	-	-	(279.441)	(15.390.592)	-	-	(15.670.033)
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Credores por contratos de factoring	-	(8.273.829)	-	-	-	-	(8.273.829)
Cauções recebidas - contratos de ALD	-	(251.537)	(3.044.341)	(9.134.699)	(5.462.506)	(2.129.517)	(20.022.600)
	<u>(15.352.424)</u>	<u>(25.111.244)</u>	<u>(251.027.606)</u>	<u>(418.509.953)</u>	<u>(56.843.805)</u>	<u>(2.129.517)</u>	<u>(768.974.549)</u>
Diferencial	<u>102.571.854</u>	<u>29.837.274</u>	<u>(53.680.067)</u>	<u>(42.461.357)</u>	<u>141.611.855</u>	<u>116.328.126</u>	<u>294.207.685</u>

	2012						
	À vista	Até 3 meses	De três meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<i>Activo</i>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	44.041	-	-	-	-	-	44.041
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79.366.462	-	-	-	-	-	79.366.462
Aplicações em instituições de crédito	-	-	15.013.750	-	-	-	15.013.750
Crédito a clientes (Saldos brutos)	46.974.935	58.695.919	229.642.348	432.876.884	228.782.944	135.488.288	1.132.461.318
	<u>126.385.438</u>	<u>58.695.919</u>	<u>244.656.098</u>	<u>432.876.884</u>	<u>228.782.944</u>	<u>135.488.288</u>	<u>1.226.885.571</u>
<i>Passivo</i>							
Recursos de Bancos Centrais	(56.007.000)	-	-	(297.019.861)	-	-	(353.026.861)
Recursos de outras Instituições de Crédito	-	(317.720.645)	(153.032.022)	(74.014.270)	-	-	(544.766.937)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(4.253.218)	-	-	-	-	-	(4.253.218)
Passivos subordinados	-	-	(283.755)	(15.701.276)	-	-	(15.985.031)
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Credores por contratos de factoring	-	(8.499.343)	-	-	-	-	(8.499.343)
Cauções recebidas - contratos de ALD	-	(244.303)	(3.164.917)	(9.695.604)	(6.814.906)	(2.476.597)	(22.396.327)
	<u>(60.260.218)</u>	<u>(326.464.291)</u>	<u>(156.480.694)</u>	<u>(396.431.011)</u>	<u>(6.814.906)</u>	<u>(2.476.597)</u>	<u>(948.927.717)</u>
Diferencial	<u>66.125.220</u>	<u>(267.768.372)</u>	<u>88.175.404</u>	<u>36.445.873</u>	<u>221.968.038</u>	<u>133.011.691</u>	<u>277.957.854</u>

Na preparação dos quadros acima foram considerados fluxos de caixa projectados de capital e juros, pelo que os valores apresentados não são directamente comparáveis com os saldos contabilísticos nessas datas.

Adicionalmente, na elaboração da informação apresentada acima, foram igualmente utilizados os seguintes pressupostos:

- Os descobertos em depósitos à ordem de clientes e o crédito concedido através de cartão de crédito, registados na rubrica “Crédito a clientes”, foram classificados no intervalo temporal “À vista”;
- Os fluxos de capital projectados relativos à rubrica de “Crédito a clientes” não incluem o crédito vencido;
- Os depósitos à ordem de clientes registados na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” foram classificados no intervalo temporal “À vista”.
- Relativamente a operações cuja remuneração se encontra indexada à Euribor, os fluxos financeiros apresentados foram estimados com base nas taxas de referência em vigor em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, respectivamente.
- Não foram considerados os “cash flows” contratuais de swaps de taxa de juro, uma vez que esta informação não é considerada na gestão de liquidez do Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(Montantes expressos em Euros)Risco de taxa de Juro

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterarem em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser demonstrada do seguinte modo:

	31-12-2013				
	Taxa fixa	Taxa variável	Subtotal	Outros	Total
<u>Activo</u>					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	49.256	16.003.560	16.052.816	-	16.052.816
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.591	61.071.667	61.080.258	-	61.080.258
Crédito a clientes (saldos brutos)	364.949.878	464.068.005	829.017.883	71.858.547	900.876.430
	<u>365.007.725</u>	<u>541.143.232</u>	<u>906.150.957</u>	<u>71.858.547</u>	<u>978.009.504</u>
<u>Passivos</u>					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	(432.000.000)	(280.000.000)	(712.000.000)	(20.929.455)	(732.929.455)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(2.737.446)	(2.737.446)	-	(2.737.446)
Passivos subordinados	-	(15.000.000)	(15.000.000)	(61.496)	(15.061.496)
Outros passivos	(20.022.600)	(8.273.829)	(28.296.429)	-	(28.296.429)
	<u>(452.022.600)</u>	<u>(306.011.275)</u>	<u>(758.033.875)</u>	<u>(20.990.951)</u>	<u>(779.024.826)</u>
Instrumentos financeiros derivados de cobertura(valor nocional)	(173.500.000)	173.500.000	-	-	-
Exposição Líquida	<u>(260.514.875)</u>	<u>408.631.957</u>	<u>148.117.082</u>	<u>50.867.596</u>	<u>198.984.678</u>
	31-12-2012				
	Taxa fixa	Taxa variável	Subtotal	Outros	Total
<u>Activo</u>					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	40.883	3.158	44.041	-	44.041
Disponibilidades em outras instituições de crédito	100.226	79.266.236	79.366.462	-	79.366.462
Aplicações em instituições de crédito	15.000.000	-	15.000.000	13.750	15.013.750
Crédito a clientes (saldos brutos)	419.181.510	536.866.203	956.047.713	82.187.419	1.038.235.132
	<u>434.322.619</u>	<u>616.135.597</u>	<u>1.050.458.216</u>	<u>82.201.169</u>	<u>1.132.659.385</u>
<u>Passivos</u>					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	(531.001.776)	(346.000.000)	(877.001.776)	(5.651.949)	(882.653.725)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(4.253.218)	(4.253.218)	-	(4.253.218)
Passivos subordinados	-	(15.000.000)	(15.000.000)	(67.133)	(15.067.133)
Outros passivos	(22.396.327)	(8.499.343)	(30.895.670)	-	(30.895.670)
	<u>(553.398.103)</u>	<u>(373.752.561)</u>	<u>(927.150.664)</u>	<u>(5.719.082)</u>	<u>(932.869.746)</u>
Instrumentos financeiros derivados de cobertura(valor nocional)	(274.500.000)	274.500.000	-	-	-
Exposição Líquida	<u>(393.575.484)</u>	<u>516.883.036</u>	<u>123.307.552</u>	<u>76.482.087</u>	<u>199.789.639</u>

Na preparação do quadro acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Os recursos de clientes e o depósito colateral em Bancos Centrais, não remunerados, foram classificados na coluna de “taxa variável”.
- A coluna “Outros” inclui os seguintes saldos:
 - . Saldos vencidos de crédito concedido a clientes;
 - . Outros valores recebidos ou pagos que se encontram a ser diferidos;
 - . Juros a receber ou a pagar.
- Não foram considerados saldos de swaps de taxa de juro uma vez que se tratam de posições back-to-back (simétricas).

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o impacto na margem financeira projectada do Banco de uma deslocação paralela das curvas de taxa de juro de 100 bps (*basis point value*) que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações da taxa de juro cujo *repricing* ocorra em 2014 e 2013, respectivamente, é o seguinte:

	2013		2012	
	- 100 bp	+ 100 bp	- 100 bp	+ 100 bp
Juros e rendimentos similares	(1.310.413)	6.525.488	(1.302.204)	8.305.336
Juros e encargos similares	1.173.382	(5.485.129)	1.227.979	(7.584.579)
Margem financeira	<u>(137.031)</u>	<u>1.040.359</u>	<u>(74.225)</u>	<u>720.757</u>

Relativamente aos instrumentos financeiros de taxa fixa cujo vencimento ocorra em 2013 e 2012, os valores acima apresentados consideram a sua substituição por instrumentos semelhantes, cuja remuneração é calculada de acordo com a curva de taxas de juro projectadas para cada exercício.

Justo Valor

O justo valor dos instrumentos financeiros é estimado sempre que possível recorrendo a cotações em mercado activo. Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, quando é acedido por contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efectuam transacções de forma regular.

A valorização de instrumentos financeiros para os quais não existam cotações em mercado activo é descrita nos pontos seguintes:

- a) Instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor (instrumentos financeiros derivados):

As transacções de derivados financeiros, sob a forma de contratos sobre taxas de juro são efectuadas em mercados de balcão (*OTC – Over-The-Counter*). Para as operações de derivados OTC (*swaps*) a respectiva avaliação é calculada com base em métodos geralmente aceites, nomeadamente, a partir do valor actual dos fluxos futuros (*cash flows*), com base na curva de taxa de juro relevante, vigente no momento do cálculo.

Os instrumentos financeiros derivados foram contratados com contrapartes com as quais o Banco mantém acordos de colateralização. Desta forma, não são sujeitos a ajustamentos para o risco de crédito, na medida em que o mesmo se encontra mitigado.

As técnicas de valorização utilizam como *inputs* variáveis representativas das condições de mercado à data das demonstrações financeiras.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros (ex: Bloomberg, Reuters), e ajustadas em função da liquidez e do risco de crédito.

As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Para efeitos de apresentação nesta nota, os instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor são classificados de acordo com a seguinte hierarquia, conforme previsto na norma IFRS 13:

- Nível 1: Cotações em mercado activo

Esta categoria, para além dos instrumentos financeiros cotados em Bolsas de Valores, inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em preços de mercados activos (bids executáveis) divulgados através de plataformas de negociação e os activos e passivos exigíveis à vista.

- Nível 2: Técnicas de valorização em que os *inputs* relevantes são baseados em dados de mercado.

Neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados por recurso a técnicas de valorização baseadas em dados de mercado para instrumentos com características idênticas ou similares aos instrumentos financeiros detidos pelo Banco ou em modelos internos que utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado (como por exemplo curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio). Este nível inclui ainda os instrumentos financeiros valorizados por recurso a preços de compra de terceiros (bids indicativos), baseados em dados observáveis no mercado.

- Nível 3: Técnicas de valorização utilizando inputs relevantes não baseados em dados observáveis em mercado.

O Banco valoriza os seus instrumentos financeiros derivados de acordo com o Nível 2.

b) Instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado, o Banco apura o respectivo justo valor com recurso a técnicas de valorização. Nesta nota, estes instrumentos financeiros são apresentados no Nível 3, na medida em que se considera que o seu justo valor depende de dados relevantes não observáveis em mercado. Os instrumentos exigíveis à vista (caixa e disponibilidades em Bancos Centrais, disponibilidades em outras instituições de crédito e recursos de clientes e outros empréstimos) são apresentados no Nível 1.

Refira-se que o justo valor apresentado pode não corresponder ao valor de realização destes instrumentos financeiros num cenário de venda ou de liquidação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(Montantes expressos em Euros)

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos instrumentos financeiros, com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	2013					Diferença
	Metodologia de apuramento de justo valor					
	Valor de balanço	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização		Justo valor	
Dados de mercado (Nível 2)			Modelos (Nível 3)			
<i>Activo</i>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	16.052.816	16.052.816	-	-	16.052.816	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	61.080.258	61.080.258	-	-	61.080.258	-
Crédito a clientes	869.308.920	-	-	838.882.404	838.882.404	(30.426.516)
Derivados de negociação	1.296.153	-	1.296.153	-	1.296.153	-
	<u>947.738.147</u>	<u>77.133.074</u>	<u>1.296.153</u>	<u>838.882.404</u>	<u>917.311.631</u>	<u>(30.426.516)</u>
<i>Passivo</i>						
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	732.929.455	-	-	713.351.340	713.351.340	19.578.115
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.737.446	2.737.446	-	-	2.737.446	-
Outros passivos subordinados	15.061.496	-	-	15.087.059	15.087.059	(25.563)
Derivados de negociação	1.307.564	-	-	1.307.564	1.307.564	-
Derivados de cobertura	1.178.891	-	1.178.891	-	1.178.891	-
	<u>753.214.852</u>	<u>2.737.446</u>	<u>1.178.891</u>	<u>729.745.963</u>	<u>733.662.300</u>	<u>19.552.552</u>
2012						
Metodologia de apuramento de justo valor						
Valor de balanço	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização		Justo valor	Diferença	
		Dados de mercado (Nível 2)	Modelos (Nível 3)			
<i>Activo</i>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	44.041	44.041	-	-	44.041	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79.366.462	79.366.462	-	-	79.366.462	-
Aplicações em instituições de crédito	15.013.750	-	-	14.927.220	14.927.220	(86.530)
Crédito a clientes	1.000.140.238	-	-	953.921.071	953.921.071	(46.219.167)
Derivados de negociação	1.808.427	-	1.808.427	-	1.808.427	-
	<u>1.096.372.918</u>	<u>79.410.503</u>	<u>1.808.427</u>	<u>968.848.291</u>	<u>1.050.067.221</u>	<u>(46.305.697)</u>
<i>Passivo</i>						
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	882.653.725	-	-	893.988.598	893.988.598	(11.334.873)
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.253.218	4.253.218	-	-	4.253.218	-
Outros passivos subordinados	15.067.133	-	-	14.603.562	14.603.562	463.571
Derivados de negociação	1.823.565	-	-	1.823.565	1.823.565	-
Derivados de cobertura	3.601.967	-	3.601.967	-	3.601.967	-
	<u>907.399.608</u>	<u>4.253.218</u>	<u>3.601.967</u>	<u>910.415.725</u>	<u>918.270.910</u>	<u>(10.871.302)</u>

As técnicas de valorização utilizadas têm por base as condições de mercado aplicáveis a operações similares na data de referência das demonstrações financeiras, nomeadamente o valor dos respectivos cash flows descontados com base nas taxas de juro consideradas mais apropriadas, ou seja:

- Relativamente a saldos de instrumentos financeiros exigíveis a menos de um ano, considerou-se que o valor de balanço constituía uma aproximação fiável do seu justo valor;
- Nas restantes operações com clientes, foram utilizadas as taxas de juro médias praticadas pelo Banco no último trimestre de 2013 e 2012, respectivamente, para operações com características semelhantes; e
- O justo valor do Crédito a clientes encontra-se ajustado pelo montante de perdas por imparidade acumuladas, calculadas de acordo com o modelo de imparidade do Banco.

Contabilidade de Cobertura

O Banco aplica Contabilidade de Cobertura de justo valor para carteiras de crédito a clientes a taxa fixa. Os instrumentos utilizados para o efeito são swaps de taxa de juro. A aplicação de Contabilidade de Cobertura permite eliminar o “*accounting mismatch*” que resultaria do reconhecimento ao custo amortizado dos elementos cobertos, enquanto os instrumentos de cobertura (instrumentos financeiros derivados) teriam de ser obrigatoriamente registados ao justo valor através de resultados. O valor dos instrumentos financeiros cobertos é a parcela de cash-flows das operações que iguala os cash-flows dos swaps contratados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor de balanço dos elementos cobertos e o justo valor dos instrumentos de cobertura associados têm a seguinte composição:

Tipo de cobertura de justo valor	2013			2013			
	Elementos Cobertos			Instrumentos de cobertura			
	Montante nominal	Correcções de valor	Total	Montante nocional	Juros e prémios	Reavaliação	Justo valor
Crédito a Clientes	351.238.213	1.130.052	352.368.265	173.500.000	(58.480)	(1.120.411)	1.178.891
Tipo de cobertura de justo valor	2012			2012			
	Elementos Cobertos			Instrumentos de cobertura			
	Montante nominal	Correcções de valor	Total	Montante nocional	Juros e prémios	Reavaliação	Justo valor
Crédito a Clientes	404.006.542	3.493.488	407.500.030	274.500.000	(102.779)	(3.499.188)	3.601.967

Nos exercícios de 2013 e 2012, os resultados em operações financeiras reconhecidos nos instrumentos financeiros derivados de cobertura e nos elementos cobertos foram os seguintes (Nota 25):

	2013	2012
Elementos cobertos – crédito a clientes	2.363.435	390.586
Instrumentos de cobertura – swaps de taxa de juros	(2.378.777)	(116.864)
	-----	-----
	15.342	273.722
	=====	=====

32. GESTÃO DE CAPITAL

A gestão de capital realizada pelo Banco no âmbito da sua actividade consolidada encontra-se sujeita à disciplina e disposições do Banco de Portugal, enquanto entidade de supervisão do sistema financeiro nacional.

Nesta matéria, as exigências regulamentares em vigor respeitam, entre outros, aos requisitos previstos no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, assim como pelos Avisos do Banco de Portugal nº 12/92, de 22 de Dezembro e nº 5/2007, de 27 de Abril, e respectivas alterações posteriores. Encontram-se regulados em sede das referidas disposições legais os requisitos e rácios prudenciais a que o Banco deverá atender na definição da sua política de gestão dos elementos patrimoniais, nomeadamente no que respeita à definição de Fundos Próprios (capital regulamentar) e respectiva ponderação face ao valor dos activos e elementos extrapatrimoniais da instituição ponderados por factores de risco (rácio de solvabilidade), o qual não deverá ser inferior a 8%.

No âmbito da revisão do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, o Banco de Portugal veio através do Aviso n.º 3/2011 estabelecer a obrigatoriedade de os bancos sujeitos à sua supervisão reforçarem o rácio Core Tier 1 para um valor mínimo de 10% até 31 de Dezembro de 2012.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o apuramento do rácio de solvabilidade do Banco apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Capital realizado	66.592.947	66.592.947
Prémios de emissão	12.790.664	12.790.664
Reservas legais, estatutárias e outras	35.601.998	34.682.562
Resultados transitados	17.755.729	19.072.559
Outras deduções líquidas aos Fundos Próprios de Base	(3.027.879)	(3.042.482)
Fundos próprios de Base elegíveis (1)	<u>129.713.459</u>	<u>130.096.250</u>
Empréstimos subordinados	3.000.000	6.000.000
Investimentos em filiais	-	-
Fundos próprios complementares elegíveis (2)	<u>3.000.000</u>	<u>6.000.000</u>
Fundos próprios elegíveis (1+2)	<u>132.713.459</u>	<u>136.096.250</u>
Requisitos de Fundos próprios	<u>60.731.475</u>	<u>70.997.941</u>
Rácio de solvabilidade	17,48%	15,34%
Rácio "Tier I"	17,09%	14,66%

33. OPERAÇÃO DE TITULARIZAÇÃO

Em 4 de Agosto de 2009, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária com valor vincendo àquela data de 688.412.950 Euros. Deste montante de capital vincendo, o valor efectivamente transferido ascendeu a 681.723.353 Euros, na medida em que foram excluídos da transacção os montantes relativos a cauções e valores residuais de contratos de locação financeira mobiliária. Estas operações foram alienadas por 676.731.708 Euros ao Fundo Silk Finance No. 3 (Fundo), o qual é gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A.

Em 15 de Outubro de 2010, o Banco procedeu a uma venda de créditos adicionais ao Fundo, no âmbito da referida operação de titularização. Naquela data, o valor vincendo dos créditos alienados ascendia a 177.190.627 Euros. Pelos mesmos motivos referidos no parágrafo anterior, deste montante de capital vincendo, o valor efectivamente transferido ascendeu a 154.000.000 Euros. Estas operações foram alienadas ao Fundo por 154.000.000 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor nominal vincendo dos créditos titularizados ascendia a 594.437.927 Euros e 708.864.909 Euros, respectivamente.

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao Fundo, sendo os serviços do Banco remunerados por esta entidade, através de uma comissão calculada com uma periodicidade trimestral sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 1%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(Montantes expressos em Euros)

O financiamento do Silk Finance No. 3 Limited foi assegurado através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação, de rating e consequentemente de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2013 a dívida emitida por esta entidade apresenta as seguintes características:

Obrigações	Valor nominal	Data de maturidade	Rating Fitch / S&P	Remuneração
Classe A	320.484.357	Julho de 2025	A / A-	Eur 3M + 1,5%
Classe B	288.000.000	Julho de 2025	<i>Not rated</i>	<i>Residual</i>
Classe C	3.900.000	Julho de 2025	<i>Not rated</i>	<i>Residual</i>
	<u>612.384.357</u>			

O pagamento de juros das obrigações da classe A e a distribuição do montante residual das classes B e C ao Banco são efectuados pelo Silk Finance No.3 Limited, trimestralmente em 15 de Janeiro, 15 de Abril, 15 de Julho e 15 de Outubro de cada ano.

Para cobertura do risco da taxa de juro, o veículo de titularização Silk Finance No.3 Limited, celebrou com o Banco Santander, S.A., um swap de taxa de juro. Nos termos deste swap, o veículo de titularização entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante calculado com referência à taxa de juro média da carteira de crédito, e recebe um montante calculado com referência à Euribor a 3 meses, acrescida de 4%. Por sua vez, o Banco Santander, S.A., cobriu a sua posição através da contratação de um swap simétrico com o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (Nota 8).

O Banco mantém a sua qualidade de gestor dos créditos e, consequentemente, a relação comercial com os seus clientes, efectuando as cobranças das prestações e a recuperação de eventuais moras que venham a ocorrer. O produto da cobrança das prestações é diariamente depositado numa conta do Fundo Silk Finance No.3 junto do Banco.

O produto das cobranças de capital entregues é utilizado pelo Fundo para, mensalmente, proceder à aquisição de novos créditos ao Banco. Este procedimento foi seguido até ao IPD (*interest payment date*) de Outubro de 2012, altura em que a parte do capital não utilizada para aquisição de novos créditos e por este motivo acumulada na conta do Fundo, começou a ser utilizada para proceder trimestralmente ao reembolso, por redução ao valor nominal das unidades de titularização.

O Banco tem a opção de liquidar antecipadamente as obrigações emitidas e de recomprar a carteira de crédito ao valor nominal quando esta for igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco tinha entregue obrigações da Classe A com valor nominal de 320.485.000 Euros e 550.000.000 Euros, respectivamente, como colateral ao Banco Central Europeu, no âmbito de operações de financiamento (Notas 14 e 22).

Tal como referido na Nota 2.3 a), o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas, as entidades de propósito especial (SPE), criadas no âmbito da operação de titularização acima descrita, dado que exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efectivo e detém a totalidade dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade (Nota 4).

Os créditos relativos à operação de titularização foram registados no balanço, e as obrigações emitidas pelo veículo de titularização, que são totalmente detidas pelo Banco, foram anuladas no processo de consolidação.

34. OUTRAS DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAISSeguros

O Banco, para além da sua actividade principal de concessão de crédito, exerce também a actividade de Mediação de Seguros, estando registada no Instituto de Seguros de Portugal (“ISP”) na categoria de Mediador de Seguros com o número 408262671.

Conforme requerido pela Norma Regulamentar nº. 15/2009-R de 30 de Dezembro, do ISP, artigo 4º nº1, apresenta-se em seguida a informação aplicável ao Banco:

Alínea a) - Reconhecimento dos proveitos

As comissões de seguros recebidas pelo Banco de companhias de seguros respeitam a comissões relativas a prémios de seguro cobrados a clientes no âmbito de contratos de financiamento. O Banco reconhece estas comissões na demonstração de resultados na data de vencimento dos prémios de seguro. Em caso de rescisão antecipada do crédito associado ou caso o cliente decida renunciar à apólice de seguro, a parte remanescente do prémio é devolvida ao cliente e o Banco reconhece na demonstração de resultados a anulação da comissão correspondente. De referir que o Banco regista anualmente uma estimativa dos custos a incorrer com estas situações.

Adicionalmente, o Banco recebe uma comissão de qualidade sobre a totalidade da carteira, caso a sinistralidade da carteira seja menor do que a sinistralidade esperada. A comissão de qualidade é calculada, produto a produto, em função da respectiva contribuição no resultado global. No caso de o resultado ser negativo, este valor acumula para exercícios posteriores.

Alínea b) - Total das remunerações recebidas, desagregadas por natureza e por tipo:

No exercício de 2013, a totalidade das remunerações recebidas pelo Banco relacionadas com a actividade de mediação de seguros corresponderam a comissões, e foram integralmente liquidadas em numerário.

Alíneas c) e d) - Total de comissões desagregadas por ramos e por seguradoras

Nos exercícios de 2013 e 2012, as remunerações do Banco relativas a comissões de colocação de seguros apresentam a seguinte composição:

Código ISP	Companhia de seguros	2013			2012		
		Ramo			Ramo		
		Vida	Não vida	Total	Vida	Não vida	Total
1138	Cardiff Assurances Vie	5.654.563	-	5.654.563	5.135.075	-	5.135.075
1139	Cardiff Assurance Risques Divers	-	438.469	438.469	-	131.291	131.291
1145	Mapfre Seguros Gerais, SA	-	109.596	109.596	-	-	-
	Outros	-	617.275	617.275	-	783.170	783.170
		<u>5.654.563</u>	<u>1.165.340</u>	<u>6.819.903</u>	<u>5.135.075</u>	<u>914.461</u>	<u>6.049.536</u>

Alínea e) – Valores das contas “clientes” e volume movimentado no ano

O volume movimentado no ano de 2013 e 2012 relativo a prémios de seguros pagos por clientes e entregues a Seguradoras ascendeu a 9.052.722 Euros e 9.099.922 Euros, respectivamente. Dado ser uma instituição financeira, o Banco entende não ser necessária a utilização de contas “clientes” segregadas para o registo de prémios de seguros movimentados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(Montantes expressos em Euros)Alínea f) – Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estas contas apresentam a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contas a receber		
· Clientes – prémios vencidos	3.014.276	2.684.545
· Outros activos – rendas em cobrança	37.242	(106.247)
	-----	-----
	3.051.518	2.578.298
	=====	=====
Contas a pagar		
· Companhias de seguros (Nota 18)	(639.800)	(712.228)
	=====	=====

Alínea g) – Segregação dos valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

As contas a receber e as contas a pagar referidas na alínea anterior apresentam a seguinte composição:

	2013		2012	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
i) Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro;	-	(1.467.568)	-	(1.879.742)
ii) Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro;	3.051.518	-	2.578.298	-
iii) Fundos que foram confiados ao Banco pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários;	-	-	-	-
iv) Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar;	-	827.768	-	1.167.514
v) Outras quantias com indicação da sua natureza;	-	-	-	-
	-----	-----	-----	-----
	3.051.518	(639.800)	2.578.298	(712.228)
	=====	=====	=====	=====

Alínea h) - Análise da idade das contas a receber vencidas à data de relato mas sem imparidade e das contas a receber individualmente consideradas com imparidade

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os montantes de prémios de seguros vencidos encontravam-se classificados na rubrica "Crédito e juros vencidos" (Nota 9) e apresentam a antiguidade que se evidencia no quadro abaixo. Nessas datas, a imparidade registada pelo Banco para estes saldos ascendia a 2.990.865 Euros e 2.641.649 Euros, respectivamente.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Até 30 dias	1.006	865
Entre 30 e 90 dias	6.224	15.524
Entre 90 e 180 dias	6.421	13.880
Entre 180 dias e 2 anos	124.169	142.582
Acima de 2 anos	2.876.456	2.511.694
	-----	-----
Crédito Vencido	3.014.276	2.684.545
Provisões crédito vencido e imparidade	(2.990.865)	(2.641.649)
	-----	-----
	23.411	42.896
	=====	=====

Alíneas i), j), k) e l)

Não se aplicam ao Banco.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2013, que evidencia um total de 944.766.519 Euros e capital próprio de 139.002.446 Euros, incluindo um resultado líquido de 6.261.108 Euros, as Demonstrações dos resultados e de outro rendimento integral consolidados, de alterações nos capitais próprios consolidados e dos fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração do Banco, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2013, bem como o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (Nota 2).

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2013.

Lisboa, 24 de Abril de 2014



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre de Sá Fernandes

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas do
Banco Santander Consumer Portugal, SA

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Parecer sobre o relatório de gestão, os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S. A. e a certificação legal de contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, os primeiros da responsabilidade do Conselho de Administração.

Somos de opinião que as contas consolidadas, o Relatório de Gestão e a certificação legal de contas, bem como a proposta naquele expressa, estão de acordo com as disposições aplicáveis pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Manifestamos ainda ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração que nos foi prestada.

Lisboa, vinte e quatro de Abril de 2014

Prod. Diogo I. Campos

Dir. Sistema Consolidado

Diogo I. Campos
[Assinatura]



DISCIPLINA DE MERCADO

Exercício de 2013

Para ser consultado em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório e Contas de 2013

Lisboa, 31 de Dezembro de 2013

ÍNDICE

Introdução

Anexo I – Declaração de responsabilidade

Anexo II – Âmbito de aplicação e políticas de gestão do risco

Anexo III – Adequação de Capitais

- Secção A – Informação Qualitativa
- Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

Anexo IV – Risco de crédito de contraparte

Anexo V-A – Risco de Crédito – Aspectos gerais

- Secção A – Informação Qualitativa
- Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

Anexo V-B – Risco de Crédito – Método Padrão

- Secção A – Informação Qualitativa
- Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

Anexo VI – Técnicas de Redução do Risco de Crédito

Anexo VII – Operações de Titularização

Anexo VIII – Riscos de Posição, de Crédito de Contraparte e de Liquidação da Carteira de Negociação

Anexo IX - Riscos Cambial e de Mercadorias das Carteiras Bancária e de Negociação

Anexo X - Posições em Risco sobre Acções da Carteira

Anexo XI - Risco Operacional

- Secção A – Informação Qualitativa
- Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

Anexo XII - Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital

- Secção A – Informação Qualitativa
- Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

Introdução

Em cumprimento do estabelecido no Aviso 10/2007 do Banco de Portugal sobre “Divulgação de Informação Detalhada sobre Solvabilidade”, regulado pelo artº 29 do Decreto-Lei nº 104/2007, de 3 de Abril, o Banco Santander Consumer Portugal, S.A., apresenta, em termos consolidados, a informação requerida sobre os riscos incorridos atendendo aos objectivos estratégicos e aos processos e sistemas de avaliação e gestão instituídos no final do exercício do ano civil de 2012, sendo disponibilizada a sua consulta ao público em geral por meio do acesso ao website www.santanderconsumer.pt

O conteúdo deste documento tem subjacente uma óptica predominantemente prudencial, procurando disponibilizar aos agentes económicos um leque alargado de informação que sustente de forma mais eficaz a tomada de decisões.

Anexo I – Declaração de responsabilidade

O Conselho de Administração do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. declara, nos termos e para os efeitos presentes do Aviso n.º 10/2007 do Banco de Portugal, o seguinte:

- Foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna;
- A qualidade de toda a informação constante neste texto é adequada, incluindo a referente ou com origem em entidades englobadas no grupo económico no qual a instituição se insere;
- Compromete-se a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o documento “Disciplina de Mercado” se refere;
- Entre o final do ano de 2013 e a data de publicação do presente documento não existiram factos relevantes que alterem ou condicionem a informação nele contida.

Anexo II – Âmbito de aplicação e políticas de gestão do risco

1. Âmbito de aplicação

1.1 Designação da instituição e perímetro de consolidação para fins prudenciais

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A., com sede social sita na Rua Castilho, n.º 2, em Lisboa, pessoa colectiva e registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único número 503.811.483, com o capital social integralmente realizado de € 66.592.947 (sessenta e seis milhões quinhentos e noventa e dois mil novecentos e quarenta e sete euros), é uma sociedade que tem por objecto exclusivo a actividade bancária atribuída às instituições de crédito, nos termos da alínea a) do artigo 3.º e do artigo 4.º, ambos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essa actividade e permitidas por lei.

1.2 Diferenças a nível da base de consolidação para efeitos contabilísticos e prudenciais

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. consolida integralmente para efeitos contabilísticos o património da empresa Silk Finance nº3, Ltd, com sede na Irlanda, constituída no âmbito da operação de titularização de créditos iniciada em 4 de Agosto de 2009, e cujo objecto social é o de Entidade de Finalidade Especial (SPE), No cumprimento da regulação emitida pelo Banco de Portugal, nomeadamente pelos Avisos nº12/92, 4/07, 5/07 e 7/07, a empresa Silk Finance nº 3 , Ltd integra a base de consolidação para efeitos prudenciais, não existindo diferenças na base de consolidação entre o relato contabilístico e prudencial..

1.3 Transferência de fundos próprios ou reembolso de passivos entre a empresa-mãe e as suas filiais

Não existem impedimentos com excepção dos decorrentes da lei.

2. Integração em conglomerado financeiro

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A., integra o Grupo Santander, e tem como únicos accionistas o Santander Consumer Finance, S.A., titular de 53.331.647 acções representativas de 80,09 % do capital social e o Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A., titular de 13.261.300 acções representativas de 19,91 % do capital social, sendo todas as operações e transacções influenciadas pelas decisões do Grupo.

3. Objectivos e políticas em matérias de gestão de risco

A actividade desenvolvida pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. centra-se na realização de operações de financiamento, sendo uma das principais características deste tipo de operações possuírem um significativo grau de standardização, pelo que a natureza de riscos gerada pela actividade das diferentes áreas de negócio é comum. Adicionalmente o elevado conhecimento e experiência, por parte do Órgão de Administração e dos Órgãos de Direcção, do mercado em que o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. actua permitem avaliar a relevância dos riscos e a sua capacidade para influenciar os resultados da actividade da instituição.

O ciclo de gestão do capital interno e dos riscos tem por pressupostos base a definição do perfil de risco da instituição e dos limites que possibilitam, com o devido acompanhamento e adequada gestão de capital, o cumprimento do planeamento efectuado de acordo com a estratégia definida, gradualmente transposta para os processos de gestão e no limite consolidada no orçamento anual. A alocação do capital interno por segmento de negócio em função do perfil de risco a assumir, permite efectuar um contínuo acompanhamento da sua adequação, bem como da compatibilidade dos processos de gestão por categoria de risco.

O orçamento anual constitui uma ferramenta essencial no ciclo de gestão no sentido que permite quantificar por linha de negócio e de forma estruturada, a evolução da margem financeira, do produto bancário, dos custos operacionais, e da imparidade. Por outro lado, apresenta a evolução do comportamento de indicadores de rendibilidade, de eficiência operacional, de risco, de liquidez, de solvabilidade, de cobertura, entre outros. Em Comité de Direcção é efectuado o acompanhamento das demonstrações financeiras e dos rácios de gestão, permitindo uma avaliação quantitativa e qualitativa, da robustez da estrutura e dos processos de gestão e acompanhamento de risco, no sentido de garantir a adequabilidade do capital interno do Banco e, a respectiva alocação por linha de negócio face aos riscos materialmente relevantes.

A plena consciência dos riscos materialmente relevantes é o pressuposto base do ciclo de gestão enunciado, pelo que a maior ou menor complexidade dos processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo das diferentes categorias de risco é função do grau de exposição, dos dispositivos de governo interno e mecanismos de controlo implementados.

Para cada uma das categorias de risco e de acordo com o grau de complexidade acima mencionado, o Banco tem vindo a desenvolver e a aperfeiçoar mecanismos de gestão e acompanhamento. Estes processos contribuem de forma decisiva para a avaliação e o cumprimento dos pressupostos adoptados no planeamento e gestão de capital.

Risco de Crédito

Por risco de crédito o Banco Santander Consumer Portugal S.A. entende a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros.

O Banco desenvolve a sua actividade na vertente da concessão de crédito, em conformidade com o legalmente consentido às instituições de crédito, nomeadamente o Crédito ao Consumo, a

Locação Financeira Mobiliária, Aluguer de Longa Duração (ALD) e “Factoring”, bem como na prestação de serviços conexos a essas actividades.

A sua actividade tem-se vindo a centrar essencialmente no financiamento automóvel, mais concretamente no financiamento de viaturas novas, no financiamento de viaturas usadas, e no crédito ao consumo.

A definição do apetite, grau de tolerância e respectivos limites de aceitação de risco traduzem-se na política de crédito, nomeadamente ao nível da concessão de financiamento e seguimento de risco das carteiras, por produto e por angariador, que é da responsabilidade do Conselho de Administração e encontra-se devidamente documentada no Regulamento de Crédito, revisto e aprovado em função das alterações à política em vigor. O controlo do bom cumprimento das normas estabelecidas neste regulamento constitui a principal ferramenta para assegurar a eficácia da gestão de risco de crédito.

No que respeita ao processo de análise de financiamento importa salientar que este se encontra centralizado na Direcção de Risco e Recuperação, e suportado em modelos de avaliação de crédito desenvolvidos internamente (modelos de “rating” e de “scoring”). O conhecimento completo do cliente é ainda consubstanciado pela consulta a bases de dados externas, como a do Banco de Portugal, Credinformações e Dun & Bradstreet que permite identificar, entre outros, as responsabilidades junto do sistema financeiro e a capacidade de endividamento.

Para alguns segmentos, o Banco adopta procedimentos adicionais de pré-verificação telefónica das condições contratuais, através de contacto directo com o cliente final., nomeadamente no financiamento de automóveis usados, segmento de prescritores a actuar unicamente nesse mercado, e no financiamento ao consumo. Pretende-se com este processo mitigar a exposição ao risco de crédito, inerente a este segmento, e identificar potenciais situações de fraude, em momento anterior à confirmação e pagamento do contrato.

No processo de avaliação da exposição ao risco de crédito são tidos em linha de conta os seguintes factores: probabilidades de incumprimento, concentração e correlação das posições em risco, perda dado o incumprimento, grau de exposição e grau de cobertura das técnicas de redução de risco.

O acompanhamento da qualidade das carteiras, efectuado com base em análises *vintage* e na variação da mora de gestão (VMG), é apresentado e analisado mensalmente em Comité de Direcção e Comité de Risco e Recuperação.

Com recurso ao sistema de informação de gestão são comparadas as carteiras com igual período de originação (vintages), permitindo aferir a adequação da política de crédito e a evolução dos níveis de delinquência da carteira sob gestão para diferentes estágios de maturidade de crédito vencido, produto, tipo de financiamento e campanha/programa.

Com vista à referida adequação, o Banco monitoriza ainda a VMG de forma diária, indicador utilizado pelo Grupo Santander para medir o incremento do risco de crédito líquido em balanço. A VMG consiste na variação do crédito vencido por classes de risco superiores a 90 dias acrescida pelo capital vincendo associado, e pelo crédito abatido ao activo (write-offs) deduzido das recuperações de write-offs.

Tendo por base a carteira, são construídas matrizes de transição que quantificam a evolução do crédito concedido, capital vencido e capital vincendo associado, entre o mês N e o mês N+1,

tendo como referência a classe de antiguidade do mês N (anterior) e a classe de antiguidade verificada no mês N+1 (seguinte).

Pela observação histórica das matrizes de transição mensais ponderadas ao volume de crédito mensal em balanço estima-se, com base estatística e de acordo com o comportamento observado do crédito concedido para cada uma das classes de antiguidade, as VMG expectáveis para os períodos seguintes.

A avaliação de risco dos prescritores, é efectuada com base na evolução dos rácios de incumprimento das carteiras geradas, e analisada e revista semanalmente em Comité de Risco Carterizado, que entre outras atribuições, monitoriza e acompanha a carteira de clientes carterizados, bem como avalia e decide, dentro da sua esfera de competência as operações que lhe são submetidas.

Ainda dentro do processo de avaliação do risco de crédito, para monitorização, avaliação e decisão, o Comité de Risco Estandarizado, tem a responsabilidade de acompanhar a evolução do crédito concedido aos diferentes segmentos de retalho (financiamento de Automóveis Novos, Usados, Consumo e Cartões de Crédito).

O Banco dispõe de um departamento dedicado à recuperação de valores referentes a contratos que se encontram em situação irregular, através do qual são contactados imediatamente todos os clientes cuja qualidade de crédito se deteriora, actuando no sentido de evitar que esta situação assuma maior gravidade.

De forma a aferir a eficácia do processo de recuperação, o Banco desenvolveu um processo de seguimento da performance de recuperação de crédito. Este é efectuado mensalmente através do acompanhamento de indicadores de gestão, nas diversas fases de recuperação e para os distintos produtos, assim como indicadores de controlo de processo, sendo os resultados apresentados em Comité de Risco e Recuperação.

O seguimento da performance dos scorecards é realizado, pela área de Controlo de Risco da Direcção de Risco e Recuperação, com base em análises mensais, através das quais é monitorizada a adequação da nova população aos perfis de risco previamente estabelecidos, e trimestrais, através da análise do comportamento dos scorecards face ao inicialmente previsto.

Da avaliação regular destes índices e do risco dos prescritores, resulta, caso necessário, a revisão dos níveis de decisão (cut-offs, variáveis ponderadas e regras de decisão) no sentido de uma melhor adequação da política de concessão de crédito, face aos níveis de tolerância ao risco previamente definidos e às perspectivas económicas futuras.

No processo de auto-avaliação do grau de exposição do Banco ao risco de crédito, são adoptados stress tests que permitem estimar potenciais impactos de alterações excepcionais dos factores de risco, nas condições financeiras do Banco, nomeadamente a nível dos resultados e dos capitais próprios.

Estes são realizados através da simulação de um contexto de negócio que potencie um incremento significativo dos factores de risco utilizados pelo modelo definido para cálculo de perdas por imparidade, como a probabilidade de incumprimento (PI), probabilidade de default (PD) e/ou a perda dado o incumprimento (LGD).

Os stress tests são efectuados pela Direcção de Risco e Recuperação, em estreita colaboração com a Direcção de Controlo e Compliance e Direcção Financeira, recorrendo ao modelo de avaliação de perdas esperadas, através da agregação das carteiras de crédito sob gestão, por áreas de negócio, sendo que a magnitude dos impactos simulados decorre da percepção histórica do risco intrínseco a cada segmento.

Semestralmente são ainda realizados *back-tests* aos resultados obtidos pelo modelo de perdas por imparidade para avaliar a adequação dos resultados obtidos com os resultados estimados para cada um dos segmentos objecto de avaliação colectiva.

O acompanhamento dos resultados obtidos através destes processos de auto-avaliação, a adequabilidade das medidas correctivas propostas e respectiva implementação, são posteriormente analisados pela Administração, de modo a serem integrados de forma activa na gestão de risco da instituição, nomeadamente no que respeita à eficiente alocação do capital interno.

O sistema de gestão de risco de crédito é revisto anual e autonomamente pela equipa de auditoria corporativa. No âmbito deste trabalho é aferido o grau de cumprimento dos procedimentos definidos e identificadas oportunidades de melhoria. O follow-up relativo à implementação das medidas recomendadas é reportado regularmente, pela Direcção de Controlo e Compliance, à Administração e à equipa de auditoria corporativa.

Risco de Mercado

Uma vez que a instituição não tem carteira de negociação, o risco de mercado coloca-se ao nível da liquidez. A sua gestão é efectuada internamente pela Direcção Financeira, área funcional Controlo de Gestão, e preferencialmente junto da Tesouraria do seu accionista Santander Consumer Finance, S.A., que assegura todas as necessidades de financiamento do Banco e atribui, de acordo com políticas de rating interno (estes ratings são aprovados pela Deloitte, a um nível corporativo), spreads aditivos à taxa de mercado em função da maturidade das transacções. Face ao exposto e dada a existência de um montante substancial de activos de curto prazo, a exposição do Banco ao risco de liquidez é reduzida.

Os controlos específicos à magnitude de exposição a este risco são efectuados em duas vertentes: numa óptica interna e numa óptica regulamentar.

Internamente existem medidas consideradas satisfatórias para acompanhar, por um lado, a evolução da liquidez numa base diária e, por outro, a evolução da liquidez a médio/longo prazo, analisada trimestralmente nas reuniões do ALCO - Comité de Gestão de Activos e Passivos e integrada no orçamento geral da empresa analisado mensalmente em Comité de Direcção e

aprovado pela Comissão Executiva, assegurando-se deste modo a permanente manutenção de um adequado nível de capital interno.

O controlo e o seguimento dos níveis de exposição a riscos de mercado encontram-se segregados e são executados pela área de riscos de mercado, que se insere dentro da estrutura da Direcção de Risco de Recuperação, de acordo com o modelo corporativo do Grupo Santander.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro pode ser definido como o impacto na Situação Líquida ou na Margem Financeira de uma variação desfavorável das taxas de juro de mercado. Esta exposição é originada não só por eventuais gap's existentes entre a duração/maturidade média do activo e do passivo, como também pelo facto do banco comercializar produtos a taxa fixa e a taxa variável, gerando exposição ao risco de refixação de taxa e de indexante.

Anualmente são revistos e definidos pela Administração os limites de tolerância ao risco de taxa de juro, tendo como guideline os requisitos corporativos. Para o efeito, são tidos em consideração os testes de esforço efectuados com o objectivo de simular impactos, resultantes de uma variação nas taxas de juro de mercados, nos resultados e no valor patrimonial do Banco que, resulta no cálculo do valor mínimo de capital interno adequado ao perfil de risco de taxa de juro.

O acompanhamento deste risco é efectuado bimestralmente em Comité ALCO (Comité de Gestão de Activos e Passivos), ou directamente junto da Administração, quando se justifique. Nestas reuniões a Direcção Financeira propõe as operações que permitam a mitigação do valor em risco, na data de reporte.

Para a avaliação do risco de taxa de juro, o Banco recorre à adopção de dois processos paralelos e autónomos: indicadores internos e indicadores regulamentares, através dos quais são analisadas as posições em risco e mitigados eventuais *mismatch* que possam existir. Na avaliação deste risco, são tidas em consideração as características financeiras dos contratos, com base nas quais é efectuada a respectiva projecção dos cash flows esperados, de acordo com as datas de refixação de taxa e de indexante. A sua agregação por intervalos de tempo, permite determinar os *gaps* de taxa de juro por prazo de refixação de taxa e de indexante.

Risco de Taxas de Câmbio

O risco cambial não assume qualquer expressão no contexto global dos riscos inerentes à actividade, uma vez o Banco não tem qualquer operação cambial, sendo o negócio comercial desenvolvido e o passivo, ambos denominados em euros, pelo que não é alocado capital próprio para fazer face a esta categoria de risco.

Risco Operacional

O conceito de risco operacional adoptado pelo Banco consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de subcontratação, de processos de decisão internos ineficazes, de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

A actividade do Banco é caracterizada por um significativo grau de standardização das operações desenvolvidas, encontrando-se os processos bastante automatizados e as intervenções manuais padronizadas. As principais políticas e orientações definidas e revistas periodicamente pela Administração encontram-se transpostas para regulamentos e normativos internos, tendo em consideração o perfil de risco a assumir pela instituição. Esta definição do grau de tolerância ao risco permite avaliar, ainda que, de forma não segmentada, o grau de adequação do capital ao risco operacional, por linha de negócio.

Tendo por base a estratégia de gestão, e respectivas linhas orientadoras, foram desenvolvidos e implementados nas diversas áreas funcionais mecanismos de controlo que permitem identificar eventuais incidentes resultantes da operativa de negócio. Os referidos controlos foram desenvolvidos com base nos processos identificados como críticos, sendo monitorizados de forma a mitigar os eventos historicamente ocorridos e antecipar novas ocorrências.

As áreas de negócio definiram ainda, em função das suas responsabilidades, níveis de serviço que permitem a identificação de desvios face aos objectivos previamente definidos. Mensalmente, em Comité de Direcção, é efectuada a avaliação e acompanhamento dos mesmos, nomeadamente a nível quantitativo com recurso a indicadores de gestão.

Adicionalmente, foram ainda sistematizados os eventos de risco, por categoria e potencial impacto na actividade, bem como as metodologias de controlo implementadas nos respectivos processos de negócio, de forma a mitigá-los.

Dada a constante preocupação em desenvolver e aperfeiçoar os processos internos, adequando-os ao perfil de risco a assumir, o Banco encontra-se a desenvolver um modelo integrado de gestão de risco operacional, que se consubstanciará no alinhamento com as metodologias utilizadas a nível corporativo, tendo presente as categorias de eventos conforme definido por Basileia II. Pretende-se com este projecto centralizar o processo de identificação de eventos e desenvolver a avaliação, acompanhamento e monitorização dos mesmos.

Apesar dos eventos considerados de maior criticidade serem sistematizados, analisados e monitorizados, o Banco antecipa que, a conclusão deste projecto permitirá a utilização de uma metodologia mais avançada de avaliação deste risco que se espera, mais precisa e exacta para efeitos da adopção de um processo de *stress tests* ao risco operacional.

Risco de Sistemas de Informação

A actividade do Banco é fortemente sustentada pelos sistemas de informação utilizados e pela sua customização ao desenvolvimento do negócio. A estratégia do Banco tem vindo a ser de

contínuo aperfeiçoamento dos aplicativos utilizados na gestão do negócio, bem como na minimização de impactos negativos por via destes na actividade.

O modelo corporativo do Grupo Santander prevê que a gestão dos sistemas de informação das diversas unidades seja atribuída a entidades especializadas. Essas entidades, com reporte funcional às respectivas unidades, concentram competências e prestam serviços exclusivamente a unidades do Grupo, nomeadamente na gestão de infra-estruturas e no desenvolvimento de sistemas informáticos.

A estratégia para os sistemas de informação do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. é definida pela Administração, em função das necessidades actuais e previsíveis do negócio, implementada pela ISBAN e sua execução directamente acompanhada pela Administração e Direcção do Banco.

Neste sentido, o Banco estabeleceu mecanismos de acompanhamento e controlo do risco de sistemas de informação, entendido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, inadaptabilidade dos sistemas a novas necessidades, da incapacidade dos sistemas de informação em impedir acessos não autorizados, em garantir a integridade dos dados ou em assegurar a continuidade do negócio em caso de falha.

De acordo com a estratégia previamente definida, é definido, e revisto anualmente, o grau de tolerância ao risco decorrente dos sistemas de informação. Esta definição do grau de tolerância ao risco permite avaliar, ainda que não segmentada, o grau de adequação do capital para cobertura deste risco, por linha de negócio.

A monitorização da adequação do capital interno para cobertura deste risco é efectuada através do acompanhamento de indicadores de performance e dos níveis de serviço, nomeadamente no sentido de assegurar que estes se mantêm nos standards previamente contratualizados.

A ISBAN, por intermédio da divisão da Produban, tem a seu cargo a gestão de infra-estruturas, sendo responsável por uma eficiente manutenção de toda a infra-estrutura física dos sistemas de informação, por negociar com fornecedores a aquisição de equipamentos e aplicações informáticas, por apoiar os utilizadores na utilização das mesmas, por garantir a utilização de programas devidamente licenciados, por assegurar a execução sistemática de cópias de segurança e de trabalhos informáticos periódicos.

Para a eficiência da gestão de risco de sistemas de informação, contribui a existência de procedimentos específicos a nível de segurança ambiente, segurança lógica e segurança de dados, nomeadamente estipulando as regras de acesso aos pólos informáticos cujos registos são mantidos para posterior monitorização, de gestão de perfis de acesso, manutenção e extracção de informação das bases de dados.

A gestão de utilizadores é um processo partilhado entre a ISBAN/Produban e as respectivas Direcções do Banco, coordenado pela Direcção de Tecnologia e Operações, de acordo com as normas definidas para a criação, atribuição e gestão de passwords de acesso, à rede e aos sistemas aplicativos. Regularmente são efectuados controlos no sentido de garantir a alteração das passwords e a desactivação dos utilizadores inactivos.

As regras que garantem a segurança da informação constante em base de dados encontram-se devidamente estipuladas. Os níveis de acesso são definidos, em função das responsabilidades atribuídas, e o risco de intrusão nos sistemas informáticos controlado através de firewalls

devidamente certificadas, de softwares antivírus, e de políticas de backups que asseguram a existência de cópias de segurança, permitindo a reposição da informação por ordem cronológica. Adicionalmente, o Banco dispõe de procedimentos que permitem impedir alterações não previstas nos ficheiros de configurações, sistemas operativos, ficheiros de aplicações e demais recursos nas estações de trabalho.

A gestão e controlo da rede informática e da generalidade dos sistemas instalados, é efectuada através de uma plataforma de monitorização que permite a detecção atempada de eventuais problemas de disponibilidade e performance.

A aplicação Remedy permite registar os incidentes nos sistemas de informação do Banco identificados pelos utilizadores. Estes encontram-se sistematizados por tipologia, de forma a permitir a sua priorização em função do grau de exposição ao risco, controlando e monitorizando as acções a desenvolver. Os incidentes detectados, acções e respectivas recomendações são monitorizados pela Administração e Direcção do Banco..

Na área de desenvolvimento, o Banco recorre à ISBAN para o desenvolvimento de aplicações informáticas, de acordo com as especificações acordadas. Esta garante o cumprimento dos standards corporativos e assegura a revisão pós-implementação.

A estratégia de desenvolvimento aplicacional é definida e aprovada anualmente pela Administração. O desenvolvimento destas actividades é monitorizado semanalmente pelos diferentes órgãos de gestão, em Comité de Direcção.

A gestão de projectos informáticos é realizada, tendo em consideração a tipologia de desenvolvimento definida, designadamente, correctiva, evolutiva e de compliance. Estes encontram-se sistematizados e prioritizados em função de análises custo/benefício para a actividade do Banco..

Em momento prévio à entrada em produção, as aplicações são testadas pelas áreas funcionais de forma a garantir que os requisitos previamente estabelecidos foram devidamente incorporados.

No sentido de minimizar a probabilidade de ocorrência de perdas em caso de desastre, encontra-se em fase de actualização o plano de recuperação das infra-estruturas tecnológicas (Disaster Recovery Plan – DRP).

Risco de Compliance

As políticas definidas para a gestão do risco de compliance têm como objectivo assegurar que os órgãos de gestão, as estruturas funcionais e todos os colaboradores do Banco Santander Consumer Portugal cumprem a legislação, regras e normativos, internos e externos, de forma a evitar prejuízos de ordem financeira ou que a reputação da instituição seja afectada negativamente.

Por sua vez são incorporados nas políticas, normas e procedimentos a adoptar internamente o grau de tolerância ao risco e as formas de conduzir a actividade num mercado concorrencial em consonância com as obrigações regulamentares.

O Banco constitui capital interno para cobertura deste risco por três vias: não cumprimento da legislação em vigor, emanação de nova legislação para a qual existe dificuldade de adaptação dos processos internos ou sistemas e pela introdução de novos produtos ou entrada em novos mercados.

O processo de identificação deste risco ocorre de diversas formas. Por um lado, através da recolha de informação legislativa e normativa e da sua apreciação, de forma a aferir eventuais impactos ao nível da actividade e operativa interna. Por outro, através da análise de impactos decorrentes da introdução de novos produtos ou desenvolvimento de novas actividades. Na realização destes trabalhos a Direcção de Controlo e Compliance conta com a colaboração da Assessoria Jurídica do Banco.

A identificação de novos factores de exposição ao risco decorre ainda da interacção com as áreas funcionais que, sensibilizadas para a temática, reportam indícios de violação das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, de normas e regulamentos internos, orientações dos órgãos sociais, do código de conduta e das práticas profissionais e deontológicas relevantes para a instituição.

Ao nível da operativa interna, do processo de apreciação de reclamações e da realização de trabalhos transversais como, levantamentos de processos, auditorias internas, relacionamento institucional com as entidades de supervisão, entre outros, poderá adicionalmente decorrer a identificação de eventuais debilidades que contribuam para a exposição a este risco.

Tendo por suporte a monitorização dos factores de exposição ao risco, é avaliado e acompanhado o inerente grau de exposição. Este acompanhamento visa a atestar a correcta adequação do capital interno relativo a este risco, e a possibilitar a articulação e a coordenação transversal no sentido de adequar as práticas, procedimentos, normas e regulamentos internos às disposições legais aplicáveis.

A recolha e manutenção de eventos que possam traduzir exposição ao risco compliance encontra-se adicional e devidamente sistematizada em reportes mensais e trimestrais, Legal & Compliance Report, apresentados à Administração do Banco e órgãos corporativos competentes. O processo de monitorização da adequação e eficácia do sistema de controlo implementado para a gestão deste risco é particularmente assegurado através de auditorias.

No que respeita especificamente aos procedimentos de controlo implementados em matéria de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, o Banco dispõe de uma ferramenta de identificação de operações que possam evidenciar indícios de suspeita, de acordo com parâmetros pré-definidos. A sua avaliação é da responsabilidade da Direcção de Controlo e Compliance, sendo posteriormente incorporada na referida aplicação. O acompanhamento da evolução das operações analisadas bem como da adequação das medidas e procedimentos implementados na gestão deste factor de risco é efectuado, trimestralmente, em Comité de Análise e Resolução.

A exposição do Banco ao risco de compliance é ainda mitigada pela existência de uma cultura de disciplina, incorporada na estratégia e políticas da empresa, e formalizada num código de conduta, que assegura que no cumprimento das suas funções, os colaboradores adoptam elevados padrões de ética, integridade e profissionalismo.

A sensibilização das áreas funcionais para este tema, viabiliza que, com a respectiva cooperação, o Banco tenha possibilidade de aferir de forma fidedigna o grau de exposição ao risco de compliance, a razoabilidade das medidas de controlo adoptadas, e respectivo efeito mitigador, para efeitos da contínua monitorização da adequabilidade do capital interno.

Risco de Reputação

A identificação do risco de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes duma percepção negativa da imagem pública da instituição, fundamentada ou não, é efectuada com base na recolha e análise de informação, interna e externa, destinada a compreender e acompanhar a percepção do mercado sobre a imagem do Banco.

Para a manutenção de um elevado padrão reputacional, o Banco desenvolveu mecanismos que lhe permitem incorporar na política de comunicação com o mercado, os devidos limites de tolerância. Estes constituem em si, mecanismos de monitorização e alerta, que permitem detectar a ocorrência um incremento significativo ao grau de exposição ao risco de compliance, e antecipar eventuais impactos. Tais limites viabilizam o pressuposto da devida alocação do capital interno até à ocorrência de eventos fora dos standards considerados como razoáveis.

O sistema de gestão de risco reputacional implementado pelo Banco permite assim a identificação de factores que possam vir a afectar a sua capacidade para desenvolver a actividade de acordo com os objectivos previamente estabelecidos. Para o acompanhamento deste risco, os órgãos de gestão procedem casuisticamente à monitorização de websites, blogues e de notícias de imprensa relacionadas com o seu negócio, permanecendo atentos a eventuais mensagens cujo conteúdo possa vir a ser lesivo para a empresa.

Decorre da relação de proximidade com o mercado, nomeadamente da estreita relação mantida com os parceiros de negócio, a auscultação da percepção da imagem do Banco. Anualmente, é ainda recolhida informação sobre a instituição junto do mercado em que esta opera, através da elaboração de inquéritos de qualidade, apelidados de voice of customer, efectuados aos parceiros comerciais responsáveis pela angariação de operações de financiamento. Os resultados obtidos são posteriormente alvo de análise e acompanhamento em Comité de Direcção e verificação do alinhamento dos requisitos de cliente com a estratégia do Banco.

A percepção da exposição ao risco reputacional, que advém da relação mantida com o cliente final, resulta da análise aos contactos com este ocorridos, designadamente dos contactos presenciais nas lojas e através do serviço de apoio ao cliente.

Por sua vez, o processo de gestão de reclamações adoptado pela empresa permite uma análise sistematizada dos motivos de insatisfação demonstrados e a verificação da adequação e cumprimento dos procedimentos internos. Mensalmente, em Comité de Direcção é efectuado o acompanhamento da evolução e motivos das reclamações recebidas, sendo estabelecidas acções correctivas e de melhoria aos processos instituídos.

A recolha e manutenção de eventos que possam traduzir exposição ao risco reputacional encontra-se adicional e devidamente sistematizada em reportes mensais e trimestrais, Legal & Compliance Report, apresentados à Administração do Banco e órgãos corporativos competentes.

Para a mitigação deste risco contribui a cultura organizacional, sustentada em fortes pilares éticos, transcritos no código de conduta, que se encontra disponível para consulta interna e externa e que institui os princípios e regras a observar.

Risco de Estratégia

O risco de estratégia consiste na probabilidade de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente de decisões estratégicas inadequadas ou deficitariamente implementadas, e da incapacidade de resposta a alterações do meio envolvente.

A exposição a este risco é função de factores exógenos, nomeadamente do contexto dinâmico do mercado em que a instituição opera, e de factores endógenos como a existência de uma estrutura de governo interno robusta que favoreça a objectividade do processo de planeamento estratégico, a consistência da atitude face ao risco, respectiva consonância do capital interno, e a eficácia e adequação do processo de tomada de decisão.

O Banco instituiu uma política de gestão de risco de estratégia, que consiste no acompanhamento contínuo e tempestivo da conjuntura económica, regulamentar e da evolução do mercado em que opera, tendo também em consideração a envolvente gerada pelo próprio Grupo Santander e a presença que tem noutras geografias

Para o desenvolvimento da estratégia do Banco são anualmente delineados objectivos concretos para cada área de negócio. Estes são definidos com base em propostas efectuadas pelos órgãos de gestão, que são consolidadas pela Direcção Financeira, analisadas e revistas pela Administração e sujeitas a aprovação da casa-mãe.

Para que toda a estrutura organizativa desenvolva a sua actividade alinhada com a estratégia definida é essencial um eficiente sistema de informação e comunicação, que assegure a transmissão dos objectivos definidos, bem como as responsabilidades e deveres de cada colaborador, e que garanta a existência de processos de captação e tratamento de informação, que favoreçam uma comunicação eficaz e que suportem uma tomada de decisão consistente.

Para o efeito, os objectivos estabelecidos são transversalizados, de forma a orientar as diferentes equipas para a prossecução de medidas compatíveis com a estratégia definida.

A avaliação desta estratégia, materializada nos respectivos objectivos, encontra-se suportada por análises, qualitativas e quantitativas, tendo em consideração as condições económicas actuais e cenários adversos, de forma a garantir que a tomada de decisão se encontra suficientemente apoiada por recursos de capital, de gestão e de sistemas.

O seu acompanhamento é posteriormente efectuado recorrendo a diferentes comités constituídos transversalmente, em função do seu âmbito e com periodicidades previamente definidas, com especial ênfase no Comité de Direcção e na Comissão Executiva.

Por sua vez, o controlo orçamental ao nível da evolução das rubricas das demonstrações financeiras e de rácios de gestão, como o rácio de solvabilidade, de cobertura, de eficiência, entre outros, é efectuado mensalmente em Comité de Direcção e na Comissão Executiva, sendo devidamente justificados e documentados os desvios face os objectivos pré-estabelecidos por forma a garantir a permanente adequabilidade do capital interno.

Anexo III – Adequação de Capitais

Secção A – Informação Qualitativa

1.1 Síntese das principais características das diferentes rubricas e componentes dos fundos próprios, em particular sobre capital realizado, interesses minoritários elegíveis, outros elementos elegíveis ou dedutíveis aos fundos próprios de base e, se aplicável, passivos subordinados:

O capital regulamentar do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. é calculado tendo por base as regras definidas pelo Banco de Portugal através dos Avisos 6/10, que define o conceito de capital regulamentar, do Aviso 5/07, que estabelece a ponderação de risco dos elementos activos e extrapatrimoniais, e do Aviso 9/07, que estabelece a ponderação do risco operacional.

Adicionalmente o Aviso nº 3/2012, de 10 de Maio, na sequência da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal - com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional – vem estabelecer e determinar que as instituições financeiras sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, devem observar valores mínimos dos seus rácios “core tier 1”, em base consolidada, em um valor não inferior a 10% a 31 de Dezembro de 2013.

Durante o exercício de 2013 o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. utilizou, no âmbito do Pilar 1 de Basileia II o Método Padrão para efeitos de cálculo dos requisitos de risco de crédito e o Método do Indicador Básico para cálculo dos requisitos de risco operacional.

a) Capital realizado: Em 31 de Dezembro de 2013, o capital social do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. encontrava-se totalmente subscrito e realizado e estava representado por 66.592.947 acções de valor nominal de 1 Euro cada, com a seguinte composição:

	2013	
	Número de acções	% de participação
Santander Consumer Finance, S.A.	53.331.647	80,09%
Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	13.261.300	19,91%
	-----	-----
	66.592.947	100,00%
	=====	=====

b) Prémios de emissão: Em 31 de Dezembro de 2013, os fundos próprios do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. contam ainda com um prémio de emissão global de 12.790.664 Euros, na sequência da deliberação unânime dos accionistas em Assembleia Geral de 2 de Janeiro de 2007, onde foi decidida a realização de um aumento do capital social mediante a emissão de 29.092.947 novas acções com um valor nominal de 1 Euro, passando este de 37.500.000 Euros para os actuais 66.592.947 Euros.

c) Outros elementos elegíveis ou dedutíveis aos fundos próprios de base: Em 31 de Dezembro de 2013, os montantes entre reservas e resultados elegíveis a adicionar aos fundos próprios de totalizavam 53.143.891 Euros. Entre os elementos dedutíveis aos fundos próprios de base, há a referir as imobilizações incorpóreas no montante de 3.027.879 Euros.

d) Passivos subordinados: – Em 31 de Dezembro de 2013 os passivos subordinados elegíveis para o rácio de adequação de fundos próprios incluem 20% dos 15.000.000 Euros de passivos subordinados (elegíveis em Lower Tier 2). As Obrigações de Caixa subordinadas “Interbanco 05/15” foram emitidas em 28 de Setembro de 2005, por um prazo de 10 anos, tendo data de reembolso em 28 de Setembro de 2015.

1.2 Síntese do método utilizado pela instituição para a auto-avaliação da adequação do capital interno, face à estratégia de desenvolvimento da actividade e descrição da forma como a instituição afecta o capital interno aos diferentes segmentos de actividade.

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. dispõe de um processo de auto-avaliação da adequação do capital interno (adiante designado de ICAAP – Internal Capital Adequacy Assessment Process), com vista a que o capital de que dispõe é adequado face ao perfil de risco da instituição. O ICAAP é definido e acompanhado directamente pelo Órgão de Administração.

No processo de auto-avaliação da adequação do capital interno do Banco estão envolvidos, a Direcção de Controlo e Compliance, a Direcção de Financeira, a Direcção de Risco e Recuperação e os membros do Órgão de Direcção.

A Direcção Financeira é responsável pela elaboração anual do orçamento nomeadamente, a definição do capital necessário à cobertura dos riscos e ao planeamento da gestão de liquidez, em função do perfil de risco, da rentabilidade exigida, dos objectivos de solvabilidade e da estratégia para o desenvolvimento da actividade, previamente definidos pela Administração. Por sua vez, assegura também o regular acompanhamento do cumprimento orçamental, analisando desvios face ao previamente definido.

A Direcção de Risco e Recuperação é responsável pelo desenvolvimento dos modelos de avaliação e monitorização do risco de mercado e do risco de crédito, este último o risco materialmente mais relevante para a instituição, atendendo às particularidades de cada área de negócio.

Os restantes Órgãos de Gestão asseguram a correcta prossecução dos sistemas, processos e procedimentos que suportam a integridade do sistema de controlo interno no seu todo e como tal a adequada operacionalização da estratégia definida pelo órgão de Administração.

Compete à Direcção de Controlo e Compliance controlar a eficácia e efectividade dos mecanismos de identificação, avaliação, controlo e monitorização de processos e inerentes riscos, com o intuito de assegurar o cumprimento dos standards de risco estabelecidos e a sua adequação face ao capital interno da instituição, em consonância com os deveres regulamentares e práticas internacionalmente aceites.

A elaboração do relatório sobre o ICAAP, remetido anualmente ao Banco de Portugal, é da responsabilidade da Direcção de Controlo e *Compliance* do Banco, em estreita colaboração com a Direcção Financeira e com a Direcção de Risco e Recuperação, com o contributo dos restantes membros do Órgão de Direcção. Por sua vez, a aprovação do processo de auto-avaliação do capital interno do Banco é da responsabilidade do Órgão de Administração. Adicionalmente,, o sistema de gestão de risco é revisto anual e autonomamente pela equipa de auditoria corporativa.

Importa, contudo, neste âmbito relevar que a preparação do ICAAP e, em particular, a definição das metodologias de cálculo inerentes a este relatório, é também executada em estreita cooperação com a Divisão de Intervenção Geral e Controlo de Gestão do Grupo Santander, de forma a assegurar a aproximação das metodologias de avaliação da adequação do capital interno às utilizadas a nível corporativo.

De salientar igualmente que sendo o ICAAP parte integrante do Sistema de Controlo Interno do Banco, a instituição beneficia da colaboração das Equipas de Auditoria Interna Corporativas e dos Auditores Externos na medida que estas contribuem directamente para assegurar a eficácia dos processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos a que a instituição se encontra sujeita.

A avaliação quantitativa e qualitativa da adequação do capital interno é efectuada de acordo com a magnitude dos riscos incorridos no desenvolvimento da actividade do Banco e a eficácia das respectivas técnicas de controlo implementadas.

De acordo com o Modelo de Avaliação de Riscos (MAR), a definição da relevância ou materialidade dos riscos inerentes a cada uma das áreas funcionais tem por base a probabilidade de ocorrência dos eventos, que afectem significativamente a condição financeira da empresa, e a qualidade e adequabilidade dos processos de controlo instituídos. Neste sentido, para efeitos de avaliação quantitativa da adequação do capital interno, o Banco considera individualmente a exposição ao risco de crédito, ao risco operacional, ao risco de taxa de juro e ao risco de estratégia.

No que respeita aos riscos não contemplados nas categorias acima mencionadas, considera-se que uma avaliação individual é algo desajustada face à sua diminuta materialidade e representatividade pelo que, para efeitos de avaliação do capital interno estes foram considerados de forma agregada. O processo de avaliação dos riscos considerados como materialmente relevantes, encontra-se sistematizado no diagrama infra.

Métricas de Quantificação			
Risco de Crédito	Risco Operacional	Risco de Taxa de Juro	Risco de Estratégia
Modelos de Stress Test	Capital Regulamentar	Modelos de Stress Test	% dos Custos Gerais

O processo de auto-avaliação da adequação do capital interno é considerado uma ferramenta estratégica, no sentido de ser um elemento essencial na gestão de capital porque:

- Permite uma gestão do capital ao incorporar uma análise dos impactos na sua base
- Permite uma melhoria da eficiência no uso de capital
- Antecipa os potenciais cenários de faltas/excesso de capital
- Apoia a formulação da estratégia de gestão de capital do grupo

- Identifica as áreas de melhoria

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A., no processo de auto-avaliação do valor agregado do capital interno considera a soma simples dos valores de capital determinados individualmente, para cada categoria de risco, deduzidos dos efeitos de diversificação entre riscos.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

2.1 Para efeitos de fundos próprios:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAIS - PARTE 1		
	dezembro 13	dezembro 12
1. Fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade (=Σ(1.1 a 1.5))	132 499 623	136 096 250
1.1. Fundos próprios de base (=Σ(1.1.1 a 1.1.5))	129 499 623	130 096 250
1.1.1 Capital elegível (=Σ(1.1.1.1 a 1.1.1.4))	79 383 611	79 383 611
1.1.1.1 Capital realizado	66 592 947	66 592 947
1.1.1.2 (-) Acções próprias		
1.1.1.3 Prémios de emissão	12 790 664	12 790 664
1.1.1.4 Outros instrumentos equiparáveis a capital		
1.1.2. Reservas e resultados elegíveis (=Σ(1.1.2.1 a 1.1.2.6))	53 143 891	53 755 121
1.1.2.1 Reservas	53 143 891	53 755 121
1.1.2.2 Interesses minoritários elegíveis		
1.1.2.3 Resultados do último exercício e resultados provisórios do exercício em curso		
1.1.2.4 (-) Lucros líquidos resultantes da capitalização de receitas futuras provenientes de activos titularizados		
1.1.2.5 Diferenças de reavaliação elegíveis para fundos próprios de base	0	0
1.1.3 Fundo para riscos bancários gerais		
1.1.4 Outros elementos elegíveis para os fundos próprios de base (=1.1.4.1+1.1.4.2)		
1.1.4.1 Impacto na transição para as NIC/NCA (impacto negativo)		
1.1.4.2 Outros elementos elegíveis para os fundos próprios de base		
1.1.5 (-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base (=Σ(1.1.5.1 a 1.1.5.3))	-3 027 879	-3 042 482
1.1.5.1 (-) Imobilizações incorpóreas/Activos intangíveis	-3 027 879	-3 042 482
1.1.5.2 (-) Excedente em relação aos limites de elegibilidade de instrumentos incluídos nos fundos próprios de base		
1.1.5.3 (-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base		
1.2. Fundos próprios complementares (=Σ(1.2.1 a 1.2.3))	3 000 000	6 000 000
1.2.1 Fundos próprios complementares - <i>Upper Tier 2</i>		
1.2.2 Fundos próprios complementares - <i>Lower Tier 2</i>	3 000 000	6 000 000
1.2.3 (-) Deduções aos fundos próprios complementares		
1.3. (-) Deduções aos fundos próprios de base e complementares		
1.3a. Das quais: (-) aos fundos próprios de base		
1.3b. Das quais: (-) aos fundos próprios complementares		
1.5. Deduções aos fundos próprios totais		
1.4. Fundos próprios suplementares totais disponíveis para cobertura de riscos de mercado		
1.6. Por memória		
1.6.1. (+) Excesso / (-) Insuficiência de provisões nas posições ponderadas pelo risco através do método das Notações Internas		
1.6.1.1 Montante de provisões no método das Notações Internas		
1.6.1.2 (-) Perdas esperadas determinadas no método das Notações Internas		
1.6.2. Valor nominal dos empréstimos subordinados reconhecidos como elemento positivo dos fundos próprios	15 000 000	15 000 000
1.6.3. Requisito mínimo de capital social		
1.6.4. Fundos próprios de referência para efeito dos limites relativos aos grandes riscos	132 499 623	136 096 250
Unidade:		Euros

2.2 Para efeitos de requisitos de fundos próprios:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAIS - PARTE 2		
	dezembro 12	dezembro 12
2. Requisitos de fundos próprios (=Σ(2.1 a 2.6))	60 731 475	70 997 941
2.1. Para risco de crédito, risco de crédito de contraparte, risco de redução dos valores a receber e risco de entrega (=2.1.1+2.1.2)	52 576 831	62 570 515
2.1.1. Método Padrão (=2.1.1.1+2.1.1.2)	52 576 831	62 570 515
2.1.1.1. Classes de risco no método Padrão, excluindo posições de titularização	52 576 831	62 570 515
2.1.1.1.1. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações centrais ou sobre bancos centrais	0	0
2.1.1.1.2. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações regionais ou autoridades locais	0	0
2.1.1.1.3. Créditos ou créditos condicionais sobre organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos	0	0
2.1.1.1.4. Créditos ou créditos condicionais sobre bancos multilaterais de desenvolvimento	0	0
2.1.1.1.5. Créditos ou créditos condicionais sobre organizações internacionais	0	0
2.1.1.1.6. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	1 092 045	2 572 466
2.1.1.1.7. Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	3 314 519	4 205 173
2.1.1.1.8. Créditos ou créditos condicionais sobre a carteira de retalho	46 590 979	53 638 238
2.1.1.1.9. Créditos ou créditos condicionais com garantia de bens imóveis	0	0
2.1.1.1.10. Elementos vencidos	685 561	1 349 031
2.1.1.1.11. Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado	0	0
2.1.1.1.12. Créditos sob a forma de obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o sector público	0	0
2.1.1.1.13. Créditos sob a forma de organismos de investimento colectivo (OIC)	893 728	805 606
2.1.1.1.14. Outros elementos	0	0
2.1.1.2. Posições de titularização no método Padrão	0	0
2.1.2. Método das Notações Internas (=Σ(2.1.2.1 a 2.1.2.5))	0	0
2.1.2.1. Quando não são utilizadas estimativas próprias de LGD e/ou de factores de conversão	0	0
2.1.2.1.1. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações centrais ou sobre bancos centrais	0	0
2.1.2.1.2. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	0	0
2.1.2.1.3. Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	0	0
2.1.2.2. Quando são utilizadas as estimativas próprias de LGD e/ou de factores de conversão	0	0
2.1.2.2.1. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações centrais ou sobre bancos centrais	0	0
2.1.2.2.2. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	0	0
2.1.2.2.3. Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	0	0
2.1.2.2.4. Créditos ou créditos condicionais sobre a carteira de retalho	0	0
2.1.2.3. Créditos sobre acções	0	0
2.1.2.4. Posições de titularização	0	0
2.1.2.5. Outros activos que não sejam obrigações de crédito	0	0
2.2. Risco de liquidação	0	0
2.3. Requisitos de fundos próprios para riscos de posição, riscos cambiais e riscos sobre mercadorias (=2.3.1+2.3.2)	0	0
2.3.1. Método Padrão (=Σ(2.3.1.1 a 2.3.1.4))	0	0
2.3.1.1. Instrumentos de dívida	0	0
2.3.1.2. Títulos de capital	0	0
2.3.1.3. Riscos cambiais	0	0
2.3.1.4. Riscos sobre mercadorias	0	0
2.3.2. Método dos Modelos Internos	0	0
2.4. Requisitos de fundos próprios para risco operacional (=Σ(2.4.1 a 2.4.3))	8 154 643	8 427 427
2.4.1. Método do Indicador Básico	8 154 643	8 427 427
2.4.2. Método <i>Standard</i>	0	0
2.4.3. Métodos de Medição Avançada	0	0
2.5. Requisitos de fundos próprios - Despesas gerais fixas	0	0
2.6. Requisitos transitórios de fundos próprios e outros requisitos de fundos próprios	0	0

Unidade: Euros

2.3 Para efeitos de adequação de capitais:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAIS - PARTE 3		
	dezembro 13	dezembro 12
Excesso (+) / Insuficiência (-) de fundos próprios	71 768 148	65 098 308
Rácio de Solvabilidade (%)	17,45%	15,34%
Adequação de fundos próprios ao nível do conglomerado financeiro		

Unidade: Euros

Anexo IV – Risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte assume relevância apenas nas operações de tesouraria, visto que, em termos de crédito concedido, dada a sua natureza, a carteira é bastante atomizada, constituindo, assim, um elemento natural de diversificação de risco. Com a transferência da tesouraria do Banco para o accionista financeiro, o controlo de risco de contraparte passou a ser efectuado por esta entidade. No entanto, atendendo à natural posição tomadora de fundos do Banco Santander Consumer Portugal, S.A., este risco não assume relevância material.

Anexo V-A – Risco de Crédito – Aspectos gerais

Secção A – Informação Qualitativa

1.1 Definições, para efeitos contabilísticos, de “crédito vencido”, de “crédito objecto de imparidade” e de “crédito em incumprimento”:

A carteira de crédito concedido do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. está sujeita à constituição de provisões nos termos do Aviso do Banco de Portugal, nº 3/95, de 30 de Junho, com a particularidade de que nos créditos em contencioso todas as prestações de capital são consideradas vencidas.

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. desenvolveu um modelo de apuramento de perdas por imparidade da sua carteira de crédito concedido, tendo em conta os requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro, nomeadamente no que respeita aos princípios previstos no âmbito do IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração. Mensalmente avalia a existência de imparidade, encontrando-se um crédito em imparidade quando exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais acontecimentos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e quando esse acontecimento tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, que possa ser estimado com razoabilidade.

A definição de “crédito em incumprimento” utilizada pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. é aquela que consta da Instrução n.º 23/2011 (atualização da instrução 16/2004).

1.2 Descrição das abordagens e métodos adoptados para a determinação das correcções de valor e das provisões:

A metodologia de análise de imparidade adoptada pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. prevê numa primeira fase a identificação de créditos com indícios de imparidade. Esta identificação é efectuada individualmente para activos financeiros relativamente aos quais se considere que o valor agregado da exposição é individualmente significativo, e colectivamente para grupos homogéneos de activos de montante individual não significativo. Para este efeito, a carteira de crédito do Banco encontra-se segmentada de acordo com os seguintes critérios:

Tipo de negócio

- Operações de “factoring”
- Crédito a empresas (apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de stocks)
- Aluguer de longa duração (ALD)
- Crédito ao consumo
- Operações de leasing mobiliário
- Cartões de Crédito
- Crédito Pessoal

Natureza do bem financiado (ALD, crédito ao consumo e leasing mobiliário)

- Aquisição de automóvel em estado Novo
- Aquisição de automóvel em estado Usado
- Aquisição de outros bens e serviços
- Empréstimos pessoais
- Créditos reestruturados

Origem

- Ex-Interbanco
- Ex-Sucursais (carteiras de crédito provenientes das anteriores Sucursais em Portugal do Santander Consumer Finance, S.A. e do Santander Consumer, E.F.C., S.A., as quais foram integradas no Banco com referência a 1 de Janeiro de 2007).

De referir que as novas operações de crédito para aquisição de automóvel angariadas após a concentração de actividades das Sucursais do Santander Consumer no Banco, são classificadas para efeitos de modelo de imparidade na categoria “Ex-Interbanco”, e as operações de crédito para aquisição de bens e serviços são classificadas na categoria “Ex-Sucursais”.

No âmbito da aplicação desta metodologia, são objecto de análise individual pelo Banco os devedores por operações de factoring e crédito concedido a empresas para apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de stocks, sendo os restantes créditos analisados numa base colectiva.

No que respeita a activos analisados individualmente para os quais sejam identificados indícios de imparidade, o Banco estima o respectivo valor de recuperação. O valor da imparidade corresponde ao diferencial entre o valor de balanço destes créditos e o valor estimado de realização, sempre que este seja inferior ao primeiro.

Para activos analisados colectivamente, os fluxos de caixa futuros que se espera receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de activos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro das operações. No âmbito do modelo desenvolvido pelo Banco, foram identificados critérios de classificação das operações para os segmentos definidos acima, assim como condições representativas de níveis de risco diferenciados a considerar para efeitos da determinação de imparidade. Conforme segue:

- Sem Indícios: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 15 dias;
- Com Indícios: créditos com saldos vencidos entre 16 dias e 90 dias;
- Default: créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias.

O valor da imparidade estimada resulta assim da diferença entre o valor de balanço e o valor actual dos cash flows futuros estimados, descontados à taxa de juro das operações na data de referência da análise.

Em 31 de Dezembro de 2013, as perdas por imparidade foram calculadas através da metodologia atrás referida. Para créditos concedidos através de cartão de crédito o Banco têm em desenvolvimento um modelo de determinação de perdas por imparidade, utilizando actualmente para o efeito os resultados obtidos para segmentos semelhantes, nomeadamente os obtidos pelos segmentos de empréstimos pessoais e crédito ao consumo para financiamento de outros bens e serviços.

1.3 Descrição do tipo de correcções de valor e de provisões associadas a posições em risco objecto de imparidade:

As correcções de valor são as definidas na metodologia de cálculo de perdas por imparidade resumida nos pontos anteriores.

1.4 Indicação das correcções de valor e dos montantes recuperados registados directamente na demonstração de resultados, relativa ao exercício de referência e ao exercício anterior:

A Nota 16 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 indica as correcções de valor e os montantes recuperados registados directamente na demonstração de resultados, relativos a 2013 e 2012.

1.5 Descrição geral da política de gestão do risco de concentração e abordagens adoptadas na sua avaliação e factores de risco considerados para a análise de correlações entre as contrapartes:

A actividade desenvolvida pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. leva a uma elevada granularidade da carteira de crédito. Ainda assim, dada a natureza do negócio automóvel em que o Banco apoia o financiamento de stocks de viaturas nas parecerias que estabelece, existem valores de exposição a uma contraparte individual ou a um grupo de contrapartes relacionadas que se enquadram como grandes risco de acordo com o definido no Aviso nº 6/2007 do Banco de Portugal. Este montante voltou a reduzir durante o exercício deste ano de 12% para 6% dos Fundos Próprios a 31 de Dezembro de 2013. Para mitigar este risco o Banco recorre a garantias adicionais.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

2 Modelo “Posições em Risco”

POSIÇÕES EM RISCO		
Classes de Risco	Posição em risco original	Posição em risco original (média ao longo do período)
	dezembro 13	dezembro 13
CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	29 806 889	20 558 556
CL VI - Instituições	62 514 768	79 081 883
CL VII - Empresas	45 273 916	52 086 702
CL VIII - Carteira de retalho	861 480 451	922 837 568
CL X - Elementos vencidos	51 683 011	53 736 556
CL XIII - Outros elementos	12 320 550	11 795 287
TOTAL	1 063 079 585	1 140 096 552

Unidade: Euros

3 Modelo “Distribuição Geográfica das Posições em Risco”

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS POSIÇÕES EM RISCO (em % da posição em risco original)				
Classes de Risco	Portugal / Norte	Portugal / Centro	Portugal / Sul	Portugal / Ilhas
	dezembro 13	dezembro 13	dezembro 13	dezembro 13
CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	0,00%	2,80%	0,00%	0,00%
CL VI - Instituições	0,00%	5,88%	0,00%	0,00%
CL VII - Empresas	1,62%	2,08%	0,35%	0,21%
CL VIII - Carteira de retalho	31,80%	38,22%	6,88%	4,14%
CL X - Elementos vencidos	1,10%	3,19%	0,36%	0,20%
CL XIII - Outros elementos	0,00%	1,16%	0,00%	0,00%
% do total da posição em risco original	34,52%	53,34%	7,59%	4,55%

4 Modelo “Distribuição Sectorial das Posições em Risco”

DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DAS POSIÇÕES EM RISCO (em % da posição em risco original)			
Classes de Risco	Sector Público	Particulares	Empresas
	dezembro 13	dezembro 13	dezembro 13
CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	2,80%	0,00%	0,00%
CL VI - Instituições	0,00%	0,00%	5,88%
CL VII - Empresas	0,00%	0,00%	4,26%
CL VIII - Carteira de retalho	0,00%	71,75%	9,28%
CL X - Elementos vencidos	0,00%	4,19%	0,67%
CL XIII - Outros elementos	0,00%	0,00%	1,16%
% do total da posição em risco original	2,80%	75,94%	21,26%

5 Modelo “Repartição das Posições em Risco Vencidas e Objecto de Imparidade”

REPARTIÇÃO DAS POSIÇÕES EM RISCO VENCIDAS E OBJECTO DE IMPARIDADE				
		Posições em risco vencidas	Posições em risco objecto de imparidade	Correcções de valor e Provisões
		dezembro 13	dezembro 13	dezembro 13
Total das posições:		51 683 011	52 488 183	58 287 085
Decomposição pelos principais Sectores Económicos:	Sector Público	0	0	0
	Particulares	44 522 391	40 431 468	52 422 727
	Empresas	7 160 621	12 056 715	5 864 359
Decomposição pelas principais Zonas Geográficas:	Portugal / Norte	11 723 105	10 298 704	12 885 407
	Portugal / Centro	33 922 715	36 953 544	39 102 625
	Portugal / Sul	3 862 569	3 320 904	3 932 957
	Portugal / Ilhas	2 174 624	1 915 031	2 366 096

Posições em risco vencidas e objecto de imparidade: posições em risco originais. Unidade: Euros

6 Modelo “Correcções de Valor e Provisões”

CORRECÇÕES DE VALOR E PROVISÕES		
Correcções de Valor e Provisões	dezembro 13	dezembro 12
Saldo inicial	56 975 783	50 534 347
Dotações	30 689 007	31 978 556
Utilizações	-13 282 333	-14 960 642
Reposições/Anulações	-16 095 371	-10 576 478
Outros ajustamentos:	0	0
- Ajustamentos por diferenças cambiais		
- Transferências de provisões		
- Combinações de actividades		
- Aquisições e alienações de filiais		
- Outros		
Saldo final	58 287 085	56 975 783

Unidade: Euros

7 Modelo “Prazo de Vencimento Residual”

PRAZO DE VENCIMENTO RESIDUAL (em % da posição em risco original)				
Classes de Risco	VR < 1 ano	1 ano < VR < 5 anos	5 anos < VR < 10 anos	VR > 10 anos
	dezembro 13	dezembro 13	dezembro 13	dezembro 13
CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	2,80%	0,00%	0,00%	0,00%
CL VI - Instituições	5,88%	0,00%	0,00%	0,00%
CL VII - Empresas	4,26%	0,00%	0,00%	0,00%
CL VIII - Carteira de retalho	11,23%	40,14%	29,67%	0,00%
CL X - Elementos vencidos	4,86%	0,00%	0,00%	0,00%
CL XIII - Outros elementos	1,16%	0,00%	0,00%	0,00%
em % do total da posição em risco original	30,19%	40,14%	29,67%	0,00%

VR: Vencimento residual.

Anexo V-B – Risco de Crédito – Método Padrão

Secção A – Informação Qualitativa

O risco de crédito, que resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. no âmbito da sua actividade creditícia, constitui o risco mais relevante a que se encontra exposta a actividade do Banco.

Desde 2008 que o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. utiliza o Método Padrão para cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco de crédito. Para o efeito, as posições em risco originais são segmentadas de acordo com as classes de risco identificadas no número 1 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 104/2007. Cada posição em risco é ponderada de acordo com os ponderadores definidos na Parte 2 do Anexo III do Aviso do banco de Portugal 5/2007.

A Dezembro de 2013 o rácio de crédito em risco, definido pela instrução do Banco de Portugal 23/2011, é de 6,0%.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

MÉTODO PADRÃO							
		Ponderadores de Risco					TOTAL
		0%	20%	75%	100%	150%	
1. Posição em risco original por classe de risco:	CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	29 806 889					29 806 889
	CL VI - Instituições	0	61 080 258		1 434 510		62 514 768
	CL VII - Empresas	0	0		45 273 916		45 273 916
	CL VIII - Carteira de retalho	0	0	861 480 451	0		861 480 451
	CL X - Elementos vencidos	0			50 081 749	1 601 262	51 683 011
	CL XIII - Outros elementos	49 256	1 126 337		11 144 956		12 320 550
TOTAL posições em risco original:		29 856 145	62 206 595	861 480 451	1 126 337	1 601 262	1 063 079 585
2. Posição em risco por classe de risco (base de incidência dos ponderadores):	CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	29 806 889					29 806 889
	CL VI - Instituições		61 080 258		1 434 510		62 514 768
	CL VII - Empresas				41 431 490		41 431 490
	CL VIII - Carteira de retalho			776 516 317			776 516 317
	CL X - Elementos vencidos				6 320 556	1 499 300	7 819 856
	CL XIII - Outros elementos	49 256	1 126 337		10 946 330		12 121 923
TOTAL posições em risco:		29 856 145	62 206 595	776 516 317	60 132 886	1 499 300	930 211 243
3. TOTAL posições ponderadas pelo risco (a):		0	12 441 319	582 387 238	60 132 886	2 248 950	657 210 393
Posição em risco deduzida aos fundos próprios por classe de risco:	CL I - Administrações centrais ou bancos centrais						
	CL VI - Instituições						
	CL VII - Empresas						
	CL VIII - Carteira de retalho						
	CL X - Elementos vencidos						
	CL XIII - Outros elementos						
TOTAL posições em risco deduzidas aos fundos próprios:							

(a) Produto de "Total das posições em risco" por "ponderadores de risco".

Euros
31/12/2013

Anexo VI – Técnicas de Redução do Risco de Crédito

Secção A – Informação Qualitativa

De acordo com os melhores princípios de gestão de risco o Banco Santander Consumer Portugal S.A. utiliza várias formas de mitigação do risco de crédito, exigindo diferentes tipos de garantias, consoante o produto financeiro e o perfil de risco dos clientes:

- Reserva de propriedade ou hipotecas - Crédito Auto;
- Propriedade dos bens – Locação Mobiliária, ALD;
- Livranças e Avais;
- Cauções financeiras ALD;

A utilização de garantias é uma componente incontornável da política de risco e do processo de decisão de crédito, influenciando os critérios de aceitação, os níveis de decisão e o juro a pagar pelo cliente.

No que respeita à carteira de retalho, os instrumentos utilizados para redução do risco de crédito são as cauções financeiras, a reserva/ hipoteca dos veículos financiados e as garantias pessoais avalizadas.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

O quadro seguinte procura apresentar o montante das cauções existentes pelo Banco Santander Consumer Portugal S.A, por classe de risco enquanto técnica de redução de risco:

TÉCNICAS DE REDUÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO: MÉTODO PADRÃO								
	Posição em risco líquida	Técnicas de redução do risco de crédito com efeito de substituição na posição em risco original líquida				Técnicas de redução do risco de crédito com efeito no montante da posição em risco: proteção real de crédito (a)		
		Proteção pessoal de crédito: valor da proteção totalmente ajustado (G_A)		Proteção real de crédito		Efeito de substituição na posição em risco (líquido de saída e entradas)	Ajustamento de volatilidade ao valor da posição em risco	Caução financeira: valor ajustado pela volatilidade e por qualquer desfazamento entre prazos de vencimento (Ovam)(-)
		Garantias	Derivados de crédito	Método simples: Cauções Financeiras	Outras formas de proteção real de crédito			
	1	2	3	4	5	6	7	8
Total das posições								
CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	Classe Risco I	29 806 889						
CL VI - Instituições	Classe Risco VI	62 514 768						
CL VII - Empresas	Classe Risco VII	44 134 504			15 000			
CL VIII - Carteira de retalho	Classe Risco VIII	849 049 760			19 954 980			
CL X - Elementos vencidos	Classe Risco X	6 919 714			67 621			
CL XIII - Outros elementos	Classe Risco XIII	12 121 923			0			

(a) Método integral sobre cauções financeiras. Por montante da posição em risco entende-se a posição em risco líquida, após efeito de substituição.

Anexo VII – Operações de Titularização

O Banco Santander Consumer Portugal S.A. efectuou, em 4 de Agosto de 2009, uma operação de titularização de créditos com o propósito único de maximização dos seus níveis de liquidez e financiamento da actividade corrente, onde o Banco actua como cedente e gestor dos créditos cedidos e ainda como contraparte do *'back-to-back swap'* de taxa de juro. Decorrente desta operação foi constituída uma Entidade de Finalidade Especial (SPE), Silk Finance nº3 Limited, com sede na Irlanda, emitente da dívida da transacção.

Em 15 de Outubro de 2010 a operação de titularização foi reestruturada com o objectivo primordial de preencher os novos requisitos de activos elegíveis para operações de cedência de liquidez por parte do Banco Central Europeu. Concretamente neste processo os valores titularizados foram incrementados em cerca de 150 milhões e a operação obteve uma segunda notação de rating.

No decorrer de 2013 e não obstante a extensão do período de revolving, os contratos vendidos mensalmente não foram suficientes para repor o nível da operação, pelo que se verificou distribuição de capital dando origem à amortização precoce da carteira. Com referência a 31 de Dezembro de 2013, a carteira securitizada perfazia um total de 568 456 995 Euros.

Para efeitos prudenciais, a operação de titularização Silk Finance nº3 não configura uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente o risco de crédito dado que o Banco Santander Consumer S.A. não transferiu as posições em risco e tendo adquirido a totalidade da estrutura de capital resultante da transacção.

Na data de constituição da operação, a estrutura de capital do SPE Silk Finance nº3 era a seguinte:

<u>Obrigações</u>	<u>Montante emitido</u>	<u>Data de reembolso</u>	<u>Rating (Fitch)</u>	<u>Remuneração</u>
Calsse A	500 000 000	Julho de 2025	A.A.A	Eur 3M + 1,5%
Calsse B	184 000 000	Julho de 2025	N.A.	Residual
Calsse C	3 900 000	Julho de 2025	N.A.	Residual

A 31 de Dezembro de 2013 e após a reestruturação da operação, a estrutura de capital SPE Silk Finance nº3 era a seguinte (em euros):

<u>Obrigações</u>	<u>Montante emitido</u>	<u>Data de reembolso</u>	<u>Rating (Fitch)</u>	<u>Remuneração</u>
Calsse A	320 484 357	Julho de 2025	A / A-	Eur 3M + 1,5%
Calsse B	288 000 000	Julho de 2025	N.A.	Residual
Calsse C	3 900 000	Julho de 2025	N.A.	Residual

Ao longo do ano de 2013 e dado o enquadramento particular da economia portuguesa e da dívida soberana, os *ratings* das obrigações emitidas de Classe A viram as suas notações reduzidas de A+ para A pela *Fitch Ratings*, tendo a *Standard and Poors* mantido o A – atribuído em 2012. De salientar que o nível *rating* de A- é o patamar mínimo de elegibilidade para operações monetárias de intervenção junto do Banco Central Europeu.

Para efeitos de relevação contabilística o Banco nas suas contas individuais não desreconheceu do activo os créditos cedidos na operação de titularização dado que:

- (i) mantém o controlo sobre as operações;
- (ii) continua a receber parte substancial da sua remuneração;
- (iii) mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos;
- (iv) detém a totalidade da dívida emitida por parte do SPE Silk Finance nº3;

Para efeitos das contas individuais créditos objecto da operação de titularização estão registados na rubrica de Activos Titularizados não Desreconhecidos, sujeitos a critérios contabilísticos idênticos aos das restantes operações de crédito. Os fundos recebidos pelo Banco no âmbito destas operações estão registados na rubrica Passivos por Activos não Desreconhecidos em Operações de Titularização. As obrigações emitidas no âmbito da operação de titularização estão registadas como Activos Detidos até à Maturidade pelo seu custo amortizado.

Nas contas individuais, cumprindo o disposto das Normas Internacionais de Contabilidade, o Banco Santander Consumer S.A. consolida integralmente o SPE Silk Finance nº3, ajustando e anulando as posições contabilísticas comuns, resultando na eliminação completa da transacção nas demonstrações financeiras.

Conforme anteriormente referido, o Banco Santander Consumer S.A. não desreconhece os activos cedidos na operação de titularização Silk Finance nº3, pelo para efeitos de determinação de requisitos de capital os activos titularizados não são relevados no apuramento de requisitos de fundos próprios, conforme no ponto 3 do nº7 do Aviso nº7/07.

Secção A – Informação Qualitativa

OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO	
Titularização tradicional	SILK FINANCE Nº3
Instituição(ões) Cedente(s)	Banco Santander Consumer Portugal, S.A.
Instituição(ões) Patrocinadora(s)	Sociedade Gestora do Fundo (Navigator)
Informação sobre as operações:	
Data de início:	4 de Agosto de 2009
Maturidade legal	15 de Janeiro de 2028
Cláusula de <i>step-up</i> (data)	Não aplicável
<i>Revolving</i> (anos)	5,5 anos
Activos titularizados (em milhões de euros)	607
Valor em dívida (em milhões de euros)	568
Informação sobre o envolvimento da(s) instituição(ões) cedente(s):	
Existência de situações de "apoio implícito"	Não aplicável
Activos cedidos (por Instituição)/Activos titularizados (total) (%)	100%
Mais-valia/Valor das posições de primeira perda readquiridas	Não aplicável
Observações	

As posições de créditos titularizados, na óptica do cedente e as posições de dívida emitida no âmbito da operação de titularização podem ser analisadas da seguinte forma nas seguintes datas de referência:

Em euros

Data	Saldo de Créditos Titularizados	Saldo da Dívida Emitida
31/12/2011	835 031 573	843 300 000
31/12/2012	708 864 909	775 031 235
31/12/2013	568 456 995	612 384 357

Secção B – Informação Quantitativa

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A. em conformidade com o anteriormente referido, dado que o Banco não desreconheceu os activos cedidos na operação de titularização Silk Finance nº3, pelo que para efeitos de determinação de requisitos de capital os activos titularizados não são relevados no apuramento de requisitos de fundos próprios, conforme no ponto 3 do nº7 do Aviso nº7/07.

Anexo VIII – Riscos de Posição, de Crédito de Contraparte e de Liquidação da Carteira de Negociação

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A. dado que a 31 de Dezembro de 2013 o Banco não detém carteira de negociação.

Anexo IX - Riscos Cambial e de Mercadorias das Carteiras Bancária e de Negociação

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A..

Anexo X - Posições em Risco sobre Acções da Carteira

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A..

Anexo XI - Risco Operacional

Secção A – Informação Qualitativa

1.1 Descrição da metodologia de cálculo dos requisitos de fundos próprios:

Por Risco Operacional entende-se o risco definido na alínea g) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril. O método de cálculo dos requisitos de fundos próprios para a cobertura de risco operacional é o do Indicador Básico previsto nos artigos 25.º e 26.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, e regulamentado através do Aviso do Banco de Portugal n.º 9/2007.

1.2 Indicação dos elementos contabilísticos considerados para cálculo do indicador relevante, no caso de utilização do método do Indicador Básico:

Os elementos contabilísticos considerados para cálculo do indicador relevante são os definidos no quadro 1 do ponto 4 da Parte 1 do Anexo I do Aviso do Banco de Portugal n.º 9/2007. Adicionalmente são tidas em consideração as condições expressas no ponto 5.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

RISCO OPERACIONAL					
Actividades	Indicador relevante			Por memória: método de Medição Avançada - Redução de requisitos de fundos próprios (Ano 0)	
	2011	2012	2013	Perdas esperadas consideradas no quadro das práticas internas	Mecanismos de transferência de risco
1. Método do Indicador Básico	52 808 154	58 453 439	51 831 275		
2. Método <i>Standard</i> :					
- Financiamento das empresas - <i>corporate finance</i>					
- Negociação e vendas					
- Intermediação relativa à carteira de retalho					
- Banca comercial					
- Banca de retalho					
- Pagamento e liquidação					
- Serviços de agência					
- Gestão de activos					
Método de Medição Avançada (a)					

(a) Base de incidência, em termos de indicador relevante, das actividades sujeitas ao método de Medição Avançada. Unidade: Euros
31/12/2013

Anexo XII - Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital

Secção A – Informação Qualitativa

A exposição do Banco ao risco de taxa de juro decorre da probabilidade de impacto, nos resultados ou no valor patrimonial, resultante de variações das taxas de juro do mercado. Esta exposição é originada não só por eventuais gap's existentes entre a duração/maturidade média do activo e do passivo, como também pelo facto do banco comercializar produtos a taxa fixa e a taxa variável, gerando exposição ao risco de refixação de taxa e de indexante.

Encontra-se instituída uma política de gestão do risco de taxa de juro, definida em regulamento, revista e aprovada periodicamente pela Administração, que visa garantir o acompanhamento da sua exposição e assegurar que esta se mantém dentro de níveis consistentes com os limites de aceitação ao risco previamente definidos, a nível interno e acompanhados corporativamente.

Para a avaliação do risco de taxa de juro, o Banco recorre à adopção de dois processos paralelos e autónomos: indicadores internos e indicadores regulamentares, através dos quais são analisadas as posições em risco e mitigados eventuais mismatch que possam existir. Na avaliação deste risco, são tidas em consideração as características financeiras dos contratos, com base nas quais é efectuada a respectiva projecção dos cash flows esperados, de acordo com as datas de refixação de taxa e de indexante. A sua agregação por intervalos de tempo, permite determinar os gaps de taxa de juro por prazo de refixação de taxa e de indexante.

- Indicadores Internos: A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço é calculada pela diferença entre o valor actual do mismatch de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos cash flows simulando um deslocamento paralelo de 1 ponto percentual da curva de taxas de juro de mercado. Os limites de tolerância ao risco considerados e aprovados actualmente são de EUR 3MM EUR 6 MM, sobre a margem financeira e sobre a situação líquida, respectivamente. A avaliação dos potenciais impactos, nos resultados e nos capitais próprios, resultante da alteração das taxas de juros é efectuada trimestralmente pela Direcção Financeira, área funcional Controlo de Gestão. Esta, caso considere necessário, sugere a adopção de medidas correctivas para eventuais insuficiências. O controlo e acompanhamento dos limites ao risco de taxa, é efectuado pela área de riscos de mercado, inserida dentro da estrutura orgânica da Direcção de Risco e recuperação.
- Indicadores Regulamentares: Adicionalmente, o Banco calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do BIS (Bank of International Settlements) classificando todas as rubricas do activo, passivos e extrapatrimoniais (carteira bancária) por escalões de refixação de taxa e de indexante, no seguimento das recomendações de Basileia II e demais regulamentação. O modelo utilizado baseia-se numa aproximação ao modelo Duration Gap e consiste num cenário de stress testing correspondente a uma deslocação paralela da curva de rendimentos em 2 pontos percentuais em todos os escalões de taxas de juro.

O acompanhamento deste risco é efectuado bimensalmente em Comité ALCO (Comité de Gestão de Activos e Passivos), ou directamente junto da Administração, quando se justifique. Nestas reuniões a Direcção Financeira propõe as operações que permitam a mitigação do valor

em risco, na data de reporte. A área de riscos de mercado tem por missão a monitorização dos níveis de exposição a riscos de taxa de juro e liquidez, bem como a validação das operações para mitigação dos respectivos riscos.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

RISCO DE TAXA DE JURO (CARTEIRA BANCÁRIA)				
			Impacto	
			dezembro 13	dezembro 12
Efeito na Situação Líquida de um choque de 200 p.b. na taxa de juro:	Valor	+ ¹	-3 001 012	-4 228 164
		- ²	3 001 012	4 228 164
	% da Situação Líquida	+ ¹	-2,3%	-3,1%
		- ²	2,3%	3,1%
		Unidade:	Euros	

¹ "+" = Choque na taxa de juro, no sentido ascendente

² "-" = Choque na taxa de juro, no sentido descendente



Adopção das Recomendações do Financial Stability Forum (FSF)
e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS)
relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos

Para ser consultado em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório e Contas de 2013

Lisboa, 31 de Dezembro de 2013

ÍNDICE

Introdução

I – Modelo de Negócio

II – Riscos e Gestão de Riscos

III – Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

IV- Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização

VI. Outros aspectos relevantes na divulgação

Introdução

Em cumprimento do estabelecido pelas Cartas Circulares nº 46/2008/DSB, nº 97/2008/DSB e nº 58/2009/DSB emitidas pelo Banco de Portugal relativas a "Transparência da Informação e à Valorização de Activos" no âmbito das actividades e produtos afectados pelo período de turbulência nos mercados financeiros, o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o "Banco" ou "BSCP"), apresenta, em termos consolidados, a informação requerida sobre os eventuais impactos na sua actividade daí decorrentes.

Importa desde já salientar que, no decurso do exercício do ano 2013, ou presentemente, o Banco não mantinha, sob alguma forma, em balanço ou fora de balanço, operações de alto risco associadas a mercados de "sub-prime"/activos tóxicos, pelo que não registou qualquer impacto patrimonial com esta tipologia de operações.

Este anexo pode ser consultado em conjunto com o Relatório e Contas do ano de 2013, sendo disponibilizada a sua consulta ao público em geral por meio do acesso ao website www.santanderconsumer.pt

O conteúdo deste documento tem subjacente uma óptica predominantemente prudencial, procurando disponibilizar aos agentes económicos um leque alargado de informação que sustente de forma mais eficaz a tomada de decisões.

I – Modelo de Negócio

1. Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);

O Banco desenvolve a sua actividade assente na concessão de crédito ao consumo a cliente final através do ponto de venda, nomeadamente crédito automóvel e bens duradouros, e de forma directa através de cartões de crédito ou crédito pessoal. Resultado da oferta de valor e da posição de relevância no mercado de financiamento automóvel, o Banco financia igualmente os interlocutores do ciclo de valor acrescentado desta actividade (importadores e concessionários) através de produtos de Factoring e financiamento de stocks.

Decorrente do enquadramento macro económico e da turbulência registada nos mercados financeiros, o Banco procedeu a diversas acções de ajustamento pontual na sua política de admissão e concessão de crédito, como resultado da deterioração das condições socioeconómicas das famílias portuguesas e de alguns sectores de actividade.

O financiamento da actividade por capitais alheios é maioritariamente suportado pela casa-mãe (Banco Santander S.A.), sendo as necessidades de liquidez monitorizadas de forma tempestiva e de acordo com os regulamentos corporativos existentes para o efeito. Do ponto de vista dos capitais próprios, a estratégia é alicerçada em níveis confortáveis de solvabilidade decorrentes do perfil de risco de cada linha de negócio, com o rácio de solvabilidade a cifrar-se no final do ano 2013 em 17,45%.

2. Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);

O Banco Santander Consumer Portugal S.A. efectuou, em 4 de Agosto de 2009, uma operação de titularização de créditos com o propósito único de maximização dos seus níveis de liquidez e financiamento da actividade corrente, onde o Banco actua como cedente e gestor dos créditos cedidos e ainda como contraparte do *'back-to-back swap'* de taxa de juro. Decorrente desta operação foi constituída uma de Entidade de Finalidade Especial (SPE), Silk Finance nº3, Limited, com sede na Irlanda, emitente da dívida da transacção.

Para efeitos prudenciais, a operação de titularização Silk Finance nº3 não configura uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente o risco de crédito.

Para efeitos de relevação contabilística, o Banco não desreconheceu do activo, os créditos cedidos na operação de titularização dado que:

- (i) mantém o controlo sobre as operações;
- (ii) continua a receber parte substancial da sua remuneração;
- (iii) mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos objecto da operação de titularização estão registados na rubrica de Activos Titularizados não Desreconhecidos, sujeitos a critérios contabilísticos idênticos aos das restantes operações de crédito. Os fundos recebidos pelo Banco no âmbito destas operações estão registados na rubrica Passivos por Activos não Desreconhecidos em Operações de Titularização.

3. Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos);

A operação de titularização realizada em 2009 – Silk Finance nº3 – permitiu ao Banco alargar o leque e diversificar das suas fontes de financiamento da actividade do banco. No decurso do ano de 2010 a operação de titularização foi reestruturada com o objectivo de obedecer aos requisitos de activos elegíveis para as operações de financiamento junto do Banco Central Europeu (BCE). Esta transacção permitiu eleger 550 milhões de euros, correspondentes a rating AAA (notação atribuída pela agências de rating Fitch e Standard & Poors) para operações de absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu (BCE).

No último trimestre de 2012, e não obstante a extensão do período de revolving até 15 de Janeiro de 2015, a transacção começou a amortizar na sequência do Banco não conseguir gerar novo negócio de forma a compensar a amortização natural da carteira que lhe está associada. Com referência a 31 de Dezembro de 2013, a operação de titularização detinha 320,5 milhões de euros correspondentes a rating A / A- (notação atribuída pela agências de rating Fitch e Standard & Poors, respectivamente) para operações de absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu (BCE).

A 31 de Dezembro de 2013, o Banco tinha contratado 280 milhões de euros de passivo financeiro junto BCE em operações de venda com acordo de recompra (*Repos*).

Ao longo do Relatório e Contas do exercício de 2013, com especial ênfase nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras, apresenta-se informação detalhada sobre as actividades desenvolvidas nas diversas áreas de negócio, bem como a sua respectiva evolução e desempenho.

4. Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;

Conforme anteriormente referido e na sequência da operação de titularização Silk Finance No.3, Banco cedeu os créditos a uma Entidade de Finalidade Especial (SPE), Silk Finance No.3, Limited, com sede na Irlanda, emitente da dívida da transacção.

A operação de titularização implicou a cedência ao SPE de conjuntos de contratos representativos da carteira de crédito do Banco a cada momento, tendo a SPE financiado a aquisição destes créditos emitindo dívida, tendo esta sido adquirida pelo Banco, incluindo os títulos *first lost position*.

Na data de constituição da operação, a estrutura de capital do SPE Silk Finance nº3 era a seguinte:

Obrigações	Montante Emitido	Data de Reembolso	Rating (Fitch e S&P)	Remuneração
Classe A	500 000 000	Julho de 2025	AAA	Euribor 3M +1,5%
Classe B	184 000 000	Julho de 2025	N.A.	Residual
Classe C	3 900 000	Julho de 2025	N.A.	Residual

A 31 de Dezembro de 2013, a estrutura de capital SPE Silk Finance nº3 era a seguinte:

Obrigações	Montante Emitido	Data de Reembolso	Rating (Fitch e S&P)	Remuneração
Classe A	320 484 357	Julho de 2025	A / A -	Euribor 3M +1,5%
Classe B	288 000 000	Julho de 2025	N.A.	Residual
Classe C	3 900 000	Julho de 2025	N.A.	Residual

No início da operação, foi alienada uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária com valor vincendo àquela data de 688.412.950 Euros. Deste montante de capital vincendo, o valor efectivamente transferido ascendeu a 681.723.353 Euros, na medida em que foram excluídos da transacção os montantes relativos a cauções e valores residuais de contratos de locação financeira mobiliária. Estas operações foram alienadas por 676.731.708 Euros ao Fundo Silk Finance No. 3 (Fundo), o qual é gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. Posteriormente, e na data de reestruturação, o Banco alienou adicionalmente mais 150 milhões de euros de créditos, perfazendo um total de 830.731.708,00 de unidades de participação. No decorrer de 2012 e 2013 e não obstante a extensão do período de revolving, os contratos vendidos mensalmente

não foram suficientes para repor o nível da operação pelo que se verificou distribuição de capital dando origem à amortização precoce da carteira. Com referência a 31 de Dezembro de 2013, a carteira securitizada perfazia um total de 607.081.823 Euros.

5. Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida;

Tal como salientado, além do referido no ponto anterior, o objectivo do Banco ao realizar a operação de titularização na condição de Originador foi o de obter financiamento para o desenvolvimento da sua actividade. Para além da posição de Originador, o Banco assume ainda a função de Gestor dos créditos e de contraparte do '*back-to-back*' swap de taxa de juro.

II – Riscos e Gestão de Riscos

6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados;

No âmbito da operação de titularização, o Banco incorre em risco de crédito dado que os activos cedidos na operação não foram desreconhecidos uma vez que o Banco possui parte substancial dos riscos e benefícios envolvidos, uma vez que detém a titularidade da dívida emitida, incluindo as classes representativas da *first lost position*,

Uma vez que os créditos cedidos na operação representam uma amostra representativa da carteira de crédito do Banco, o risco de crédito inerente aos activos cedidos é avaliado e representado de acordo com a metodologia dos restantes activos de características semelhantes, nomeadamente através da determinação da sua imparidade.

7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas;

No âmbito das recomendações do FSF e CEBS sobre o impacto e dimensão dos riscos incorridos derivados do actual enquadramento de turbulência dos mercados financeiros, a política de gestão do risco de liquidez nos princípios da prudência e do Banco é definida e revista periodicamente pela Administração. Esta encontra-se definida no Manual de Gestão de Riscos de Mercado do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. e reflecte a estratégia de gestão, que permite ao Banco garantir que dispõe de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que estas se vencem, em função do grau de risco passível de ser assumido.

A gestão de liquidez é efectuada de acordo as necessidades de tesouraria constantes do orçamento anual e preferencialmente junto da tesouraria do seu accionista Santander Consumer Finance, S.A., que assegura as necessidades de financiamento do Banco e atribui, de acordo com políticas de rating interno, aprovado pela Deloitte a nível corporativo, spreads aditivos à taxa de mercado em função da maturidade das transacções.

Por um lado, a gestão de curto prazo é realizada pela área de Gestão de Meios Pagamento da Direcção de Operações, baseada na informação diária de liquidez assente nas contas de descoberto autorizado e na adequação tempestiva dos respectivos limites estabelecidos.

No que respeita à gestão de médio e longo prazo, esta é assegurada pela Direcção Financeira, avaliada periodicamente, tendo como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras do Banco no médio e longo prazo e monitorizar a sua evolução e adequação face ao orçamentado.

O processo de acompanhamento da exposição a este risco é efectuado a 2 níveis.

Por um lado, a gestão de curto prazo é realizada pela área de Gestão de Meios Pagamento da Direcção de Operações, baseada na informação diária de liquidez assente nas contas de descoberto autorizado e na adequação tempestiva dos respectivos limites estabelecidos.

No que respeita à gestão de médio e longo prazo, esta é assegurada pela Direcção Financeira, com periodicidade mínima bimestral nas reuniões do ALCO - Comité de Gestão de Activos e Passivos e integrada no orçamento geral da empresa analisado mensalmente em Comité de Direcção e aprovado pela Comissão Executiva, assegurando-se deste modo a permanente manutenção de um adequado nível de capital interno, tendo como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras do Banco no médio e longo prazo e monitorizar a sua evolução e adequação face ao orçamentado.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco, são ainda elaborados relatórios a partir da aplicação ALM 2 Torken que permitem não só identificar os mismatches negativos para diversas maturidades e para diversos horizontes temporais, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos. Face ao grau de exposição ao risco de liquidez, é elaborada pela Direcção Financeira, uma proposta à Administração com as operações de financiamento, não só adequadas às necessidades de tesouraria, mas que permitam também mitigar o grau de exposição a este risco. Estas têm ainda em linha de conta o limite mínimo de 70% imposto a nível corporativo pelo Santander Consumer.

III – Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos “write-downs” nos resultados;

Não aplicável.

9. Decomposição dos “write-downs”/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), colateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS);

Não aplicável. O Banco não sofreu quaisquer perdas/“write-downs” por via da operação de titularização Silk Finance nº3.

10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido;

Não aplicável.

11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;

Não aplicável.

12. Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados

Não aplicável.

13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade;

Não aplicável.

14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;

O prolongamento do período de turbulência nos mercados financeiros que se sente com particular relevância em Portugal, poderá afectar a situação patrimonial do Banco por forma indirecta, através do:

- Aumento da sinistralidade da carteira de crédito, por força da diminuição da capacidade de cumprimento do serviço da dívida por parte dos clientes, que está fortemente correlacionada com o comportamento das taxas de juro;
- Aumento ou diminuição do custo de financiamento dos capitais alheios.

15. Divulgação do impacto que a evolução dos “spreads” associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;

O sistema bancário português prosseguiu a desalavancagem encontrando-se ainda dependente do financiamento no âmbito do Programa de Assistência a Portugal. Num contexto ainda das crises de dívida soberana, na área do Euro, as condições de financiamento dos bancos estabilizaram em 2013, embora ainda com recurso ao financiamento junto do Eurosistema, mas com os processos de recapitalização concluídos e com condições para que gradualmente os bancos possam voltar aos mercados com normalidade. Foi neste enquadramento, de estabilidade dos níveis de notação de rating da dívida soberana, ainda que mantendo-se em níveis muito baixos, que se assistiu a uma ligeira diminuição dos “spreads intragrupo” o que permitiu, em conjunto com a maximização do colateral junto do Eurosistema, que os custos de financiamento do banco reduzissem aproximadamente 20%.

O impacto da valorização das responsabilidades pode ser consultado nas Notas Anexas às Demonstrações Financeira, no ponto do Justo Valor.

IV. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições “vivas”;

Não aplicável dado não existirem operações com produtos estruturados ou activos ‘tóxicos’ no período de referência de 31 de Dezembro de 2013.

17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes;

Não aplicável.

18. Divulgação detalhada sobre as exposições;

Não aplicável.

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, “write-downs”, compras, etc.)

Não aplicável.

20. Explicações acerca das exposições (incluindo “veículos” e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;

Como anteriormente referido o SPE Silk Finance nº 3 Limited é integralmente consolidado no património do Banco.

21. Exposição a seguradoras de tipo “monoline” e qualidade dos activos segurados:

Não aplicável.

V. Políticas contábilísticas e métodos de valorização

22. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contábilísticos e o respectivo tratamento contábilístico;

Não aplicável dado não existirem operações com produtos estruturados ou activos 'tóxicos' no período de referência de 31 de Dezembro de 2013.

23. Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência;

Não aplicável. Vide pontos os 2, 3, 4 e 5 deste documento.

24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros;

Consultar o ponto de Justo Valor das Notas Anexas às Demonstrações Financeiras de 2013.

25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros;

Não aplicável.

VI. Outros aspectos relevantes na divulgação Documento

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander Consumer S.A. foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco e das suas filiais, mantidos em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso nº1/2005 do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras encontram-se publicadas no sítio da internet do Banco (www.santanderconsumer.pt), dando cumprimento ao Aviso nº6/2006 do Banco de Portugal, podendo ser consultadas por qualquer entidade interessada, pessoa individual ou colectiva.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.
RELATÓRIO DE ESTRUTURA E PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

O presente Relatório de Estrutura e Práticas de Governo Societário foi preparado nos termos e para os efeitos do disposto no Art. 70.º, n.º 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais (de ora em diante, o “**CSC**”).

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (de ora em diante, o “**Banco**”) dispõe de órgãos sociais estruturados de acordo com o modelo latino reforçado: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Sociedade Revisora Oficial de Contas (Cfr. Art. 278.º, n.º 1 alínea a) do CSC).

O Conselho de Administração tem competência para gerir o Banco e é composto por um Presidente e dois a seis Vogais, eleitos por mandatos a determinar pela Assembleia Geral (Art. 19.º e seguintes dos Estatutos).

Os membros do Conselho de Administração são designados pela Assembleia Geral, de acordo com o n.º 1 do Art. 19 do Estatutos e com o n.º 1 do Art. 391.º do CSC.

A gestão corrente do Banco encontra-se delegada numa Comissão Executiva, constituída no seio do Conselho de Administração, conforme previsto no n.º 3 do Art. 407.º do CSC.

Na Assembleia Geral, os accionistas deliberam sobre as matérias que lhes são especialmente atribuídas pela lei e pelos Estatutos e sobre as que não estejam compreendidas nas atribuições do Conselho de Administração, designadamente:

- Aprovação do relatório de gestão e restantes documentos de prestação do Banco;
- Deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- Apreciação geral da administração e fiscalização do Banco;
- Alterações aos Estatutos.

A fiscalização do Banco encontra-se confiada ao Conselho Fiscal (Art. 24.º e seguintes dos Estatutos), constituído por um mínimo de três membros efectivos e um suplente, eleitos por mandatos a determinar pela Assembleia Geral, e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do Art. 413.º do CSC.

O Conselho Fiscal é eleito pela Assembleia Geral, em conformidade com o n.º 1 do Art. 415.º do CSC.

O revisor oficial de contas é igualmente designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal, de acordo com o n.º 5 do Art. 24.º do Estatutos e com n.º 1 do Art. 446.º do CSC.

1. ASSEMBLEIA GERAL

1.1 Membros da mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é constituída, de acordo com o Art. 16.º, n.º 1 do Estatutos, por um Presidente e um Secretário.

Estas funções são exercidas, actualmente, pelos membros que abaixo se discriminam:

Presidente: Dr. Henrique Trocado

Secretária: Dra. Sara Larcher

Secretária Suplente: Teresa Maria Leite Brito da Silva Vasconcelos Mota

1.2 Data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral para o quadriénio 2012/2015, o qual terminará em 31 de Dezembro de 2015, foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 2012.

1.3 Antecedência exigida para o bloqueio das acções para a participação na assembleia-geral

De acordo com o disposto no Art. 15.º, n.º 1 do Estatutos, só podem estar presentes e participar na Assembleia Geral do Banco os accionistas que tiverem averbadas em seu nome no livro de registo do Banco, ou comprovem ter depositadas em instituições de crédito, até 10 (dez) dias antes da data marcada para a reunião, o número mínimo de acções necessário para conferir voto.

De acordo com o Art. 15, n.º 2 do Estatutos, os accionistas devem manter as acções de que são titulares averbadas ou registadas em seu nome, pelo menos, até ao encerramento da reunião da Assembleia Geral.

1.4 Número de acções a que corresponde um voto

Nos termos do disposto no n.º 3 do Art. 15.º do Estatutos, a cada 5.000 (cinco) mil euros de capital corresponde um voto sendo todavia aplicáveis, enquanto vigorarem de forma imperativa, os limites inferiores que forem fixados em lei.

Não obstante, de acordo com o n.º 4 do Art. 15.º do Estatutos, os accionistas titulares de acções em número inferior ao exigido para conferir um voto poderão agrupar-se de forma a completar o mínimo exigido, fazendo-se então representar por qualquer dos agrupados.

1.5 Accionistas titulares de direitos especiais

O capital social do Banco está integralmente realizado e está representado por 66.592.947 (sessenta e seis milhões quinhentos e noventa e dois mil novecentos e quarenta e sete) acções ordinárias com o valor nominal de 1 (um) euro cada uma.

Não existem accionistas titulares de direitos especiais.

1.6 Regras estatutárias especiais ou outras restrições em matéria de direitos de voto

Para além do *supra* referido, não existem regras estatutárias que prevejam a existência de acções que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados, nem outras regras que possam ser consideradas como restringindo os direitos de voto dos accionistas do Banco.

1.7 Regras estatutárias sobre o quóruns constitutivos e deliberativos

Quórum constitutivo

De acordo com o Art. 17.º, n.º 1 do Estatutos, em primeira convocação, a Assembleia Geral só pode funcionar quando estiverem presentes ou representados titulares de mais de metade das acções correspondentes ao capital social. De acordo com o Art. 17.º, n.º 2, em segunda convocação a Assembleia pode deliberar validamente, qualquer que seja o número de accionistas presentes e o capital representado.

Quórum deliberativo

De acordo com o Art. 17.º, n.º 3 do Estatutos, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos emitidos, salvo disposição legal ou estatutária que exija maioria

qualificada. De acordo com o Art. 17.º, n.º 4 do Estatutos, as deliberações sobre a alteração do Estatutos devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, sendo que, nos termos do n.º 5, se, porém em Assembleia reunida em segunda convocação estiverem presentes ou representados accionistas detentores de, pelo menos, metade do capital social a deliberação sobre os assuntos referidos no anterior pode ser tomada pela maioria dos votos emitidos. É aplicável subsidiariamente o regime legal em matéria de quórum constitutivo e deliberativo, *maxime* o Art. 383.º e o Art. 386.º do CSC.

1.8 Regras estatutárias sobre destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Não existem regras estatutárias sobre destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

1.9 Exercício do direito de voto por correspondência ou por meios electrónicos

De acordo com o Art. 18.º, n.º 4 do Estatutos, não é permitido o voto por correspondência. Os Estatutos não prevêm o exercício do direito de voto por meios electrónicos.

1.10 Intervenção da assembleia-geral no que respeita à política de remuneração do Banco

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é estabelecida por uma Comissão de Remunerações composta por accionistas, cujos membros são eleitos directamente pela Assembleia Geral, nos termos do Art. 12.º dos Estatutos e do Art. 399.º, n.º 1 do CSC. Nos termos do mesmo preceito, compete à Comissão de Remunerações dispor sobre o regime de previdência aplicável aos administradores executivos.

A Assembleia Geral poderá anualmente fixar uma percentagem de lucros a serem distribuídos pelos empregados e membros dos corpos sociais, definindo previamente os critérios dessa atribuição (Art. 27.º, n.º 2 do Estatutos).

Em conformidade com o disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), a Comissão de Remunerações e o Conselho de Administração submetem anualmente à apreciação da Assembleia Geral, a declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização e dos Dirigentes com Funções de Controlo e Assunção de Riscos, respectivamente.

1.11 Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

De acordo com o Art. 17.º, n.º 4 do Estatutos e o Art. 386.º, n.º 3 do CSC, as deliberações sobre a alteração do Estatutos devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos.

1.12 Participações Qualificadas no capital do Banco

O Santander Consumer Finance, S.A., com sede em Ciudad Grupo Santander – Edif. Dehesa – 4 Norte, Avenida de Cantábria, s/n, 1ª Planta – Boadilla del Monte, Madrid, é titular de 53.331.647 ações ordinárias representativas de 80,09% do capital social do Banco.

O Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A., com sede em Ciudad Grupo Santander – Edif. Dehesa – 4 Norte, Avenida de Cantábria, s/n, 1ª Planta – Boadilla del Monte, Madrid, é titular de 13.261.300 ações ordinárias representativas dos restantes 19,91% do capital social do Banco.

2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2.1 Membros do Conselho de Administração

Presidente: Dra. Inês Serrano Gonzalez

Vogal: Dr. Henrique Salema de Carvalho e Silva

Vogal: Dr. David Turiel Lopez

Vogal: Dr. Luís Filipe Pires Ferreira

2.2 Data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros do Conselho de Administração para o quadriénio de 2012 – 2015, com termo em 31 de Dezembro de 2015 foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 2012.

2.3 Poderes do Conselho de Administração

As competências do Conselho de Administração encontram-se previstas no Art. 20.º do Estatutos.

De acordo com este preceito estatutário, compete ao Conselho de Administração gerir e representar o Banco com os mais amplos poderes que a lei lhe confere, e designadamente:

- Elaborar as propostas relativas à definição das políticas gerais do Banco e dos planos e orçamentos anuais plurianuais;
- Estabelecer a organização interna do Banco e delegar os poderes ao longo da cadeia hierárquica;

- Conduzir as actividades do Banco, praticando todos os actos que a lei ou estes estatutos não reservem a outros órgãos sociais;
- Executar as deliberações da Assembleia Geral;
- Representar o Banco em juízo ou fora dele, comprometendo-se em arbitragens, propondo pleitos judiciais ou defendendo-se deles, podendo confessar, desistir ou transigir em quaisquer processos judiciais;
- Apresentar à Assembleia Geral nas épocas legalmente determinadas, os relatórios, balanços e contas dos exercícios sociais;
- Adquirir, alienar e onerar quaisquer direitos ou bens móveis ou imóveis, incluindo participações em sociedades com qualquer objecto, em agrupamentos complementares de empresas e outras sociedades reguladas por leis especiais, devendo, porém, quanto aos imóveis e às participações estáveis, obter o parecer favorável do Conselho Fiscal;
- Contratar e rescindir contratos com empregados e outros prestadores de serviços.

De acordo com o Art. 5.º, n.º 2 do Estatutos, o Conselho de Administração pode ainda aumentar o capital social até EUR 80.000.000 (oitenta milhões de euros), mediante entradas em numerário, na época e modalidades que considerar mais conformes aos interesses sociais.

2.4 Designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

De acordo com o Art. 19.º, n.º 1 e 2 do Estatutos, o Conselho de Administração é formado por um Presidente e dois a seis vogais, eleitos pela Assembleia Geral, podendo ser ainda eleito um administrador suplente.

Os membros do Conselho de Administração são designados pela Assembleia Geral para o exercício de um mandato com o período a ser determinado na deliberação, sem prejuízo da sua reeleição.

De acordo com o Art. 19.º, n.º 4 do Estatutos, se um administrador faltar 3 (três) vezes a reuniões do Conselho de Administração, seja de forma seguida ou interpolada, sem justificação aceite pelo Conselho de Administração, tal equivalerá a uma falta definitiva desse administrador.

A substituição de administradores processa-se nos termos do disposto no Art. 393.º do CSC.

2.5 Funções que os membros do Conselho de Administração exercem em outras sociedades

<u>Dra. Inês Serrano Gonzalez</u>	
<i>Sociedade</i>	<i>Cargo</i>
Santander Consumer Finance, S.A.	Conselheira directora geral
Santander Consumer, EE.F.C., S.A.	Presidente
Transolver Finance, E.F.C., S.A.	Representante do Presidente do Conselho, Santander Consumer Finance, S.A.
Santander Consumer Bank S.P.A. (Itália)	Vice-presidente
Unifin, S.P.A. (Itália)	Conselheira
Santander Consumer Bank AG (Alemanha)	Membro do órgão de supervisão
Santander Consumer Holding GmbH (Alemanha)	Membro do órgão de supervisão

<u>Eng. Henrique Salema de Carvalho e Silva</u>	
<i>Sociedade</i>	<i>Cargo</i>
Casais Firminos – Sociedade de Desenvolvimento Turístico e Cinegético, S.A.	Secretário da Assembleia Geral
Sociedade Agrícola do Setil, SA.	

<u>Dr. David Turiel Lopez</u>	
<i>Sociedade</i>	<i>Cargo</i>
Santander Consumer Finance, S.A. Santander Consumer, E.F.C., S.A. Santander Consumer Bank SpA	Membro do Conselho de Administração
Santander Consumer Bank, S.A. (Polónia) Santander Consumer Finance, S.A. (Polónia)	Membro do Conselho de Vigilância

3. COMISSÃO EXECUTIVA

3.1 Membros da Comissão Executiva

Presidente: Eng. Henrique Salema de Carvalho e Silva

Vogal Dra. Inês Serrano Gonzalez

Vogal: Dr. Luís Filipe Pires Ferreira

A Comissão Executiva será constituída por deliberação do Conselho de Administração.

Para o quadriénio 2012/2015, foram designados os seguintes membros da Comissão Executiva:

Presidente: Henrique Salema de Carvalho e Silva

Vogal: Inês Serrano Gonzalez

Vogal: Luís Filipe Pires Ferreira

3.2 Poderes da Comissão Executiva

A Comissão Executiva do Conselho de Administração exerce competências delegadas deste órgão, nos termos da deliberação de delegação de competências aprovada em reunião do Conselho de Administração.

Na Comissão Executiva são delegados os seguintes poderes:

- Preparar propostas para o Conselho de Administração – planos e orçamentos, relatório e contas, políticas gerais e executar as suas deliberações;
- Distribuir responsabilidades funcionais (Pelouros);
- Gerir o desenvolvimento dos negócios;
- Definir a organização interna;
- Recrutamento, formação e desenvolvimento de colaboradores;
- Concretizar a política salarial e de prémios variáveis;
- Aprovar acordos comerciais e contratos com prestadores de serviços;
- Definir a política de *pricing*, fiscal, de marketing, de produtos, de recuperação e de gestão de clientes;
- Aprovar os processos e procedimentos do Banco;
- Nomear mandatários internos;
- Garantir as relações com autoridades e o cumprimento de normas prudenciais.

3.3 Designação e substituição dos membros da Comissão Executiva

A Comissão Executiva é constituída pelo número de Administradores que for deliberado pelo Conselho de Administração, não se encontrando previsto qualquer regime estatutário específico para a designação ou substituição dos respectivos membros.

4. CONSELHO FISCAL

4.1 Membros do Conselho Fiscal

Encontram-se em funções os seguintes membros do Conselho Fiscal:

Presidente: Prof. Doutor Diogo José Paredes Leite de Campos

Membro efectivo: Dra. Susana Teresa Baptista Nunes Cirera Soutelinho

Membro efectivo: Dr. Manuel António Amaral Franco Preto

Membro suplente: Dra. Carla Sofia Simões da Costa Silva

4.2 Data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros do Conselho Fiscal para o mandato quadrienal 2012-2015, com termo em 31 de Dezembro de 2015, foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 2012.

4.3 Designação e substituição dos membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três membros efectivos e um suplente designados pela Assembleia Geral (Art. 24.º do Estatutos). Na mesma deliberação, os accionistas designam aquele dos membros efectivos que servirá como Presidente (Art. 415.º, n.º 2 do CSC).

O Conselho Fiscal deve ser constituído com respeito pelo regime de composição qualitativa e proibição de incompatibilidades previstos nos Arts. 414.º e 414.º-A do CSC.

Os membros efectivos do Conselho Fiscal que se encontrem temporariamente impedidos ou cujas funções tenham cessado são substituídos pelos suplentes (Art. 415.º, n.º 3 do CSC).

Os suplentes que substituam membros efectivos cujas funções tenham cessado mantêm-se no cargo até à primeira Assembleia anual, que procederá ao preenchimento das vagas. Não sendo possível preencher uma vaga de membro efectivo por faltarem suplentes eleitos, os cargos vagos, tanto de membros efectivos como de suplentes, são preenchidos por nova eleição (Art. 415.º, n.ºs 4 e 5 do CSC).

4.4 Funções que os membros do Conselho Fiscal exercem em outras sociedades

<u>Diogo Leite Campos</u>	
<i>Sociedade</i>	<i>Cargo</i>
RES, S.A.	Administrador Não Executivo
CTT	Vogal do Conselho Fiscal

<u>Manuel António Preto</u>	
<i>Sociedade</i>	<i>Cargo</i>
Santota – Internacional SGPS, SA	Gerente
Banco Santander Totta, SA Taxagest, SGPS, SA Totta Ireland, PLC Totta & Açores Financing Ltd Serfin International Bank & Trust Partang, SGPS, SA	Membro do Conselho de Administração

4.5 Possibilidade de o Conselho Fiscal propor à assembleia-geral a destituição do auditor com justa causa

De acordo com o Art. 24.º, n.º 5 do Estatutos, o revisor oficial de contas é designado pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal pode propor à Assembleia Geral a destituição do revisor oficial de contas, sempre que houver justa causa.

4.6 Relatório anual do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal elabora o Relatório Anual de acordo com a legislação em vigor.

5. CONTROLO INTERNO

Tendo presente a reconhecida importância que a existência de um sistema de controlo interno adequado e eficaz assume, no exercício de 2013, o Banco prosseguiu a estratégia de contínuo fortalecimento do seu sistema de controlo interno, definido e acompanhado directamente pelo

Órgão de Administração e monitorizado pelo Conselho Fiscal, designadamente com vista a garantir:

- Um desempenho eficiente e rentável da actividade no médio e longo prazo, que assegure a utilização eficaz dos activos e recursos e a continuidade do negócio, nomeadamente através de uma adequada gestão e controlo de riscos inerentes à actividade desenvolvida;
- A existência de informação financeira e de gestão, completa, pertinente, fiável e tempestiva, que suporte as tomadas de decisão e os processos de controlo;
- O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as relativas à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com clientes, das orientações dos órgãos sociais e demais regras, recomendações e boas práticas internacionalmente reconhecidas, de modo a proteger a reputação da instituição e evitar que esta seja alvo de sanções.

O sistema implementado prevê uma organização que assegure a conformidade com o Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, nomeadamente através da existência das funções de Gestão de Risco, *Compliance* e Auditoria Interna, cujos responsáveis foram designados e reportam directamente ao Órgão de Administração. Em articulação com as demais unidades de estrutura, estas funções desenvolvem as suas actividades de forma independente, permanente e efectiva contribuindo para a solidez do sistema de controlo interno do Banco.

No sentido de atingir os objectivos propostos, foram adoptados os princípios e orientações reconhecidos e aceites internacionalmente em matéria de controlo interno, nas suas diversas componentes, e que visam assegurar a existência de:

- Um adequado ambiente de controlo, de forma a disseminar uma cultura de controlo e de disciplina por parte de toda a estrutura organizacional, que favoreça uma gestão sã e prudente da actividade desenvolvida;
- Um sólido sistema de gestão de riscos, que permita identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e objectivos definidos, bem como assegurar a implementação de acções para responder a desvios não desejados;
- Um eficiente sistema de informação e comunicação, que garanta a captação, tratamento e troca de informação relevante, abrangente e consistente, que suporte uma tomada de decisão eficaz e tempestiva e o cumprimento de obrigações perante terceiros;
- Um efectivo sistema de monitorização, através da implementação de acções e avaliações de controlo com vista identificar eventuais insuficiências e/ou oportunidades de melhoria de forma garantir a contínua eficácia e a adequação do Sistema de Controlo Interno.

Para o efeito, na concretização dos objectivos acima descritos, o Banco prossegue activamente no sentido de fomentar um apropriado ambiente de controlo sustentado numa adequada definição e segregação de funções e no estabelecimento de políticas e procedimentos de controlo, integrados na sua actividade diária. Por sua vez, de forma a promover elevados padrões profissionais o Banco adopta um código de conduta que reflecte os padrões de comportamento ético e de rigor pelos quais todos os colaboradores se devem reger na execução das suas tarefas.

No que respeita ao sistema de gestão de riscos, este encontra-se baseado em processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo, que visam assegurar, de forma permanente:

- O desenvolvimento sustentado da actividade creditícia, pela gestão prudente da sua solvabilidade, decorrente do exercício dos objectivos estratégicos;
- A gestão criteriosa dos capitais alheios, com o objectivo último da maximização do valor do Banco para os seus accionistas.

O processo de avaliação de riscos instituído, baseado em políticas e procedimentos que visam garantir que a estratégia e os objectivos da instituição, previamente estabelecidos, são atingidos, tem em consideração a natureza e magnitude dos riscos subjacentes à actividade do Banco e encontra-se suportado em análises qualitativas e quantitativas que permitem, de forma sustentada e tempestiva, monitorizar e aferir sobre a adequabilidade do capital interno.

A realização de *stress tests* como ferramenta de gestão de risco permite avaliar os efeitos potenciais nas condições financeiras decorrentes de alterações excepcionais dos factores de risco e dar cumprimento ao disposto na Instrução nº 4/2011, do Banco de Portugal. Por sua vez, os *reverse stress tests* permitem complementar os testes de esforço realizados, nomeadamente na avaliação dos pressupostos adoptados sobre o modelo e a estratégia de negócio e no planeamento de capital. Estas ferramentas possibilitam a identificação das condições que comprometem o modelo de negócio do Banco e, por consequência, as suas vulnerabilidades.

O sistema de gestão de riscos abrange ainda o Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), em linha com as orientações regulamentares e, em particular, com a Instrução do Banco de Portugal nº 15/2007. O ICAAP é um processo contínuo, integral e transversal à instituição, de avaliação de capital económico, acompanhado directamente pelo Órgão de Administração, que assegura a contínua adequação do capital interno ao perfil de risco do Banco.

Por sua vez, o sistema de comunicação e informação promovido assegura a existência de informação objectiva, inteligível, consistente e correcta de forma a possibilitar uma visão global e abrangente acerca da situação financeira, do desenvolvimento da actividade e do perfil de risco do Banco. Este encontra-se sustentado nas políticas e procedimentos internamente estabelecidos e oportunamente difundidos, que preveem a produção e divulgação atempada de informação a nível interno e externo.

O processo de informação financeira, que integra o sistema de comunicação e informação da instituição, sustenta-se nos sistemas contabilísticos e de apoio à gestão que, de forma completa e sistematizada, registam e armazenam a informação relativa às operações efectuadas. Adicionalmente, o modelo de governo estabelecido assenta numa estrutura transversal e descentralizada que define, de forma rigorosa, os responsáveis, as competências e a periodicidade das sedes de decisão consoante a matéria em causa.

Por último, a contínua monitorização do sistema da adequação e eficácia do sistema de controlo Interno, permite avaliar a prossecução dos procedimentos de controlo interno ao nível das diferentes áreas funcionais e aferir a sua adequabilidade e efectividade face às políticas, planos, instruções internas, bem como a sua conformidade com a legislação e regulamentação aplicável.

Ciente da importância que um adequado e eficaz sistema de controlo interno assume, o Órgão de Administração tem vindo a promover de forma reforçada a incorporação dos objectivos e dos princípios de controlo, na estratégia e nas políticas da instituição, assegurando a existência de meios materiais e humanos necessários à sua prossecução e garantindo que as insuficiências identificadas neste âmbito são alvo de acompanhamento contínuo por parte de todos os órgãos de gestão, sempre no sentido de se implementarem as medidas necessárias à sua sanção. Por sua vez, o Conselho Fiscal aprecia anualmente o funcionamento do Sistema de Controlo Interno, face aos requisitos definidos nos Avisos nº 5/2008 e nº 9/2012 do Banco de Portugal e com excepção da parte subjacente ao processo de preparação e divulgação de informação financeira, a qual é alvo de parecer emitido pelo Auditor Externo/ROC, recomendando quando aplicável as melhorias que considera pertinentes.

6. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), é definida para o ano de 2013 a política de

remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o “Banco”), aprovada pela Assembleia Geral, mediante proposta da Comissão de Remunerações.

Por conseguinte e com o objectivo de providenciar informação clara e detalhada sobre a referida política de remuneração, procede-se à pormenorização dos princípios orientadores adoptados e do modo como se pretende assegurar a necessária mitigação de riscos de gestão e o alinhamento dos interesses dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização com o interesse do Banco.

I. Enquadramento

A Política remuneratória do Banco Santander Consumer Portugal enquadra-se nas directrizes definidas pelo accionista de referência do Banco para todo o Grupo Santander, as quais são formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existentes no sector. O Grupo Santander detém 100% do respectivo capital do Banco.

A Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização é anualmente revista e aprovada, pela Comissão de Remunerações, e submetida à Assembleia-Geral para aprovação final.

Na respectiva definição participou a Direcção de Recursos Humanos do Banco, formulando recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são adequadas e reflectem o perfil de risco e os objectivos de longo prazo do Banco, mostrando-se ainda conformes as normas legais e regulamentares, os princípios e as recomendações nacionais e internacionais pertinentes, vigentes à data. As remunerações encontram-se ainda sujeitas a aprovação ao nível da Divisão do Santander Consumer Finance e do Grupo Santander.

A actual Comissão de Remunerações foi eleita, para o quadriénio 2012-2015, tendo os actuais membros sido eleitos na reunião da Assembleia-Geral de 19 de Abril de 2012, com a seguinte composição:

David Turiel Lopez, administrador não executivo e Sandra Faustino, Directora de Recursos Humanos do Banco Santander Consumer Portugal, S.A.

II. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do

conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha quanto aos administradores executivos, os seguintes objectivos:

- assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto e médio prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa equilibrada face à componente variável , a qual se encontra indexada à realização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas.

Em regra, a remuneração referente ao desempenho de funções não executivas no Grupo visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função. No entanto, no caso do Banco, as funções não executivas não são remuneradas, sendo os seus titulares remunerados pelas funções que desempenham noutras sociedades do Grupo.

Já em 2010, foi criado, ao nível do Grupo Santander, o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros (afectos às áreas financeira e controlo de gestão, risco, auditoria interna, riscos operativos, recursos humanos e compliance) são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos.

Assim, o Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na nova regulamentação portuguesa.

III. Princípios Orientadores da Política de Remuneração no Banco Santander Consumer Portugal

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da política de remuneração têm sido e devem ser os seguintes:

- a) Definição de uma política simples, clara, transparente e alinhada com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Definição de uma política consistente com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objectivos, valores e interesses de longo prazo do Banco, cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios preserva, e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Definição de uma política competitiva, tendo em consideração as práticas do mercado, e equitativa, sendo que a prática remuneratória deve assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d) Alinhamento da política de remuneração com as melhores práticas e as tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração (e.g. limitação estatutária a que Remuneração Variável exceda 5% dos lucros de exercício) que devem ser equilibradas entre si;
- e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respectivo, com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados do Banco, também por comparação com outras entidades internacionais do sector;
- f) À cessação antecipada de contratos aplica-se o regime legal vigente em cada momento. A fixação das eventuais compensações terá em conta, nomeadamente, o cumprimento dos objectivos definidos e condutas observadas, de modo a que não sejam recompensados maus resultados;
- g) O Banco não implementou, nem tem conhecimento de que os membros da Comissão Executiva tenham implementado, quaisquer seguros de remuneração ou outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração, estando tais mecanismos proibidos pela política geral do Grupo Santander.

IV. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remuneração dos titulares dos órgãos sociais deve enquadrar-se nas directrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existente no sector;
- b) Das referidas directrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos administradores executivos. Tal avaliação é realizada:

- (i) Anualmente, pelo Presidente da Comissão Executiva, relativamente aos restantes administradores executivos;
 - (ii) Anualmente, pelo Presidente do Conselho de Administração, relativamente ao Presidente da Comissão Executiva do Banco.
- c) Relativamente aos administradores não executivos e o Presidente do Conselho de Administração, estes não auferem qualquer remuneração em Portugal, sendo remunerados pela sua actividade nas entidades do Grupo Santander Consumer Finance onde se encontram afectos.
- d) Os membros do órgão de fiscalização auferem apenas uma remuneração fixa cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal. No entanto, uma vez que um dos membros do órgão de fiscalização do BSCP, é colaborador e desempenha funções no Banco Santander Totta, S.A., a sua remuneração é definida e paga nesse banco.
- e) Dado que as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornam de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não é possível apontar um limite máximo absoluto para a relação entre as componentes fixas e variáveis da remuneração dos administradores executivos. Por essa razão, apenas se indicará, relativamente ao ano de 2013, a percentagem estimada que cada uma das componentes representará na remuneração total.

1. Remuneração Fixa

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- c) A Remuneração Fixa dos administradores executivos tem os limites de referência que forem fixados anualmente pela Comissão de Remunerações, estimando-se que represente, em média, em 2013, 54 % da Remuneração Total dos administradores executivos.

2. Remuneração Variável

- a) A remuneração dos membros da Comissão Executiva comporta igualmente uma componente Variável, de atribuição não garantida, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- b) A Remuneração Variável é adequadamente equilibrada face à Remuneração Fixa, estimando-se que represente, em 2013, 46 % da Remuneração Total;
- c) De forma a objectivar e tornar mais transparente o processo de determinação da Remuneração Variável, esta tem em conta os objectivos quantitativos e qualitativos do

Banco, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;

- d) A determinação do valor da Remuneração Variável tem por base os seguintes critérios:
- Cumprimento dos objectivos de Resultado Líquido e do Consumo Eficiente de Capital (RoRWA). Para este efeito são tidos em consideração os resultados obtidos pela Divisão do Consumer Finance, pela unidade do Consumer Finance em Portugal e pelo Grupo Santander, embora, quanto a este último, com um peso relativo inferior.
 - Desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos e qualitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação do Banco;
 - Benchmark do Grupo Santander e da sua Divisão do Consumer Finance face aos principais concorrentes mundiais.
 - Avaliação do cumprimento dos objectivos de riscos, liquidez, qualidade de resultados e compliance.
 - Nível de contribuição para os resultados do Grupo e da Divisão.
- e) A atribuição da Remuneração Variável depende igualmente do grau de consecução dos objectivos anuais definidos;
- f) A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em cada ano em função do grau de cumprimento dos objectivos, entre 0% e um valor que em 2013 se estima não ser superior a [150]% do valor de referência definido anualmente pelo Grupo;
- g) A ponderação da consecução dos objectivos estratégicos definidos pelo e para o Banco, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da Remuneração Variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo do Banco e dos seus accionistas;
- h) No caso de serem imputados ao Banco, por accionistas ou por terceiros, responsabilidade por actos de gestão, a Remuneração Variável poderá, mediante decisão dos accionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respectiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos;

2.1. Diferimento da Remuneração Variável

Não tendo sido aprovado pela Assembleia Geral de Accionistas do Banco Santander S.A. (Espanha) um novo ciclo de atribuição do plano de acções vinculado a objectivos definidos para os trabalhadores do Grupo (tendo o anterior cessado em 2012), a remuneração variável de 2013 deixou de comportar um componente de remuneração diferida.

2.2. Identificação da parcela diferida e da já paga

Durante o ano de 2013, serão entregues acções por conta da Remuneração Variável devida pelo ciclo que se iniciou em 2010.

3. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com o Banco

Não existirá, durante o exercício de 2013, montantes pagos a administradores executivos, por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com o Banco.

V. Benefícios

A atribuição dos benefícios é feita de modo a assegurar a compatibilidade com a estratégia empresarial, os objectivos, os valores e os interesses a longo prazo do Banco.

- a) Os administradores executivos beneficiam de um seguro de vida, cujo capital coberto é equivalente a quarenta e duas vezes o valor da Remuneração Fixa mensal do titular em causa.
- b) Com excepção do Presidente da Comissão Executiva, os demais administradores executivos beneficiam de um seguro de saúde contratado para todos os colaboradores com participação destes correspondente a 0,75% da respectiva Remuneração Fixa.
- c) O Presidente da Comissão Executiva beneficia do Seguro de Saúde complementar ao Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) de acordo com o regime estabelecido no Banco Santander Totta, S.A. (onde tem contrato de trabalho suspenso).
- d) Relativamente a um dos Administradores, o Banco suporta o custo da diferença entre a taxa de juro praticada no mercado pela concessão de crédito à habitação e a que é cobrada por crédito da mesma natureza concedido a trabalhadores nos termos da regulamentação colectiva do sector bancário.

VI. Aspectos complementares

Não se prevê a atribuição de planos de opções em 2013.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não se prevê que, durante o ano 2013, haja lugar a quaisquer pagamentos de indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

VII. Cumprimento das políticas de remuneração definidas pelo Banco de Portugal

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 26 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo do Banco.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das regras constantes do Capítulo II. do referido aviso, o qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

Em qualquer caso, ao abrigo das orientações emitidas pela Autoridade Bancária Europeia em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 22.º da Directiva n.º 2006/48/CE (acolhidas no referido aviso no seu artigo 19.º), que permitem a neutralização de algumas regras na definição da política de remuneração em instituições não-complexas e não cotadas em mercado regulamentado, como é o caso do BSCP, não foram implementados mecanismos de diferimento da remuneração variável .

A circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém 100% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adopção das demais regras do Aviso n.º 10/2011 implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política do Banco Santander Consumer Portugal em matéria de remunerações dos membros dos órgãos da Administração e Fiscalização se contenha nos presentes limites, sem prejuízo do cumprimento, na globalidade, e no momento da fixação das directrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridades nacionais competentes.

VIII. Remuneração Atribuída aos Órgãos de Administração e Fiscalização em 2013

A presente informação é prestada para dar cumprimento ao disposto no artigo 3.º da Lei 28/2009, de 19 de Junho, e no artigo 17.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2.ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), na parte que se refere à divulgação do montante anual de remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, de forma individualizada.

Em 2013, as remunerações fixas e variáveis totalizaram nesta data 312 107 € e 163 072€, respetivamente.

A remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal durante o exercício de 2013 é apresentada de seguida:

8.1 Remuneração Anual

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Remuneração fixa	Remuneração variável
Inês Serrano Gonzalez	Presidente do Conselho de Administração	-	-
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Presidente da Comissão Executiva	113 933	130 572
Luís Filipe Pires Ferreira	Administrador Executivo	115 911	32 500
David Turiel Lopez	Administrador não Executivo	-	-

Valores: Euros

Conselho Fiscal

Nome	Cargo	Remuneração fixa	Remuneração variável
Diogo José Paredes Leite de Campos	Presidente do Conselho Fiscal	17 499	-
Susana Teresa Baptista Nunes Sirera Soutelinho	Membro Efectivo do Conselho Fiscal	15 000	-
Manuel António Amaral Franco Preto	Membro Efectivo do Conselho Fiscal	-	-

Valores: Euros

8.2 Remuneração Anual Variável

a) Parcela pecuniária paga relativa ao prémio desempenho 2013:

Nome	Cargo	Remuneração variável
Inês Serrano Gonzalez	Presidente do Conselho de Administração	-
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Presidente da Comissão Executiva	130 572
Luís Filipe Pires Ferreira	Administrador Executivo	32 500
David Turiel Lopez	Administrador não Executivo	-

Valores: Euros

b) Acções:

O Grupo Santander, no qual está inserido o Banco, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, que está dividido em ciclos.

Contudo, em 2013 e após finalizado o quinto ciclo do plano de acções, devidamente vinculado a objetivos, o Grupo não procedeu à atribuição de acções.

Assim sendo, não foi atribuído qualquer valor individual a cada membro do Conselho de Administração:

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Plano de acções/Montante exercido
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Presidente da Comissão Executiva	-
	Administrador Executivo	-
Luís Filipe Pires Ferreira		

Valores: Euros

8.3 Novas Contratações

Os membros dos órgãos de administração e fiscalização do Banco para o quadriénio 2012-2015 mantiveram-se os seguintes:

Nome	Cargo
Inês Serrano Gonzalez	Presidente do Conselho de Administração
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Presidente da Comissão Executiva
Luís Filipe Pires Ferreira	Administrador Executivo
David Turiel Lopez	Administrador não Executivo
Diogo José Paredes Leite de Campos	Presidente do Conselho Fiscal
Susana Teresa Baptista Nunes Sirera Soutelinho	Membro Efectivo do Conselho Fiscal
Manuel António Amaral Franco Preto	Membro Efectivo do Conselho Fiscal

8.4 Cessações Contratuais

Durante o ano 2013, o Banco não efectuou quaisquer pagamentos de indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

7. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES COM FUNÇÕES DE CONTROLO OU COM RESPONSABILIDADE NA ASSUNÇÃO DE RISCOS, DO BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), é definida para o ano de 2013 a política de remuneração dos trabalhadores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o “Banco”), exercem a sua actividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, ou desempenham funções com responsabilidade na

assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco.

São assim considerados para este efeito os Directores a que se refere o Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho (responsável pela Direcção de Controlo e *Compliance* do Banco), bem como os responsáveis pelas Direcções Financeira, de Risco e Recuperação e de Tecnologia e Operações.

Em concretização das relações de grupo existentes, a responsabilidade pela auditoria do Banco encontra-se cometida ao Director de Auditoria do Banco Santander Totta, o qual suporta o valor da respectiva retribuição.

I. Enquadramento

A Política de Remuneração dos Dirigentes segue os princípios vigentes para os restantes trabalhadores do Banco, em aplicação das directrizes definidas pelo accionista de referência deste para todo o Grupo Santander e formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existentes no sector. O Grupo Santander detém 100% do capital do Banco Santander Consumer Portugal.

A Política de Remuneração dos Dirigentes é anualmente revista e aprovada pelo Conselho de Administração, no exercício de competência delegável na respectiva Comissão Executiva. Na sua definição participou a Direcção de Recursos Humanos do Banco, formulando recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são as adequadas e reflectem o perfil de risco e os objectivos de longo prazo do Banco e do Grupo Santander, mostrando-se ainda conformes com as normas legais e regulamentares, os princípios e as recomendações nacionais e internacionais pertinentes.

As remunerações dos Dirigentes encontram-se ainda sujeitas a aprovação ao nível da Divisão do Santander Consumer Finance e do Grupo Santander.

II. A Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância da concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave na organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo Santander e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração deste grupo de colaboradores tem, como já no passado tinha, os seguintes objectivos:

- assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto e médio prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à concretização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas.

Em 2010, foi criado ao nível do Grupo Santander o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, designadamente afectas às áreas financeira e controlo de gestão, risco, auditoria interna, riscos operativos, recursos humanos e *compliance*, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos, aspectos com impacto nas retribuições.

Assim, o Grupo, prossequindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

III. Princípios Orientadores da Política de Remuneração

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da política de remuneração têm sido e devem ser os seguintes:

- a) Definição de uma política simples, clara, transparente e alinhada com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Definição de uma política consistente com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objectivos, valores e interesses de longo prazo do Banco, cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios preserva, e seus trabalhadores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Definição de uma política competitiva, tendo em consideração as práticas do mercado, e equitativa, sendo que a prática remuneratória deve assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;

- d) Alinhamento da política de remuneração com as melhores práticas e as tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente a criação de limites máximos para as várias componentes da remuneração, que devem ser equilibradas entre si;
- e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando o desempenho do Banco, bem como a avaliação da prestação individual com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade;
- f) Para o colaborador que exerça funções de controlo, na acepção do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, e para além de benefícios de natureza não remuneratória que porventura lhe sejam devidos, a componente variável da respectiva remuneração tem em conta a avaliação do desempenho individual e, concretamente, os objectivos específicos relacionados com as funções que exerce, não estando dependente do desempenho da área de negócio a que se encontra afecto;
- g) À cessação antecipada de contratos aplica-se o regime legal vigente em cada momento. A fixação das eventuais compensações terá em conta, nomeadamente, o cumprimento dos objectivos definidos e condutas observadas, de modo a que não sejam recompensados maus resultados;
- h) O Banco não implementou, nem tem conhecimento de que os Dirigentes tenham implementado, quaisquer seguros de remuneração ou outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração, estando tais mecanismos proibidos pela política geral do Grupo Santander.

IV. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) Esta Política de Remuneração dos Dirigentes deve enquadrar-se nas directrizes do Grupo, que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b) Das referidas directrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos Dirigentes. Tal avaliação é realizada anualmente pelo Presidente da Comissão Executiva. Sempre que estes Dirigentes estejam sujeitos a obrigação de duplo reporte, a avaliação é também feita por responsável do Grupo pela área em causa. Na sua qualidade de trabalhador do Banco Santander Totta, o responsável pela auditoria interna do Banco é avaliado pelo respectivo empregador;

- c) Dado que as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornam de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não é possível apontar um limite máximo absoluto para a relação entre as componentes fixas e variáveis da remuneração dos Dirigentes. Por essa razão, apenas se indicará, relativamente ao ano de 2013, a percentagem estimada que cada uma das componentes representará na remuneração total.

V. Retribuição Fixa

- a) A Retribuição Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Retribuição Fixa é composta pela retribuição base; alguns Dirigentes auferem retribuição especial por isenção de horário de trabalho;
- c) A Retribuição Fixa é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo Santander, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- d) A Retribuição Fixa dos Dirigentes tem os limites de referência que forem fixados anualmente pela Comissão Executiva, estimando-se que esta retribuição represente, em média, em 2013, 61% da Remuneração Total do correspondente universo de beneficiários.

VI. Remuneração Variável

- a) A remuneração dos Dirigentes comporta igualmente uma componente Variável, de atribuição não garantida, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- b) A Remuneração Variável é adequadamente equilibrada face à Retribuição Fixa, estimando-se que represente, em 2013, 39% da Remuneração Total;
- c) De forma a objectivar e tornar mais transparente o processo de determinação da Remuneração Variável, esta tem em conta os objectivos quantitativos e qualitativos do Banco, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico, que são definidos anualmente ao nível do Grupo e pela Comissão Executiva do Banco;
- d) A determinação do valor da Remuneração Variável tem por base os seguintes critérios:
 - a. Cumprimento dos objectivos de Resultado Líquido e do Consumo Eficiente de Capital (RoRWA). Para este efeito são tidos em consideração os resultados obtidos pela Divisão do Consumer Finance, pela unidade do Consumer Finance em Portugal e pelo Grupo Santander, embora, quanto a este último, com um peso relativo inferior.
 - b. Desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos e qualitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação do Banco;

- c. Benchmark do Grupo Santander e da sua Divisão do Consumer Finance face aos principais concorrentes mundiais.
 - d. Avaliação do cumprimento por parte do Banco dos objectivos de riscos, liquidez, qualidade de resultados e compliance.
 - e. Nível de contribuição do Banco para os resultados do Grupo e da Divisão.
- e) Não obstante o disposto na alínea anterior mas desde que se encontrem verificados os objectivos de Resultado Líquido e RoRWA *supra* mencionados, a determinação do valor da Remuneração Variável dos Dirigentes a que se refere o Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho tem unicamente por base a avaliação do seu desempenho individual;
- f) A atribuição da Remuneração Variável refere-se ao desempenho de curto prazo e depende do grau de consecução dos objectivos anuais definidos e ponderados individualmente de acordo com o respectivo grau de importância estratégica e nos termos da escala definida na Política de Avaliação de Desempenho;
- g) A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos objectivos, entre 0% e um valor que em 2013 se estima não ser superior a 150% do valor de referência definido anualmente pelo Grupo.

VII. Diferimento da Remuneração Variável

Não tendo sido aprovado pela Assembleia Geral de Accionistas do Banco Santander S.A. (Espanha) um novo ciclo de atribuição do plano de acções vinculado a objectivos definidos para os trabalhadores do Grupo (tendo o anterior cessado em 2012), a remuneração variável de 2013 deixou de comportar um componente de remuneração diferida.

VIII. Identificação da parcela diferida e da já paga

Durante o ano de 2013, serão entregues acções por conta da Remuneração Variável *devida* pelo ciclo que se iniciou em 2010.

IX. Benefícios

A atribuição dos benefícios é feita de modo a assegurar a compatibilidade com a estratégia empresarial, os objectivos, os valores e os interesses a longo prazo do Banco.

Alguns dos Dirigentes gozam dos seguintes benefícios:

- a) Seguro de Saúde, contratado para todos colaboradores, com comparticipação destes correspondente a 0,75% da respectiva retribuição fixa;
- b) Seguro de vida, aplicável a todos os colaboradores, cujo capital corresponde a 42 vezes o valor da respectiva retribuição fixa mensal;
- c) O Banco suporta o custo da diferença entre a taxa de juro praticada no mercado pela concessão de crédito à habitação e a que é cobrada por crédito da mesma natureza concedido a trabalhadores nos termos da regulamentação colectiva do sector bancário.

Não há benefícios de pensão atribuídos numa base discricionária.

X. Cumprimento das políticas de remuneração definidas pelo Banco de Portugal

A política de remuneração dos Dirigentes do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 26 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo do Banco.

Desta forma, a determinação da Remuneração Total destes grupos de trabalhadores, composta por Retribuição Fixa e Remuneração Variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das regras constantes do Capítulo II do referido Aviso, o qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

Em qualquer caso, ao abrigo das orientações emitidas pela Autoridade Bancária Europeia em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 22.º da Directiva n.º 2006/48/CE (acolhidas no referido aviso no seu artigo 19.º), que permitem a neutralização de algumas regras na definição da política de remuneração em instituições não-complexas e não cotadas em mercado regulamentado, como é o caso do Banco, não foram implementados mecanismos de diferimento da remuneração variável.

A circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém 100% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adopção das demais regras do Aviso n.º 10/2011 implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política do Banco Santander Consumer Portugal em matéria de remunerações dos seus Dirigentes se contenha nos presentes limites sem prejuízo do cumprimento, na globalidade, e no momento da fixação das directrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridades nacionais competentes.

XI. Remuneração atribuída aos Dirigentes com Funções de Controlo ou com Responsabilidade Na Assunção De Riscos em 2013

A presente informação é prestada em cumprimento do disposto no artigo 17.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2.ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), na parte que refere a divulgação, em termos agregados, do montante anual da remuneração auferida pelos colaboradores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o “Banco”), exercem a sua actividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, ou desempenham funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco (doravante, os “Dirigentes”).

7.1 Remuneração Anual

Montante da retribuição fixa: 401 577 €

Montante da retribuição variável: 116 208 €

Número de beneficiários: 4

7.2 Remuneração Anual Variável

Parcela pecuniária paga relativa ao Premio de Desempenho de 2013: 116 208 €

Acções: O Grupo Santander, no qual está inserido o Banco, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, que está dividido em ciclos.

Contudo, em 2013 não foram atribuídas acções.

7.3 Novas Contratações

Em 2013, não foram contratados colaboradores para o exercício das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, ou com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco.

7.4 Cessações Contratuais

Em 2013, não cessaram contratos de trabalho com Dirigentes.